

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIV - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 39

Brasília, sexta-feira, 21 de fevereiro de 2025

Sumário

Seção 3

| | |
|--|----|
| Ata Sucinta da 6ª Sessão Ordinária..... | 3 |
| Ata Sucinta da 7ª Sessão Ordinária..... | 4 |
| Ata Circunstanciada da 6ª Sessão Ordinária | 9 |
| Ata Circunstanciada da 7ª Sessão Ordinária | 46 |



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Primeiro Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Segunda Vice-Presidente: Deputada Paula Belmonte

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa

Quarto Secretário: Deputado Robério Negreiros - **Suplente:** Deputado Jorge Vianna

| COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA | | COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO | |
|---|--|--|---|
| Titulares | Suplentes | Titulares | Suplentes |
| Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando | Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto | Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto | Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado |
| COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS | | COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE | |
| Titulares | Suplentes | Titulares | Suplentes |
| Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna | Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros | Presidente: Iolando Vice-Presidente: Paula Belmonte Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel | Martins Machado Roosevelt Jorge Vianna Pepa Fábio Felix |
| COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS | | COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA | |
| Titulares | Suplentes | Titulares | Suplentes |
| Presidente: Rogério Morro da Cruz Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Dayse Amarílio | Robério Negreiros Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna | Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix | João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz |
| COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | | COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO | |
| Titulares | Suplentes | Titulares | Suplentes |
| Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando | Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio | Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt | Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni |
| COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | | COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER | |
| Titulares | Suplentes | Titulares | Suplentes |
| Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva | Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando | Presidente: Doutora Jane Vice-Presidente: Dayse Amarílio Paula Belmonte Jaqueline Silva Pastor Daniel de Castro | Joaquim Roriz Neto Fábio Felix Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni |
| COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS | | COMISSÃO DE SAÚDE | |
| Titulares | Suplentes | Titulares | Suplentes |
| Presidente: Jaqueline Silva Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Hermeto Joaquim Roriz Neto | Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz | Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Jorge Vianna Martins Machado Gabriel Magno Pastor Daniel de Castro | Max Maciel Robério Negreiros Roosevelt Chico Vigilante Thiago Manzoni |
| COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA | | CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR | |
| Titulares | Suplentes | Titulares | Suplentes |
| Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Ricardo Vale Thiago Manzoni Jorge Vianna Pastor Daniel de Castro | Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Rogério Morro da Cruz | Presidente: Hermeto Vice-Presidente: João Cardoso Thiago Manzoni Gabriel Magno Fábio Felix | Iolando Pepa Roosevelt Chico Vigilante Max Maciel |
| COMISSÃO DE SEGURANÇA | | | |
| Titulares | Suplentes | | |
| Presidente: João Cardoso Vice-Presidente: Doutora Jane Roosevelt Hermeto Iolando | Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni Ricardo Vale Jaqueline Silva | | |

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix

Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa

Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

DCL normatizado conforme Resolução Nº 279, de 2016

Atualizado em 8/1/2025, em conformidade com os ATOS DO PRESIDENTE Nº 420, 421 e 601, DE 2024 e ATO DO PRESIDENTE Nº 11, DE 2025.

Seção 3

Ata Sucinta da 6ª Sessão Ordinária

**ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 6ª (SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 13 DE FEVEREIRO DE 2025**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Gabriel Magno
LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
INÍCIO: 15 horas e 5 minutos
TÉRMINO: 18 horas e 48 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Gabriel Magno)
– Declara aberta a sessão.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Gabriel Magno)
– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.772, de 2025, de autoria do Deputado Gabriel Magno, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater o financiamento de pesquisa e de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do DF.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Gabriel Magno)
– Após concluída a comissão geral, agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Nos termos do art. 135, I, do Regimento Interno, lavro a presente ata.

PEDRO HENRIQUE VASCONCELOS E VALADARES

Chefe Substituto do Setor de Ata e Súmula



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE VASCONCELOS E VALADARES - Matr. 24308, Chefe do Setor de Ata e Súmula - Substituto(a)**, em 15/02/2025, às 14:20, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2010956** Código CRC: **F10B3D7F**.

Ata Sucinta da 7ª Sessão Ordinária

**ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 7ª (SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 18 DE FEVEREIRO DE 2025**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Wellington Luiz, Paula Belmonte e Ricardo Vale

SECRETARIA: Deputado Pastor Daniel de Castro

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 37 minutos

TÉRMINO: 17 horas e 45 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

– O Deputado Pastor Daniel de Castro procede à leitura do expediente sobre a mesa.

2 COMUNICADOS DE LÍDERES

Deputado Roosevelt

– Comunica que foi nomeado líder do Partido Liberal – PL na CLDF e firma seu compromisso com as pautas do Partido.

– Enaltece o Governador Ibaneis Rocha pela entrega ao Governo Federal de proposta de reajuste das forças de segurança do Distrito Federal e deseja celeridade em seu trâmite.

– Destaca a diminuição do índice de criminalidade no DF e elogia o trabalho realizado pelos policiais e bombeiros da cidade, apesar do baixo efetivo.

Deputado Chico Vigilante

– Solicita à Secretaria de Saúde do DF o encerramento imediato do contrato com a empresa que presta serviço de Atenção Domiciliar – AD por causa de subcontratação de cooperativa e pagamento de valor irrisório aos profissionais e avisa que acionará o Ministério Público para as medidas necessárias.

– Critica o Governador Ibaneis Rocha por anunciar proposta de reajuste salarial das forças de segurança do DF sem previamente dialogar com o Presidente da República.

– Menciona que o maior índice de reajuste salarial concedido às forças de segurança foi ofertado pelo Presidente Lula no mandato do ex-Governador Arruda.

– Assevera que o Fundo Constitucional tem como meta auxiliar os vencimentos tanto das forças de segurança como da educação e saúde do Distrito Federal.

Deputado Fábio Félix

– Declara que a implantação da Tarifa Zero no transporte público coletivo aos domingos e feriados é fruto da luta de estudantes e trabalhadores e defende a sua ampliação para os demais dias da semana.

– Elogia e agradece o trabalho do Deputado Max Maciel à frente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana – CTMU e adverte sobre a necessidade de maior fiscalização dos recursos repassados às empresas de transporte.

– Frisa que o Governador Ibaneis Rocha precisa realizar a correta pactuação com o Governo Federal antes de anunciar o reajuste salarial pretendido às forças de segurança do Distrito Federal.

Deputado Pepa

- Enfatiza a urgência de duplicação da DF-128, que liga Planaltina do Distrito Federal à Planaltina de Goiás, para evitar os recorrentes acidentes com vítimas fatais, e conclama os órgãos competentes a realizarem a obra.
- Agradece à CEB Iluminação Pública e Serviços S.A – CEB IPES pela restauração da iluminação pública na citada rodovia e deplora o furto de cabeamento ocorrido no local.
- Menciona a importância da região norte do DF para o escoamento da produção rural.

Deputada Paula Belmonte

- Demonstra alegria com a aprovação hoje, na reunião de líderes, da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Rio Melchior.
- Fala da importância da discussão sobre os cuidados na ocupação do solo do Distrito Federal, a fim de garantir a sustentabilidade ambiental e as políticas públicas que assegurem dignidade para todos.

Deputado Gabriel Magno

- Elogia a decisão do Colégio de Líderes de instalar a CPI para investigar as condições do Rio Melchior e lembra que a CPI do IGES e da Saúde também precisam ser instaladas com urgência.
- Critica o Chefe do Poder Executivo por lançar proposta de reajuste salarial das forças de segurança do DF sem dar tratamento igualitário às áreas da saúde e educação e alerta para a falta de transparência com o uso do Fundo Constitucional nas áreas beneficiadas.
- Discorre sobre as diversas denúncias referentes à aplicação dos recursos públicos pelo GDF.

Deputado Hermeto

- Expressa alegria com o reajuste dos vencimentos dos servidores das forças de segurança pública do DF e anuncia que o Governador Ibaneis Rocha irá marcar uma audiência com o presidente Lula para articular a proposta.
- Esclarece ao Deputado Chico Vigilante que o benefício concedido pelo Presidente Lula aos militares da capital, durante o Governo Arruda, foi a reestruturação da carreira, e não aumento salarial.
- Apela para o fim da guerra ideológica que tem causado rupturas em relacionamentos no País, inclusive entre familiares.
- Destaca que um terço dos policiais em exercício no DF foram contratados pelo atual chefe do Executivo.

Deputado Eduardo Pedrosa

- Comunica que participou de reunião com a Secretária de Educação e pede celeridade para regulamentar lei que propôs relativa à capacitação dos profissionais de Educação para o tratamento e cuidado das crianças com autismo no DF.
- Acrescenta que a norma beneficia tanto as crianças, que receberão atendimento adequado, quanto os profissionais que lidam com elas, pois estarão mais bem capacitados para auxiliá-las.
- Defende um Distrito Federal mais inclusivo, com acessibilidade e atendimento adequado ao público-alvo em várias esferas, como esporte e seletividade alimentar.

3 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

Deputado Max Maciel

- Parabeniza o Governador Ibaneis pela tarifa zero do transporte público do DF aos domingos e feriados e defende que esta gratuidade se estenda a todos os dias da semana como um direito essencial da população.
- Faz um histórico do seu trabalho em prol da tarifa zero desde abril de 2023.
- Sugere a criação de um Comitê Popular para acompanhar a implementação dessa tarifa.

Deputado Thiago Manzoni

- Tece críticas aos parlamentares da esquerda e qualifica como desastrosas as políticas adotadas pelo atual Presidente da República.

Deputada Dayse Amarilio

- Cita reclamações sobre a saúde pública do DF que costuma receber em seu gabinete, com destaque para alta demanda por cirurgias.
- Apresenta seu testemunho sobre o caso da sua avó, de 95 anos, dependente do Sistema Único de Saúde, e agradece aos servidores da área pelo excelente atendimento que dispensaram a ela, apesar das dificuldades que vivenciam em seus locais de trabalho.
- Ressalta a necessidade de esta Casa discutir o robusto orçamento público para essa área e a terceirização de importantes serviços hoje prestados pela rede pública e convida a todos para um debate sobre a saúde do Distrito Federal, na próxima terça-feira, dia 25 de fevereiro, a partir das 9h30.

Deputado Pastor Daniel de Castro

- Estranha a certeza da condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro, defendida por alguns deputados, e questiona a fundamentação das denúncias contra o político.
- Preocupa-se com o teor de falas do atual Presidente da República e manifesta estupefação com o preço dos alimentos e outros itens básicos no Brasil.
- Orgulha-se da atuação da Câmara Legislativa do DF, que recebeu do Radar da Transparência a classificação de excelência sobre informações institucionais e despesas.
- Lamenta que o Governo Federal não tenha desempenho similar ao da CLDF e cita exemplos da deficiente gestão do Governo Lula.

Deputado Rogério Morro da Cruz

- Comenta sobre reunião ocorrida em almoço com autoridades para tratar de diversas demandas do Jardim Botânico e São Sebastião.
- Defende a regularização fundiária e pede apoio desta Casa para melhorias nas regiões carentes do Distrito Federal.
- Agradece à equipe da Secretaria de Transporte e Mobilidade – SEMOB-DF pela inclusão do serviço de transporte Zebriinha na avenida principal do Morro da Cruz.

Deputado Jorge Vianna

- Anuncia que entrará com representação no Tribunal de Contas do DF para solicitar à Secretaria de Saúde que reveja contrato com empresa prestadora de assistência residencial, tendo em vista a subcontratação de cooperativa e o descumprimento do piso salarial da enfermagem.
- Notícia que protocolou proposição que visa assegurar a segurança privada dos servidores da saúde.

4 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Ricardo Vale)

- Concede um minuto de silêncio em solidariedade ao falecimento do empresário Guilherme Cunha Costa, a pedido da Deputada Paula Belmonte.

5 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Paula Belmonte)

- Declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença, encaminhado pela Secretaria Legislativa, está anexo a esta ata.

Nos termos do art. 135, I, do Regimento Interno, lavro a presente ata.

PEDRO HENRIQUE VASCONCELOS E VALADARES

Chefe Substituto do Setor de Ata e Súmula

Ata Circunstanciada da 6ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 6ª
(SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O FINANCIAMENTO DE PESQUISA E DE
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO
E DE INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL,
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2025.**

INÍCIO ÀS 15H05MIN

TÉRMINO ÀS 18H48MIN

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

De acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.772/2025, de autoria do deputado Gabriel Magno, a sessão ordinária de hoje será transformada em comissão geral para debater o financiamento de pesquisa e de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Está aberta a comissão geral.

Convido as senhoras e os senhores deputados, bem como todos e todas que desejarem, para participar do debate em plenário.

Suspendo a comissão geral.

(A comissão geral é suspensa.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – A comissão geral está reaberta.

Boa tarde. Agradeço a todos a presença neste plenário para debatermos o financiamento de pesquisa e de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Distrito Federal.

Desejo boas-vindas, novamente.

Destaco que a realização desta comissão geral teve importante provocação, principalmente da ADUnB. Estão aqui presentes a sua diretoria colegiada e sua presidenta, Maria Lídia. Ela nos procurou no final do ano passado.

Também está aqui a magnífica reitora da UnB, Rozana. Ela também mandou um ofício para todos os gabinetes desta casa, logo após a votação do projeto de lei que aprovou a LOA do Distrito Federal, de 2025.

Nós também diagnosticamos cortes no orçamento de algumas áreas – em especial, na Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – e havíamos feito recomendações para o Governo do Distrito Federal sobre eles.

Foi fundamental esse movimento para que nós, conjuntamente, construíssemos este momento. Antes de iniciar os trabalhos, quero fazer esse registro importante.

Depois, aglutinaram-se outros atores e outras atrizes, aqui presentes também. Ao longo desta comissão geral, vamos citá-los e citá-las, ouvi-los e ouvi-las. Vamos tentar terminar esta tarde com alguns encaminhamentos importantes e com o compromisso de fortalecer o financiamento da pesquisa e, conseqüentemente, do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da nossa cidade.

Convido para compor a nossa mesa as seguintes pessoas: a magnífica reitora da Universidade de Brasília, Rozana Reigota Naves; o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca; o secretário-executivo de Estado de Ciência, Tecnologia e

Inovação do Distrito Federal, Alexandre Villain – a quem também já agradeço a presença em nome da Câmara Legislativa; a presidenta da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, ADUnb, Maria Lídia Bueno Fernandes; a superintendente da Superintendência Científica, Tecnológica e de Inovação, representando a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, FAPDF, Renata Vianna; a assessora especial da Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, doutora Márcia Motta; o secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, doutor Gilberto Lacerda dos Santos; a vice-presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas, Amanda Mendes de Lima. (Palmas.)

Eu não vi se já chegou algum representante da Universidade do Distrito Federal ou da Universidade Católica. O representante da Católica está aí.

Convido também para compor a mesa o reitor da Universidade Católica de Brasília, professor Carlos Longo. (Palmas.)

Eu sou professor de física, gente. A física nos ensina que 2 corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço. Nós combinamos uma mesa muito grande, pela diversidade e pelo tamanho do tema. Isso mostra também a relevância dele. Vocês estão vendo que não cabe mais gente à mesa, aqui em cima. Então, eu vou também convidar outras pessoas para compor a mesa estendida, com o mesmo parâmetro e grau de importância – por uma questão física e estrutural. Sintam-se todas e todos componentes da mesa.

Convido para compor a mesa estendida o membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência no Distrito Federal, SBPC-DF, Roberto Muniz Barreto. (Palmas.) Roberto, sente-se aqui na frente para compor nosso dispositivo.

Creio que não há ninguém do Instituto Federal de Brasília presente. Avisem-me quando a reitora Veruska ou algum representante chegar.

Convido para compor a mesa estendida as seguintes pessoas: os representantes da Embrapa – o gerente-substituto da Gerência Geral de Cooperação de PD&I, senhor Mauro Carneiro, e o senhor Alisson Júlio; o presidente da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, Fabrício Neves – ele ainda não chegou –; o presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação, Diego Menezes; o presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Odir Dellagostin – ele ainda não está presente –; o vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Márcio de Araújo Pereira – ele também não chegou –; o secretário-executivo do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Luiz Carlos Campos – ele também não chegou –; e o representante do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília, André Doz. (Palmas.)

O segmento estudantil da UnB tem impacto direto e sofre, obviamente, com os cortes na FAPDF fundamentalmente na questão das bolsas como também no processo do tripé ensino, pesquisa e extensão, que deve sustentar a nossa universidade.

Como eu disse mais cedo, iniciamos esse processo a partir da votação, no final do ano passado, do orçamento deste ano, a partir da sanção e publicação do texto final da LOA, que incorporou, na proposta original do Governo do Distrito Federal, cortes em vários fundos – não foi apenas à FAPDF, é importante deixar isso registrado.

Na nossa opinião, houve um entendimento equivocado do Governo do Distrito Federal sobre a aplicação de um dispositivo constitucional chamado Drem, Desvinculação de Receita dos Estados e Municípios. No nosso entendimento, esse dispositivo constitucional, obviamente, por meio de emenda constitucional e a partir de entendimentos de jurisprudência dos tribunais superiores, deve ser aplicado não na largada, mas no processo ou na chegada, na hora de desvincular receitas.

O que quer dizer isso? A FAPDF, assim como o Fundo de Apoio à Cultura, os Fundos da Criança e do Adolescente e outros fundos que tiveram o mesmo entendimento em relação ao corte de 25%, são constituídos por dispositivos, inclusive, legais – no caso do FAPDF, na Lei Orgânica do Distrito Federal, vinculado à receita corrente líquida do Distrito Federal.

No nosso entendimento, a partir da jurisprudência dos tribunais superiores, a desvinculação de receita não pode ser aplicada sobre esses índices. Pode-se desvincular a receita como uma alternativa orçamentária e fiscal dos estados e municípios a partir da execução orçamentária do orçamento, ou seja, durante o processo, mas não pode haver redução do orçamento na largada, na LOA, na expectativa inicial do orçamento, pois ele tem uma vinculação na Lei Orgânica, inclusive constitucional.

Então, é preciso recompor, no nosso entendimento, o orçamento geral, não só da FAPDF –

caso específico do nosso debate hoje. Ao longo do ano orçamentário, de acordo com as necessidades do governo, a Drem permite a desvinculação de até 25%, mas não obriga nem impõe que os estados e municípios façam essa desvinculação. Ela autoriza e permite a desvinculação caso haja demanda, caso seja necessário. Por isso, há o entendimento de que não se pode aplicar os 25% de corte, nesse caso, na largada, na origem.

Nós já apresentamos uma representação ao Tribunal de Contas, questionando esse entendimento do Governo do Distrito Federal. O tribunal acatou nossa representação na semana passada, o que significa que a corte de contas hoje entende que há mérito na representação. Agora, o processo será instruído, haverá análise da equipe técnica do tribunal, a manifestação do Ministério Público e o julgamento da ação e do mérito.

No nosso entendimento, é preciso, primeiro, recompor o orçamento. Creio que esse seja o ponto de partida que nos mobilizou. Diante de um corte significativo, da ordem de mais de 20 milhões de reais, vê-se, obviamente, que há impacto no planejamento, na pesquisa, no desenvolvimento científico e tecnológico da nossa cidade. A partir desse ponto, abordaremos outras questões para pensarmos juntos.

Agradeço muito a presença da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e da FAPDF. Nesse diálogo, esperamos construir alternativas a partir das escutas que temos feito desde então. A primeira delas diz respeito ao aprimoramento do processo de gestão dos editais da FAPDF. Temos observado como podemos construir processos, editais e mecanismos para ampliar a participação e, assim, garantir a execução integral do orçamento todos os anos. Defendemos esse processo, a construção conjunta desses editais, que possibilitam a ampliação da participação.

Sabemos que há demanda. Vários estudantes e professores da universidade vão relatar isso muito provavelmente. Há demanda de financiamento de pesquisa, demanda de financiamento de bolsas de iniciação científica e bolsas de pesquisa. Em termos de pesquisa, é o que nós temos na cidade.

Acredito que o Distrito Federal deveria olhar com muita atenção e cuidado para a ciência, tecnologia e pesquisa, porque não é novidade que, em praticamente todos os anos, volta o debate sobre a dependência do Distrito Federal do Fundo Constitucional na hora de discutir o orçamento. Recentemente, no Congresso Nacional, um senador apresentou mais uma proposição sobre esse tema, que frequentemente entra na ordem do dia. Esse é um debate importante. Sou um defensor – acho que todos desta mesa defendem a permanência – do Fundo Constitucional, que é essencial para a cidade e precisa ser mantido e garantido.

Fizemos esse debate no ano passado, com a participação de vários parlamentares e figuras de outros estados brasileiros, questionando por que só o Distrito Federal tem um fundo constitucional. É porque aqui é a capital da República. Essa é a resposta definitiva, só existe uma capital e ela precisa ser tratada de forma diferente, não só porque ela recebe os 3 Poderes da República, as representações diplomáticas de todos os países, mas também por haver uma demanda maior de serviços e equipamentos públicos que precisam ter uma atenção especial, como ocorre em outros países.

Esse debate é importante, porque nos coloca um desafio fundamental: pensar novas formas de financiamento do Estado e do Distrito Federal, de diversificação da capacidade econômica e produtiva da cidade, de aumento da arrecadação de impostos a partir de uma diversidade econômica. A pesquisa, a ciência e a tecnologia podem liderar esse processo. Tenho dito que, junto com a cultura, elas podem liderar um processo de diversificação da matriz econômica da nossa cidade, da nossa capital.

Brasília e o Distrito Federal têm vocação para isso, seja territorial, seja pela sua organização, seja pela capacidade criativa e intelectual da população que aqui reside e que veio para cá construir esta cidade. Esse pode ser um caminho que nos leve a um novo modelo de desenvolvimento da nossa cidade, respeitando o meio ambiente e garantindo justiça social.

Este ano, vamos discutir na Câmara Legislativa um dispositivo muito importante para a cidade, que é a atualização do PDOT, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Temos realizado alguns estudos e levantamentos, algo que impressiona a todos, sobre desigualdades e distorções do desenvolvimento da cidade, como é o caso da concentração dos empregos. Sabe-se que 40% dos empregos estão concentrados hoje no Plano Piloto.

O desenvolvimento em pesquisa, ciência e tecnologia pode diversificar a geração de emprego e renda na cidade, considerando as vocações locais, como em Planaltina, que possui um *campus* da

Universidade de Brasília e do Instituto Federal de Brasília, focados na produção de alimentos saudáveis, sem veneno, com muito investimento de pesquisa. Há outros polos na cidade com suas vocações que podem ser, inclusive, geradores de emprego e renda, que podem diversificar a matriz econômica da cidade, que podem desconcentrar esses 40% de emprego no centro da cidade, que não comporta hoje 20% da população do Distrito Federal, de acordo com o último censo do IBGE.

Essa concentração gera outros problemas. Um deles, com o qual todos nós convivemos todos os dias é o trânsito, porque, se há um deslocamento enorme de pessoas para o centro da cidade para trabalhar todos os dias, isso gera, obviamente, um impacto e uma demanda muito grandes no desenvolvimento urbano, territorial e, também, ambiental.

Estou colocando essas questões, primeiro porque acredito que não devemos reduzir o debate ao financiamento da própria FAPDF, que é fundamental. Isso nos motivou inicialmente no sentido de pensarmos, de maneira estratégica, no papel da pesquisa, da ciência e da tecnologia no desenvolvimento econômico, social e ambiental da nossa cidade. Esse é um desafio que teremos de responder para a sociedade, e é com a ciência que respondemos às mudanças climáticas e preparamos nossas cidades para esses desafios. O Distrito Federal também tem sofrido com isso.

No ano passado, vivenciamos, no período de chuvas, grandes quantidades de água, e agora, no início do ano, mais uma vez, estamos vivenciando isso, com alagamentos e pessoas perdendo casas. A própria Universidade de Brasília foi vítima disso, reitera. A Renata se encontra presente e sabe que o Instituto de Física ficou debaixo d'água, no Minhocão. Vivenciamos no ano passado, também, a maior seca da nossa história com queimadas.

O Distrito Federal é um território que tem sofrido os impactos da mudança climática. Vamos resolver esses desafios de maneira coletiva, com ciência, com pesquisa, com tecnologia coletiva e com inteligência coletiva para melhorar as condições de vida da nossa população. Esse é o nosso objetivo neste debate de hoje.

Vocês viram que a mesa é muito extensa. Nós não combinamos uma ordem de uso da palavra, então vou tentar fornecê-la de modo um pouco aleatório. Peço a quem queira fazer o uso da palavra que se manifeste. Vou chamando-os, como um professor faz na sala de aula quando pergunta para os alunos quem quer falar, e ninguém quer falar. Então, ele escolhe um aluno de maneira democrática. (Risos.)

Colocaremos no painel o tempo de 5 minutos. Eu sei que é pouco, mas é para tentar organizar a reunião. Sempre fomos muito tranquilos quanto ao tempo. Quando completarem os 5 minutos, a campainha tocará e o microfone desligará. Vou pedir para a nossa assessoria acrescentar mais 2 minutos depois que ela tocar para que haja a conclusão da fala. Obviamente, entendemos que podem precisar esticar um pouco mais a fala, porque há elementos importantes para o debate.

Há aqui representações de coletivos presentes hoje.

Quem quiser fazer o uso da palavra, a nossa assessoria estará ali atrás, no plenário, a Bia e a Mônica. É só levantarem a mão que elas anotam o nome de vocês e o trazem para cá para que eu os anuncie.

Vou começar com o lado mais vulnerável, que são os estudantes. Eles sentem na pele as dificuldades. A estudantada fica mais apertada. Sabemos da necessidade deles. Vou começar concedendo a palavra à Amanda, que representa a ANPG, e depois aos estudantes do DCE. Vamos começar com as demandas dos estudantes e depois passaremos às autoridades.

Concedo a palavra à Amanda Mendes de Lima.

AMANDA MENDES DE LIMA – Primeiramente, boa tarde a todas as pessoas presentes. Eu sou Amanda, vice-presidenta da ANPG, Associação Nacional de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas, nossa representação máxima estudantil do corpo de estudantes de pós-graduação no Brasil. Agradeço o convite para estar presente neste espaço e nesta mesa. Eu gostaria de saudar todas as pessoas presentes, na pessoa do nosso deputado Gabriel Magno. Em 5 minutos, é sempre um desafio abordar todos os pontos. Quando o deputado Gabriel Magno mencionou o tempo, todos já se olharam.

Além de falar sobre a FAPDF, precisamos falar sobre a questão do financiamento público, diretamente relacionado ao desenvolvimento da pesquisa no nosso país. Brevemente, eu gostaria de trazer alguns elementos para vocês. Em primeiro lugar, temos falado há alguns anos sobre o processo de desmonte da ciência e da tecnologia do nosso país que vivemos com cortes no orçamento e ataques diretos à educação. Foram 6 anos de governos que, de forma estratégica e intencionalmente, por uma decisão política, atacaram diretamente a universidade e a ciência. Vivemos 4 anos de um período nítido

de negacionismo e de ataque à produção científica do nosso país. Embora isso tenha se passado há mais de 2 anos, não podemos dizer que os resquícios desses anos não mais permanecem no nosso país. Esses resquícios ainda permanecem em algumas gestões públicas, o que impede o processo de valorização e de reconhecimento da produção científica e tecnológica do nosso país. Como bem disse o deputado Gabriel Magno, o nosso lado, o lado dos e das estudantes de pós-graduação, acaba sendo sempre o elo mais fraco. Os estudantes são muito prejudicados nessa questão.

Se falarmos especificamente sobre o que são as fundações de apoio à pesquisa no nosso país, como a FAPDF, que existe há mais de 30 anos e tem um papel essencial para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, é importante pensar na possibilidade de financiamento de diversas pesquisas. Reitero o que o deputado Gabriel Magno comentou: a importância de haver editais construídos a partir de uma lógica coletiva, com a inclusão dos pós-graduandos e das pós-graduandas, para que consigamos atingir, com esses editais, pesquisas que saiam de alguns parâmetros muito específicos de produção; e para que também consigamos atender outras formas diversas de produção de saberes, para que haja uma intersecção da produção científica do nosso país. Precisamos de editais realmente diversos e abrangentes para incentivar todas as formas de pesquisa no Distrito Federal e em todo o Brasil.

Com isso, pergunto como conseguiremos fazer do espaço da fundação um ambiente que dialogue com a população e com a sociedade sobre a importância do financiamento da pesquisa em nosso país.

Retomo, portanto, os últimos 6 anos. Por 4 anos, precisamos demonstrar a importância da produção científica no Brasil.

Para finalizar a minha fala, neste último minuto, eu gostaria de falar especificamente sobre a vivência da pós-graduação. Como todos podem ver, estou utilizando o adesivo da nossa campanha que busca o reajuste das bolsas. A campanha tem uma chamada que diz: "Reajuste já, porque sobreviver não basta". Os estudantes de pós-graduação estão exaustos de apenas sobreviver.

É fundamental que tenhamos condições minimamente dignas para a produção de nossas pesquisas dentro das universidades. Vale ressaltar que 95% das pesquisas geradas no nosso país vêm das universidades públicas e são realizadas principalmente por pós-graduandos e pós-graduandas que estão nas salas de aula. As bolsas são não apenas uma forma de garantir a sobrevivência, mas também um incentivo para que essas pesquisas continuem sendo desenvolvidas.

Qual é o número gigantesco de evasões nas universidades devido à falta de financiamento e da insegurança de se manter dentro desses espaços?

Então, nós, da pós-graduação, obtivemos uma vitória muito grande com o reajuste das bolsas em 2023. Ressalto que esse reajuste não é suficiente. Esse reajuste foi muito dialogado, muito conversado, construído a diversas mãos, mas é insuficiente.

Então, é difícil estarmos em uma campanha nacional em prol do reajuste das bolsas para as universidades e as agências de fomento de todo o país, enquanto no Distrito Federal estamos retirando 42 milhões de reais de investimentos do Fundo de Apoio à Pesquisa, o que interfere diretamente no repasse de bolsas para os estudantes das universidades.

Para compartilhar um pouco da nossa realidade, que vai além desse caso específico, seguimos com campanhas contínuas dentro da entidade, defendendo os direitos dos pós-graduandos, a necessidade e a importância das bolsas para a pós-graduação no Brasil.

Agradeço o espaço e continuo à disposição. A ANPG está à disposição deste mandato, desta casa e de todos que estão presentes. Sigo à disposição para continuarmos o diálogo e a defesa da ciência e da tecnologia no Brasil.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigada, Amanda. Amanda, eu não havia lhe falado, mas quero explicar que quem for usar da palavra pode fazê-lo da bancada ou pode usar a tribuna. Fiquem à vontade. Peço desculpas, Amanda.

Eu irei passar a palavra ao representante do Diretório Central dos Estudantes, André Doz.

Antes, irei anunciar algumas presenças: da secretária-geral do Grêmio do CEM 1 do Gama, Alice Bezerra; da pesquisadora da Rede Biota Cerrado da UnB, Isabel Schmidt; do diretor do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília, Guilherme Gelfuso; do decano de pós-graduação da Universidade de Brasília, Roberto Goulart Menezes; da decana de extensão da UnB,

Janaína Soares; do representante da Fundação Getúlio Vargas Brasília, Benjamin; do decano de pós-graduação da Universidade de Brasília, Roberto Goulart Menezes. Novamente?

Estávamos falando sobre a história do clone, de estarmos em 2 lugares ao mesmo tempo. Na minha agenda, estava marcada uma reunião na reitoria, nesse mesmo horário. Eu disse que ainda não havíamos avançado na pesquisa do DF sobre clone, mas o Roberto já tem um clone. Ele está aqui e lá, esperando. Porém, Roberto, não conseguirei estar lá, porque essa tecnologia ainda não chegou à Câmara Legislativa. (Risos.)

Registro ainda a presença das seguintes pessoas: a professora da Universidade de Brasília e da SBPC, Lídia Batista; a diretora de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Instituto Federal de Brasília, Débora Silvano; e a decana de Pesquisa e Inovação da Universidade de Brasília, Renata Aquino.

Continuaremos lendo mais nomes ao longo da tarde.

Concedo a palavra ao estudante André Doz, da Universidade de Brasília.

ANDRÉ DOZ – Boa tarde.

Obrigado, deputado. Primeiramente, em nome do DCE, eu gostaria de agradecer ao senhor e de saudar todos que estão na mesa e os demais presentes.

Vou falar daqui mesmo. Fiquei meio intimidado de ir até a tribuna.

Agora, vou me apresentar. Meu nome é André. Sou estudante de história da graduação da Universidade de Brasília, membro da atual direção do Diretório Central dos Estudantes, que leva o nome de Honestino Guimarães, e também pesquisador do Pibic.

Começo minha fala exatamente de onde a nossa companheira do ANPG terminou, destacando a importância do reajuste das bolsas e a importância que essas bolsas têm para a permanência dos estudantes na universidade. Aconteceu um importante reajuste das bolsas de iniciação científica em 2023. Esse reajuste teve um impacto importante na universidade que é difícil de se medir, mas que se reflete no aumento que temos visto, ano após ano, das solicitações de bolsa a partir dos editais do ProIC da UnB. Ano após ano, cresce o número de solicitações de bolsas e de estudantes interessados em realizar pesquisas na universidade. Inclusive, eu faço um convite para que todos participem das exposições do ProIC. Temos um congresso de iniciação científica cada vez maior e com uma qualidade absurda. É importante compreendermos que não existe pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico no nosso país sem investimento público, sem a capacidade de manter esses estudantes dentro da universidade.

Além de todo o cenário político em que vivemos, passamos por uma política neoliberal que foi adotada pelo Estado desde 2016 e observamos uma grande pauperização da vida social da juventude brasileira. A juventude que ingressa na universidade atualmente sabe que, para permanecer ali, precisará conciliar a jornada de estudos com trabalho, pois o que fazemos na universidade não é apenas estudo, é também trabalho com pesquisas e com extensões. Vamos precisar conciliar essa jornada de estudos com jornadas duplas ou triplas de trabalho para nos manter na universidade, tal é o grau de pauperização da vida social a que estamos submetidos hoje.

Então, a demanda pela bolsa estudantil é também uma demanda pela permanência dos estudantes dentro da universidade. A garantia de uma bolsa ou não para um estudante que é pesquisador é a garantia de que ele vai poder ou não pesquisar eventualmente, que ele vai realmente poder permanecer na universidade e fazer a sua pesquisa. E sabemos que, quando há corte de bolsa, quando há corte de investimento, quando há, eventualmente, diminuição dos valores, há pessoas que são impedidas de fazer pesquisa, há pessoas que são impedidas de estarem presentes na universidade.

As bolsas dos editais de iniciação científica, do mestrado, do doutorado, da pós-graduação têm uma importância fundamental, porque o projeto de universidade que defendemos é um projeto de universidade que não seja apenas uma universidade a que vamos para termos nossas aulas e depois irmos embora. Queremos ter uma universidade que consiga cumprir o tripé universitário e juntar o estudo que fazemos diariamente com a pesquisa e com a extensão, levando adiante o progresso científico ao nosso país.

É fundamental que façamos esse debate de como é fundamental que haja a valorização da FAPDF, a valorização do orçamento público dos órgãos de incentivo e financiamento tecnológico no país. Há demanda e ela cresce a cada dia. Há muito estudante que gostaria de estar na universidade, que gostaria de estar em tempo integral na universidade pesquisando, fazendo extensão, desenvolvendo seus projetos e não pode, justamente porque estamos vivendo uma pauperização muito

grande da nossa vida social.

Quero saudar esse espaço. Quero dizer que o DCE da UnB está a serviço dessa luta e se presta como uma entidade que quer estar junto com todos os pesquisadores, com os professores, com os servidores técnicos, com os estudantes para desenvolver essa luta, para haver a valorização da educação pública, a valorização da pesquisa. Isso porque bolsa é permanência, e permanência é o que garante que consigamos avançar no desenvolvimento tecnológico, no desenvolvimento científico e na soberania do nosso país.

Novamente, quero agradecer o espaço e colocar a nossa entidade – que leva o nome de Honestino Guimarães, um estudante que lutou contra a ditadura militar, que lutou contra todas as injustiças – à disposição dessa luta para fortalecermos a FAPDF, para haver transparência nos editais, para os estudantes da UnB conseguirem, cada vez mais, se desenvolver, ter capacidade de se somarem às iniciativas científicas e ter condição de não só permanecerem na universidade, mas também experimentarem a universidade em toda a sua plenitude.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, André.

Concedo a palavra à doutora Márcia Motta, da Fiocruz, que também se sentiu contemplada nos ataques, naqueles que sentem na pele essa situação.

Antes, Márcia, quero dar uma informação que achamos relevante. Nós fizemos um levantamento desse processo do orçamento. Eu sempre digo que o orçamento é fundamental, porque o orçamento não dá para enganar. Quando falamos de política pública, sempre falamos que transformar as coisas em prioridades é concreto quando o orçamento reflete isso, porque, se não está no orçamento, aquilo não é prioridade. Então, é o orçamento que determina as prioridades da política pública e faz falta, faz diferença na hora da execução.

Fizemos um levantamento. Quando fazemos a conta do orçamento da FAPDF dividido pelo orçamento geral do Distrito Federal, em 2018, atingimos um pico de 1,01% desta proporção: orçamento da FAPDF e orçamento geral do Distrito Federal.

Em 2024, como encerrou no ano passado, nós batemos 0,32% dessa relação entre o orçamento FAPDF e o orçamento geral do Distrito Federal. Essa é uma curva que, desde 2018, vem caindo.

Acho que essa é uma informação importante para nós também pensarmos nesses mecanismos de como e de onde tirar as receitas necessárias para voltar a fazer essa curva subir novamente, e nós garantirmos isso o que tanto a Amanda quanto o André acabaram de apresentar de demandas fundamentais.

Quero anunciar a presença da magnífica reitora da Universidade do Distrito Federal, Simone Benck. Eu já a convido, Simone, para que se sente à nossa mesa estendida, aqui à frente, por favor. Obrigado pela presença. Seja muito bem-vinda, mais uma vez, a esta casa. (Palmas.)

Temos muito orgulho da nossa Universidade do Distrito Federal e dos desafios dessa construção. É uma universidade recém-criada, que ainda está engatinhando – não é, Simone? Acho que ela tem muito impacto na cidade, e muitos compromissos também. A Universidade do Distrito Federal também entrou nesse entendimento, a nosso ver, equivocado da aplicação da Drem, já que a universidade também tem um fundo que foi criado e aprovado nesta casa, com aplicação mínima presente na legislação, com base também na receita corrente líquida do Distrito Federal e que, da mesma maneira que a FAPDF, sofreu um corte.

Concedo a palavra à Márcia Motta.

MÁRCIA MOTTA – Boa tarde a todos. Primeiramente, deputado Gabriel Magno, eu gostaria de pedir uma certa tolerância. Foi dito que teríamos 10 minutos, mas eu vou pedir uma tolerância para ultrapassar esse tempo.

Cumprimento meus colegas, na pessoa do deputado Gabriel Magno; a reitora Rozana; os meus colegas de mesa e todos os presentes.

Eu sou Márcia Motta. Eu sou, hoje, assessora da Fiocruz Brasília, mas durante 32 anos fui servidora do Ministério da Saúde, 13 dos quais eu fui diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia, o que me fez conhecer de forma muito íntima os problemas das FAPs, participei de *n* reuniões do Confap e do Consecti.

Em 2016, após o golpe, eu saí do Ministério da Saúde, fui para a Fiocruz e tive a honra de ser convidada pela ministra da Saúde Nísia Trindade, em 2023, para ser a chefe de gabinete dela. Eu aceitei o cargo, mas, como vocês devem imaginar, é um cargo que exige muitos sacrifícios pessoais. Eu voltei, então. Fiquei como chefe de gabinete da ministra Nísia até o meio do ano passado, quando, então, voltei para a Fiocruz.

Eu gostaria de solicitar a apresentação no telão.

Eu quero apresentar um pouco a Fiocruz, porque isso mostra a capacidade instalada de pesquisa que nós temos. A Fiocruz existe há 48 anos. Ela está presente dentro do *campus* da UnB. Ela está próxima e conectada às políticas relacionadas à saúde. Temos uma interface, como vocês podem imaginar, muito próxima ao Ministério da Saúde. Há uma interface muito grande com os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Temos uma série de projetos e emendas do Legislativo. Há uma atuação em rede com colaboração e contribuição para a indução de políticas públicas e uma articulação de conhecimentos, saberes e práticas para a solução de problemas no território. Quando falamos de território, eu não estou falando só do nosso quadrado do DF, eu estou falando da Ride, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, que é muito maior que o nosso quadradinho.

Quem somos, então? Somos uma instituição dedicada a promover educação, ciência, tecnologia, inovação e saúde, de forma territorializada e articulada com a sociedade para a consolidação do SUS e redução das desigualdades sociais. Nossos valores são a ciência aberta, a integridade científica, a ciência cidadã, a educação como processo emancipatório, o respeito às diversidades, a equidade, a justiça social, a valorização das pessoas, a colaboração e a solidariedade.

A nossa visão de futuro é ser referência local, regional e nacional na produção de conhecimento científico e educação, na inovação e gestão e na cooperação institucional para as políticas públicas, em especial em defesa da vida e do SUS.

(Apresenta projeção.)

MÁRCIA MOTTA – Temos dentro da Fiocruz a Escola de Governo Fiocruz Brasília. Nessa escola, entre 2004 e 2023, foram ofertadas 17 turmas de mestrado profissional, 35 especializações e 20 residências.

Há 6 mestrados profissionais, nas áreas de políticas públicas, saúde da família, vigilância em saúde e áreas de concentração, que são mestrados vinculados ao nosso mestrado de políticas públicas em educação e saúde, transformação digital e avaliação de tecnologias de saúde.

Quanto a especializações, são 21 cursos ofertados entre 2018 e 2024, com 2.401 vagas para trabalhadores e estudantes. Destacamos o QualisAPS, que é uma parceria com o Governo do Distrito Federal, com a Secretaria de Saúde.

Sobre residência, temos 6 residências. Não vou ler os temas, por conta do nosso tempo, mas essa apresentação vai ficar disponível para todos. Em EAD, pela Escola de Governo da Fiocruz, foram 34 cursos, com 16.669 vagas – isso somente em 2023.

Nós participamos também de uma estratégia muito potente, a UNA-SUS, a Universidade Aberta do Sistema Unico de Saúde, que congrega quase todas, se não todas, as universidades do país. O forte da UNA-SUS, o DNA da UNA-SUS são os cursos à distância. Ao todo, foram 489 cursos produzidos, 1.533 ofertas educacionais em diversas áreas da saúde, com uma série de alunos e estudantes do Distrito Federal, totalizando 8,3 milhões de matrículas em 13 anos. A Fiocruz existe desde 2010, alcançando 435 regiões de saúde, 5.570 municípios nas 27 unidades da Federação. São mais de 22.485 recursos educacionais, mostrando a potência dessa estratégia.

Em relação aos grupos de pesquisa, que é a capacidade instalada da Fiocruz Brasília, temos, hoje, 10 grupos de pesquisa cadastrados formalmente no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e 2 cursos em fase de cadastro – eu não vou ler quais são.

Falando um pouco sobre a potência da capacidade instalada do Distrito Federal, segundo o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, hoje o DF tem 1.181 grupos de pesquisa cadastrados. Isso é muita coisa, não é pouca coisa. Isso mostra que o investimento em editais locais é uma estratégia que deve ser valorizada.

Para finalizar, abordarei os desafios, que são: a pesquisa relevante para o território; a priorização de problemas locais em resposta aos desafios do Centro-Oeste, como mudanças climáticas, saúde ambiental, desigualdades sociais, entre outras; o financiamento de pesquisa e inovação; a

integração com redes locais e nacionais; o aumento das fontes de financiamento de forma contínua e sustentada; a ampliação da capacidade de formação dos nossos alunos – muitos deles nós formamos na Fiocruz, muitos na UnB e em outras universidades do DF. É o aumento do volume e dos valores das diversas modalidades de bolsas para estudantes – isso é muito importante. Há muitas bolsas, mas estamos investindo nesse aumento de bolsas para estudantes.

Quanto à saúde ambiental e à sustentabilidade, o deputado falava sobre isso mais cedo, que o Cerrado enfrenta hoje uma degradação ambiental enorme, com desafios climáticos que afetam as populações locais, sendo necessárias as pesquisas de proteção do bioma e da saúde das comunidades.

Sobre a integração regional, o desafio é fortalecer as redes com estados vizinhos e com países da América Latina e África lusófona – a Fiocruz, por exemplo, tem uma forte parceria com Moçambique –, promovendo a cooperação técnica e a troca de experiências.

Outro desafio é a ampliação da articulação política. Aqui a Amanda já falou sobre isto: o fortalecimento e a atuação junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para promover políticas que garantam avanços nos recursos, no financiamento, na ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento territorial.

Temos também uma estratégia que é muito bem recebida pelos estados, que é uma parceria do Ministério da Saúde com os estados através do PPSUS. Neste ano, a FAPDF vai lançar um edital de 7 milhões e meio para pesquisadores locais. É um edital em que a regra é que sejam pesquisadores do local. Eles podem até fazer parceria com outros estados, mas são para pesquisadores locais. Desses 7 milhões e meio, 5 milhões são do ministério, 2 milhões e meio são da FAPDF. Esse é um programa que existe há praticamente 20 anos.

Queremos incentivar que outras ações dessas aconteçam. Essa é uma ação na área da saúde, com o escopo da saúde. Esperamos que outras ações nesse sentido e nessa direção sejam feitas.

Muito obrigada e desculpem ter passado o tempo. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, doutora Márcia, que está representando nossa Fiocruz. Sempre agradecemos a Fiocruz pelo papel tão importante que teve na pandemia, de ajudar a conscientizar a nossa população de que ela precisava se vacinar, apesar de alguns lutarem contra. Agradecemos não só por isso, mas por outras questões também.

Eu chamei a Fiocruz, vou chamar a Embrapa, quem está na ponta também. Eu acho importante darem o relato. Se alguém quiser falar antes, avise; se alguém quiser sair por outro compromisso, pode alertar aqui.

Vou chamar o representante da Embrapa, o Alisson Júlio. É o Alisson ou o Mauro? Concedo a palavra ao Mauro Carneiro, representando aqui a Embrapa.

MAURO CARNEIRO – Boa tarde a todos. Quero agradecer ao deputado Gabriel Magno pelo convite. Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, especialmente os membros da mesa, na pessoa do meu querido amigo Gilberto Lacerda, que está aqui sentado, também companheiro quando atuamos na secretaria há alguns anos. Para mim foi um grande prazer. Nessa época, tivemos iniciativas importantes como, por exemplo, a construção do Biotic e a lei de inovação do DF. Faltavam só o Acre e o DF, que não tinham lei de inovação. Trabalhamos isso e, junto com o nosso ex-deputado Joe Valle, que presidia esta Câmara Legislativa, publicamos a lei de inovação do DF. Além dessa política de inovação, também procuramos trazer para cá, deputado Gabriel Magno, isto que o senhor vinha ilustrando: a necessidade de diversificação do trabalho e emprego na nossa cidade.

Estamos sentados no maior *hotspot* de biodiversidade do mundo, que é o Cerrado. Além de tudo, somos o berço das águas. A necessidade de termos ações relativas ao Cerrado é muito importante. Elas são, muitas vezes, negligenciadas. Negligenciam esse bioma que tem 50% já destruído, de acordo com os dados do projeto TerraClass Cerrado da Embrapa. Vimos nesse esforço trabalhando no sentido de criar um projeto. Nós temos aqui 4 unidades da Embrapa na região. Eu vi o nosso colega ali, estudante, e me lembrei do tempo em que estudei na universidade, nos idos de 1974, quando tivemos esse *campus* invadido. Hoje vocês são felizes em terem uma reitora. Naquela época, era o capitão Azevedo, e eu era subversivo. Essas coisas todas passaram e, felizmente, estamos aqui neste ambiente. Talvez não tenhamos tudo, mas temos, agora, como lutar por um novo caminho, que é o caminho da ciência, da tecnologia e do desenvolvimento. E você tem toda a razão no que disse.

A necessidade que temos aqui – e que a Embrapa sente hoje – é a de congregar essas 4 unidades em prol de uma ação relativa ao Cerrado, não só ao Cerrado, a todos os biomas brasileiros.

Estamos apresentando, agora, junto à Finep, o que chamamos de Eco AgroHub de inovação, em todos os biomas. Temos já apresentados o Pantanal, a Amazônia e a Caatinga, e queríamos muito o apoio no sentido de desenvolvermos o Eco AgroHub do Cerrado.

Esse é um ponto que precisamos desenvolver – que nos está faltando – em um ecossistema tão importante que é o Cerrado, trazendo uma abordagem diferente, a abordagem da economia circular e da agricultura verde, aspectos de que hoje o Brasil necessita enormemente.

No passado tínhamos – vocês também não se lembram disso – a Aliança para o Progresso. Lembro-me, quando era criança, dos sacos de linhagem, que vinham com o desenho de 2 mãos dadas. Os americanos jogavam alimento aqui dentro do país.

A Embrapa fez um grande esforço para dar sustentabilidade para a alimentação, mas agora precisamos entrar numa nova era, a da economia circular, da agricultura verde e do cuidado com os biomas. Por isso temos esse projeto, e gostaríamos muito de vê-lo acolhido no Distrito Federal, porque é o local onde temos as principais instituições do bioma Cerrado.

Temos o *Hub* de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que engloba, claro, muitos atores, muitos *stakeholders*, a própria universidade, um ambiente que é tão profícuo de ciência e tecnologia, de contatos e tudo – sempre participamos dos programas de pós-graduação; há a ligação com a terra, com os produtores. Queríamos muito ver esse projeto frutificado aqui, deputado.

Seguimos firmes. A Embrapa está à disposição, como sempre esteve, para colaborar com o ambiente de ciência e tecnologia do Distrito Federal. Agradeço muito esta oportunidade. Espero que possamos continuar trabalhando juntos no futuro. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, senhor Mauro Carneiro.

A Embrapa tem sido um agente importante no desenvolvimento do nosso país, da nossa capital também, nesses desafios. Ela também é importante na produção de tecnologia para a produção de alimentos, com objetivo de combater essas profundas desigualdades que ainda vivenciamos em nosso país.

Passo a palavra ao presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação, Diego Menezes.

Antes de você falar, Diego, gostaria de anunciar as presenças de: Levy Santana, coordenador de cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Fepecs; Fabiana França, pró-reitora de pesquisa e pós-graduação da UnDF, Universidade do Distrito Federal; Fernanda Sobral, diretora da SBPC; Paulo Henrique Ferreira de Freitas, diretor de combate ao racismo da ANPG, Associação Nacional de Pós-Graduandos; Fernando Oliveira Paulino, coordenador do Núcleo de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília e presidente da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação; e Kellen Gasque, coordenadora do Núcleo de Pesquisa da rede UNA-SUS e pesquisadora da Fiocruz. Obrigado pela presença.

Com a palavra, Diego Menezes.

DIEGO MENEZES – Muito boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o deputado Gabriel Magno e lhe agradeço este honroso convite. Faço um cumprimento especial à mesa, na figura do meu querido amigo, o secretário-executivo Alexandre Villain, que tem desenvolvido um excelente trabalho e nos apoiado sempre que possível, com diálogo aberto e gestão participativa.

Deputado, o senhor disse que seria por acaso a ordem de fala, mas me senti muito honrado em falar logo após 2 associados da Abipti, a Fiocruz e a Embrapa, que até o ano passado conduziram a vice-presidência de 2 regiões importantes do nosso país. A Abipti há 45 anos vem representando os ICTs nacionalmente, com vice-presidências em cada região do nosso grande país, que tem dimensão continental e singularidades. Entendemos que a presença desses vice-presidentes, regionalmente, consegue trazer um pouco das singularidades da nossa belíssima diversidade.

Falando especificamente sobre o tema que fomos convidados a debater, digo que cortar qualquer coisa na área de ciência, tecnologia e inovação não é apenas um corte em uma área, mas um corte transversal, interdisciplinar e contra o nosso país. Se existe uma via pela qual podemos mudar realidades, certamente é a da ciência, a da educação, a da tecnologia e a da inovação. Um exemplo recente é Santa Catarina, onde a Secretaria de Ciência e Tecnologia conseguiu ultrapassar a Secretaria de Turismo em termos de arrecadação. Ela não diminuiu o turismo, ela aumentou as atividades em ciência, tecnologia e inovação, inclusive levando eventos científicos para aumentar o turismo. Essa é uma via extremamente necessária, importante e fundamental.

Passamos recentemente pela covid. Se não fosse a ciência, de forma enérgica e combativa, nós não estaríamos aqui. Devemos lembrar do papel importantíssimo da cientista brasileira Jaqueline Goes, que respondeu precocemente a isso e foi vista internacionalmente como uma protagonista dentro de uma resposta social e de política pública.

Se falarmos de segurança, estamos falando de ciência, tecnologia e inovação, assim como se falarmos de educação. Independentemente da área, estamos lutando pela recomposição do meio por cento. No entanto, meio por cento ainda está, certamente, muito aquém da média nacional, que é, salvo engano, 1,32%. Nos países mais desenvolvidos, o investimento mínimo é de 2%.

Não estamos investindo em uma área; estamos investindo no desenvolvimento de uma nação. Muitas das ações que o senhor mencionou, como mudanças climáticas, adaptabilidade e cidades inteligentes, nada disso será possível se não assegurarmos, ampliarmos e aumentarmos os investimentos científicos.

Fiquei muito emocionado com as suas palavras. De fato, sem os nossos estudantes, não é possível, hoje, no modelo brasileiro e de nenhum outro lugar, fazer ciência, despertar o interesse científico e transformar uma nação.

Sem mais, para não ser repetitivo, deixo registrada a mensagem da Abipti na defesa dessa recomposição necessária.

Ouvi ontem um *podcast* de um membro da FAP e fiquei tranquilo em saber que o Tecnova III está garantido, assim como os programas e editais em andamento. No entanto, como usuário do sistema nacional, quero mais do que a garantia do que temos; quero espaço para inovar, criar, ajudar e agregar valor socialmente.

Desculpem-me a curta palavra. Cheguei de viagem ontem e me apropriei há pouco desta plenária.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Diego.

É importante a presença e a manifestação da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa.

Agradeço mais uma vez a presença do magnífico reitor da Universidade Católica de Brasília, que tem sido um grande parceiro desta casa em várias ações que temos proposto em defesa da nossa cidade.

A Universidade Católica é extremamente importante para o Distrito Federal. Ela também faz parte desse processo e se mistura com a construção e o desenvolvimento da nossa cidade.

Concedo a palavra ao reitor Carlos Longo.

CARLOS LONGO – Muito obrigado, deputado. É um prazer estar nesta casa com vocês, discutindo um assunto tão importante.

Estou há 2 anos em Brasília, à frente da Universidade Católica de Brasília, e eu gostaria de parabenizar o pessoal da FAP, porque, nesses 2 anos, eles executaram 100% do orçamento. Existe uma parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com a FAP e com todas as universidades que discutimos, praticamente ao longo do ano todo, em projetos de interesse não só para a academia, como para a sociedade e o setor produtivo.

Eu sou um amante de vinho e, há pouco tempo, disseram-me que havia vinícola em Brasília. Eu achei fascinante haver vinícola em Brasília. Eu pensei: "Quero ir lá". Há um setor produtivo de vinho de inverno em Brasília, que nasceu de um projeto de pesquisa de pós-doutorado. Hoje é um arranjo produtivo com mais de 45 mil garrafas de vinho, premiados nacionalmente e já começam a ser premiados internacionalmente.

A pesquisa impacta todos nós: os nossos estudantes, os acadêmicos, os institutos de pesquisa e o desenvolvimento deste país. Não podemos, por questões burocráticas e ações políticas, perder essa oportunidade, porque, se olharmos o valor que foi cortado da FAP, em relação ao orçamento do Distrito Federal, é ínfimo em termos de política pública e de orçamento público, mas o impacto disso no desenvolvimento social, na geração de emprego, no desenvolvimento de tecnologia, na possibilidade de os estudantes estarem aqui discutindo política pública e no desenvolvimento de arranjo produtivo local, é incomensurável. Desde que eu estou em Brasília, algo que eu admiro muito é que conseguimos realmente, efetivamente, trabalhar juntos a tríplice hélice: governo, iniciativa privada e academia.

E, quando se corta esse dinheiro, perdem com isso todos os jovens, os adultos e o Brasil. Temos de nos indignar, porque não é uma questão do que é melhor para isso ou para aquilo, é uma questão de futuro, porque, em qualquer país – na pesquisa é assim também –, quando se corta recurso hoje, a consequência será daqui a 5 anos.

Eu não sou daqui de Brasília, então, no ano passado, com aquela seca, quando víamos tudo queimando, pensávamos: Onde está a pesquisa para isso? Precisamos discutir esse problema. Agora, precisa-se de recurso. Nós conseguimos, em Brasília, que o arranjo produtivo entre com recurso também, mas a FAP precisa atuar – e não é só a FAP, estamos aqui discutindo isso.

Todos nós, agentes públicos que somos, desde empresa privada até órgãos de governo, associações, Fiocruz, temos que levantar essa bandeira e discutir esse assunto, porque é o futuro do país. Não é uma simples pesquisa, como as pessoas costumam dizer – ou ser acadêmico, eu não tenho nenhuma vergonha de ser acadêmico –, mas é o desenvolvimento do país; é trazer inovação de verdade; é fazer formação de pessoal para desenvolver um país com várias carências.

Vemos, nesta cidade, desde o problema de não haver veterinário no serviço público no mês de janeiro até a questão dos idosos. Tudo isso se resolve como? Por meio do desenvolvimento científico e dessas parcerias.

Eu queria dar a minha palavra a vocês. Precisamos discutir isso, porque não estamos falando em valores vultosos, precisamos de muito mais. Se isso não acontecer agora, o que acontece? Vai-se executar o orçamento passado, mas daqui a 3, 4 anos, nós vamos estar aqui discutindo o que está faltando na ciência do Distrito Federal, mas a causa terá acontecido lá atrás. Hoje, comprometemos o nosso futuro. Isso é o que não deveríamos deixar acontecer.

Muito obrigado.

Peço desculpas. Vou sair porque tenho que voltar para Taguatinga.

Fico muito feliz em ver que todos nós estamos discutindo isso. Uma das coisas que me deixam mais feliz em Brasília, na FAP ou em outros lugares com os colegas, é conseguir botar na mesa iniciativa pública, universidade, iniciativa privada e fazer isso crescer.

Eu me lembro de quando fiquei possesso na última reunião da FAP, no ano passado. Eu falei com vários deputados e empresários. Não podemos deixar esse retrocesso acontecer. É muito pouco para o tamanho da perda que vamos ter.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, magnífico reitor da Universidade Católica de Brasília, professor Carlos Longo.

A Universidade Católica de Brasília é sempre muito bem-vinda a esta casa.

Um dos pontos importantes desta comissão geral é colocarmos, na agenda desta casa de leis, a importância disso. A ideia é sairmos daqui com alguns encaminhamentos. No final, iremos organizá-los, para eles virarem uma agenda institucional da cidade, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do conjunto da sociedade civil.

Registro a presença de Maria Luiza Pereira, Antônio Escrivão, Jodette Amorim e Dulce Pereira, que são diretoras e diretores da ADUnB. Obrigado pela presença de vocês. (Palmas.)

Registro também a presença do professor e pesquisador Leonardo Costa, do Grupo de Pesquisa Catarse, da UnDF, e da Maria Júlia Martins Silva, diretora do Centro UnB Cerrado.

Convido a reitora da Universidade do Distrito Federal, Simone Benck, a compor a mesa.

Magnífica reitora Rozana, quero parabenizá-la, mais uma vez, publicamente, pelo belíssimo e importantíssimo lançamento, no dia 8 de janeiro deste ano, do Comitê de Enfrentamento à Desinformação.

Essa iniciativa é fundamental e tem tudo a ver com o que estamos falando aqui, porque significa o reforço do combate a desinformação, *fake news*, mentira e negacionismo científico que, infelizmente, durante um tempo, neste país, tomaram conta de alguns setores institucionais, inclusive.

Acho que esse processo é fundamental e de uma alegria importantíssima. Então, quero, mais uma vez, parabenizá-la publicamente e colocar esta casa à disposição da Universidade de Brasília, do grupo, para pensarmos juntos a política pública e contribuirmos com esse debate para combater a

desinformação e fortalecer a verdade e o conhecimento científico e tecnológico, fundamentais para o desenvolvimento do nosso país.

Mais uma vez, obrigado pela presença. Com a palavra a Rozana Reigota Naves.

ROZANA REIGOTA NAVES – Boa tarde a todas as pessoas.

Eu queria cumprimentar o deputado Gabriel Magno, que preside esta reunião que trata de um tema importantíssimo.

Sem dúvida, deputado, tanto a sua atuação legislativa, como a atuação mais recente junto ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, na defesa do financiamento público da pesquisa, é de grande relevância e se soma a essas outras ações que as universidades têm promovido, que dialogam muito fortemente com o tema que ainda não circulou, mas que está no âmbito das suas últimas considerações, que é o da popularização da ciência também, como instrumento de fusão do conhecimento científico produzido nas universidades principalmente, mas também nos institutos federais, nas instituições de educação de maneira geral, e que vai ser fundamental, sem dúvida, para o enfrentamento tanto da desinformação, como da defesa da democracia sempre.

Quero cumprimentar, em seu nome, todos os membros da mesa e da mesa estendida também; as instituições de educação superior do Distrito Federal aqui representadas; os gestores de ciência e tecnologia do DF; as empresas; as instituições de pesquisa; as agências de fomento, tanto em nível nacional, como também no Distrito Federal, em particular a nossa FAPDF, que é hoje o tema e também o mote desta nossa reunião; as representações das entidades dos segmentos – a ADUnB, representada na pessoa da nossa presidente e também dos colegas membros da diretoria; a ANPG; o DCE, sempre muito atuantes.

Nós precisamos dessa atuação, dessa mobilização. Sabemos o quanto é importante que todos os segmentos estejam unidos nesta pauta e também a audiência qualificada que se apresenta aqui, tanto os docentes quanto os estudantes e técnicos interessados nessa temática.

Eu vou falar rapidamente e retomar aqui alguns pontos que já foram mencionados sobre a questão do financiamento público, a importância de que o financiamento público se mantenha e se amplie.

Nos países que alcançaram um grau de desenvolvimento, sabemos que os recursos do poder público são direcionados para alavancar as pesquisas científicas, e isso tem impactos fortes para o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico dos países.

Isso se contrapõe, como muito bem foi dito pelos estudantes, ao cenário de cortes orçamentários que temos observado no âmbito das universidades, das instituições de educação superior, e que já começam bem lá atrás, com a PEC do Teto, Emenda Constitucional nº 95, agora melhorada no arcabouço fiscal, mas ainda com forte impacto para a recomposição do nosso orçamento, que deve ser sempre a nossa grande pauta. É preciso trabalhar com orçamentos que nos permitam desenvolver o trabalho para o qual nós nos propusemos enquanto instituição pública. Nesse bojo, cito o orçamento das agências de fomento, que, sem dúvida, são impactadas também por essa lógica de partição orçamentária que leva em conta outros fatores, não apenas aqueles diretamente ligados ao desenvolvimento do país.

Nesse contexto, a notícia da desvinculação de receitas nos chega com muita apreensão porque afeta diretamente as pesquisas que estão em desenvolvimento. Além disso, como muito bem colocou o nosso colega da Embrapa, há aqueles temas que precisamos inovar, avançar e que constituem, cada vez mais, de forma mais célere, os desafios dos novos tempos, inclusive, em um nível de risco para a própria humanidade.

Quero lembrar que esse investimento deve ser tanto na pesquisa básica quanto na pesquisa aplicada. Quando falamos de inovação para esse financiamento, muitas vezes isso é malcompreendido no sentido de que a pesquisa básica parece ser deixada de lado, quando, na verdade, estamos em um *continuum* que passa pelo desenvolvimento da pesquisa básica à pesquisa aplicada até o desenvolvimento dos produtos que atendem as demandas da sociedade.

Rapidamente, para citar números e não avançar tanto no tempo, no ano de 2023, na Universidade de Brasília, houve um financiamento de pesquisas da ordem de 38 milhões pelo CNPq e 74 milhões pela FAP para 824 grupos de pesquisa credenciados no diretório de grupos do CNPq. No último ano, houve 440 bolsas de iniciação científica, quando já foram mil no passado. Houve 1 milhão e 500 bolsas de pós-graduação, quando já foram 3 milhões. Sem contar a participação em eventos e a inovação que foi a construção coletiva do edital que envolve extensão. O André citou o Congresso de

Iniciação Científica, que é um grande marco desse ponto.

Quero lembrar que a pesquisa está diretamente ligada à formação de cientistas e à permanência dos estudantes, como foi muito bem colocado, não apenas do ponto de vista da sustentabilidade financeira para desenvolver as ações de pesquisa e extensão, mas, sobretudo, por esse estar na universidade e vivenciar o que a universidade pode oferecer. É muito importante a formação de jovens cientistas e a retenção desses cientistas no país.

Quero destacar as pesquisas e os editais que promovem a participação das mulheres. Anteontem celebramos o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência. É importante trazer essa pauta também para esse contexto e para a construção coletiva e dos editais.

Quero de novo reforçar o papel das FAPs como parte desse ecossistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação, especialmente na vinculação com o setor produtivo.

Não estamos falando de nos desvincularmos dessa realidade, dessa demanda de produção que chega à sociedade, chega à ponta. Estamos falando, sim, de uma vocação territorial para o desenvolvimento coletivo de ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação, uma relevância que se dá em nível do Distrito Federal, sem dúvida, mas que tem impacto regional. Como mencionamos antes, há o diretório da UnB Cerrado, há a Rede Biotá Cerrado, um dos institutos nacionais de ciência e tecnologia. Também estamos falando de projetos na Amazônia, apoiados pela Confap, e de projetos de abrangência e relevância nacional e internacional.

Então, agradeço a oportunidade dessa discussão. Seguimos aqui representados e acredito que o critério das universidades inclui a agenda de reitores, que precisa ser retomada. Agradeço muito pela antecipação da fala, que nos permitiu marcar presença.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, reitora e professora Rozana Reigota Nunes.

Nós entendemos e compreendemos que é necessário e importante dar atenção às agendas da reitoria. Há muito trabalho e muita balbúrdia com que lidar. (Risos.)

Agradecemos a presença da Universidade de Brasília. É sempre um prazer. Tratamos a UnB com muito carinho devido à importância que ela tem para a cidade, para o nosso país, mas também devido à nossa relação com ela. Tenho muito orgulho de ter feito parte dos quadros da universidade, de ter estudado lá. Estou devendo voltar para a universidade e fazer uma pós-graduação, não é, Renata? Isso vai dar certo. Há uma briga na minha consciência sobre se será na física ou na pedagogia, lá na FE, não é, Maria Lídia? Mas, enfim, vai dar certo esse retorno.

Renata, vamos combinar: se a reitora precisar se ausentar, você ocupa o lugar dela e segue conosco.

Se você me permitir, Simone, antes de passar a palavra para você, concederei a palavra para a Renata, da FAP, que pediu para fazer algumas considerações.

Nós geralmente deixamos o governo para o final para responder as perguntas e comentar os apontamentos. Então, já que a Renata pediu, acho que podemos ajudá-la. Depois passamos a palavra para a reitora.

Renata, quero aproveitar que você vai fazer algumas prévias considerações e propor, diante dos desafios desse processo, em primeiro lugar, a recomposição. Como podemos organizar isso? Acho que a ação do Tribunal de Contas é uma ação de pressão também. Estão aqui a Embrapa e a Fiocruz, que têm uma parceria grande. Eu digo que aprendi uma coisa com o MST: governo e feijão só ficam bons com pressão. Então, obviamente que a representação do Tribunal de Contas é um instrumento de pressão forte e institucional, pois esperamos uma decisão positiva que determine a recomposição para que possamos também realizar esse processo. Acredito que isso ajuda a abrir o debate dentro do governo do Distrito Federal, para que possamos não só corrigir isso mas também avançar novamente. Hoje nós estamos tratando de 0,5% da receita corrente líquida, mas já tivemos um percentual maior destinado à Fundação de Apoio à Pesquisa, FAP, carimbado no orçamento. Esse percentual diminuiu após uma iniciativa parlamentar, que foi aprovada, mas posteriormente declarada inconstitucional por vício de iniciativa, mas acredito que devemos avançar para além dos 0,5% da receita corrente líquida, que nos permita ter mais espaço. Por exemplo, fizemos um levantamento dessa série histórica e podemos voltar a ter 1% ou mais do orçamento do Distrito Federal. Acho que isso é importante.

Sabemos que, para isso, é preciso haver nomeações e concursos públicos para os servidores da FAP. Hoje, a equipe técnica da FAP é limitada em número, o que obviamente demanda trabalho, capacidade na produção de editais, formulação e empenho dos processos que passam por lá.

Eu gostaria de abordar também a questão dos editais. Fizemos um levantamento e acredito que, ao abrir este diálogo, nosso intuito é aperfeiçoar esses instrumentos de participação, tornando-os cada vez mais válidos e democráticos. Por exemplo, alguns editais da FAP preveem o critério de seleção de projetos pela ordem cronológica de inscrição. Isso gera, obviamente, distorções na avaliação do que está sendo produzido nesse processo. Portanto, acho que é importante pensar e combinar coletivamente para aperfeiçoar os instrumentos e mecanismos de acesso e fomento para a comunidade científica, que representa uma parte importante da nossa cidade. É fundamental que essa comunidade possa acessar esses instrumentos e esse fomento da maneira mais transparente possível.

Eu gostaria de fazer esses apontamentos e agradecer sua presença aqui hoje.

Concedo a palavra à Renata Vianna.

RENATA VIANNA – Eu que agradeço, deputado Gabriel Magno, por poder publicizar um pouco mais das atividades que temos realizado e todo o esforço pessoal que todos os servidores da FAP têm feito para o sucesso e a execução de 100% do orçamento consolidado desde 2020, início da atual gestão da FAP.

Não sei se consigo fazer isso em 5 minutos, mas tentarei ser breve. Acho importante fazer algumas colocações antes de chegar à questão dos editais especificamente.

Quando recebemos a FAPDF, ela tinha um orçamento de 2% da receita corrente líquida do Distrito Federal, o que representava, à época, 495 milhões de reais, aproximadamente, com uma execução entre 8% e 33%. Nos anos anteriores, essa era a máxima de execução.

Quando assumimos, enfrentamos a pandemia. Editais foram suspensos devido às restrições, impossibilitando viagens, participação em eventos, entre outras atividades. Os pesquisadores também estavam impedidos de realizar suas pesquisas de campo. Enfim, a FAP parou, assim como todo o país.

Como política interna, considero que não devemos desprezar o trabalho anterior. Então, executamos 100% de tudo o que estava represado desde 2019. Isso resultou em uma execução, no ano em que assumimos, de 104 milhões de reais sem realizar novos editais, apenas cumprindo e saudando compromissos assumidos por gestões anteriores e recompondo prestações de contas, finalizando editais anteriores. Isso já foi a maior execução da FAP dos últimos tempos. Dessa forma, inauguramos a gestão com essa ação, o que considero muito positivo.

No ano de 2021, tivemos algum sucesso na implementação. Enfrentamos muitas críticas devido à falta de continuidade dos editais. A academia tinha muito ressentimento em relação às administrações anteriores e isso recaiu sobre nós, pois éramos uma nova gestão, mas a FAP era a mesma. Institucionalmente, entendemos que era o reflexo disso. Então, escutamos tudo e vimos a necessidade de planejar minimamente uma ação para resolver essas reclamações, firmando-as em uma política que pudesse ser consolidada ao tempo em uma política de Estado e não de governo.

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal precisa dessa continuidade. Eu não quis descer para o púlpito, porque advogado fala do plenário, mas se eu descesse lá, eu não sairia de lá e vocês teriam que me aguentar até amanhã.

Precisamos recompor uma situação interessante. Vindo da advocacia e da academia, especialmente, gosto muito de ser aluna sempre, acho que isso engrandece a nossa alma. Estou abraçada com o André e com a Amanda nas suas discussões. Hoje estou na função de gestora pública, mas compreendo perfeitamente o lado que vocês defendem. Vou tentar abordar isso, e, se não conseguir, meu secretário-executivo também falará sobre esse assunto.

Então, os editais foram sendo construídos, e nós fomos recompondo os editais tanto de pesquisa básica quanto de pesquisa aplicada e tecnológica, fortalecendo a pesquisa de P&D no Distrito Federal. Acredito que isso se consolidou com a repetição de editais, tanto que ainda saímos com o edital de demanda espontânea e demanda induzida.

A partir de 2022, criamos o *learning*, que era uma pesquisa aplicada já com o funcionamento de tripla hélice. Com isso, começamos a observar a evolução do planejamento estratégico dessa gestão, o que considero fundamental mencionar.

A partir daí, iniciamos esse crescimento com absoluto apoio da academia, o que precisa ser dito. A UnB nos abraçou, assim como a UnDF, que na época ainda era Funab, a UCB, a UDF, o Ceub, a FGV e o Iesb. Essas instituições hoje são as que sustentam a pesquisa no Distrito Federal. São elas que possuem cursos de pós-graduação *stricto sensu* consolidados no Distrito Federal e que têm a capacidade de agregar o setor privado, produzir ciência básica e promover o crescimento a partir de

programas de ciência aplicada e tecnológica.

Observamos nesse crescimento o que experienciamos no ano passado na criação de editais, como a reitora da UnB e o reitor Carlos Longo mencionaram. Nós temos nos reunido a cada 2 meses com a academia e com o setor produtivo, na tentativa de compor as melhores soluções possíveis para que consigamos aplicar os recursos da FAP. Minha preocupação é a aplicação dos recursos da FAP, pois 100% desses recursos não pertencem à FAP, mas à sociedade, e eles precisam reverberar nela. A aplicação da tríplice hélice corrobora-se com a política de ciência e tecnologia desenvolvida pela secretaria. É preciso criar um ambiente de congregação entre o setor privado, o setor público e a pesquisa, porque precisamos garantir que toda a pesquisa produzida no setor da academia seja acolhida e utilizada pela administração direta do Distrito Federal.

Então, hoje, deputado, há, por exemplo, 3 projetos absolutamente amadurecidos sobre dengue, que precisamos fazer com que a Secretaria de Saúde e a Vigilância Sanitária os utilizem. Já conseguimos a parceria do Exército para realizar os testes de campo, que são feitos a céu aberto, tanto nas vilas militares quanto em áreas abertas de mata. Temos avançado muito na tentativa de organizar a colaboração entre a administração direta, o setor acadêmico e o setor produtivo, que hoje, reconhecidamente, desenvolve pesquisas absolutamente incríveis.

Poderíamos falar de vários projetos individualmente, mas não é o caso. O fato é que conseguimos fazer isso com apenas 0,5%, o que significava, até o ano passado, em torno de 100 a 120 milhões de reais para a área fim, apenas para executar nossos editais. É importante dizer que, a cada ano, crescemos um pouco no número de chamadas e, até o ano passado, publicamos 16 chamadas. Nos últimos 3 anos, ganhamos o troféu de transparência no Distrito Federal. Fazemos questão de cumprir todos os requisitos porque entendemos que é importante que a academia e a sociedade entendam o que estamos fazendo: tudo realizado por meio de edital público e com essa característica de transparência para o Distrito Federal.

No tocante à provocação do deputado, é importante esclarecer, deputado, que a questão da ordem de chegada nunca foi diferente nos últimos 30 anos de existência da FAP. A única diferença é que essa informação foi incluída no edital. Esse é um edital de 1 milhão de reais e ele engloba uma média de 930 submissões.

Portanto, não há recursos suficientes para esse edital. Na prática, esse edital tende a ser inviável. Mesmo que eu passe para uma pesquisa *ad hoc*, como a academia sugere, não seria possível fazer uma *ad hoc* e entender que um congresso de física seja mais importante do que um de agronomia. São áreas distintas e não há como comparar banana a tomate. Portanto, essa métrica fica muito prejudicada.

Este ano decidimos realizar uma alteração, principalmente em função do remanejamento e do planejamento nos editais e decidimos fomentar os projetos apoiados pela FAP. O critério será esse.

O critério será o de apoiarmos a divulgação científica de projetos fomentados pela FAP. Esse critério, dentro do contexto do remanejamento necessário, foi considerado o mais justo. Além disso, a avaliação será feita por uma câmara de assessoramento, mas a escolha se dará entre aqueles projetos já fomentados pela FAP. Portanto, haverá uma ordem única. Não será necessariamente por ordem de chegada.

Muito obrigada. Fico à disposição para qualquer questionamento.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Renata.

Acho que essas explicações são realmente importantes. Contudo, gostaria de reforçar, como uma das propostas de encaminhamento, a criação de uma frente mista. Não seria apenas uma frente parlamentar, mas haveria a participação das entidades da sociedade civil que estão presentes, das universidades, das instituições, como a Fiocruz e a Embrapa, bem como de todos os outros envolvidos nessa questão.

Seria uma frente composta pela sociedade civil, por instituições públicas e até pelas instituições privadas, como é o caso da Universidade Católica. Isso deve ocorrer em parceria com a FAP e com o Governo do Distrito Federal para que se crie um espaço de diálogo que é muito importante, inclusive para pensarmos juntos – não apenas sobre esses critérios.

Nesta casa, temos vivenciado muitos desses dilemas da política de fomento quando ela é muito apertada. O FAC, o Fundo de Apoio à Cultura, também vive o dilema de possuir recurso reduzido para uma enorme demanda de financiamentos e de fomentos. Portanto, a disputa, obviamente, é cruel – na

maioria das vezes. O ideal será sempre aumentar o tamanho do cobertor para caber mais pessoas.

Ajuda muito quando conseguimos dialogar com mais transparência quanto aos critérios adotados. Claro, sempre que os recursos são insuficientes, alguns ficarão de fora, o que gera insatisfação e um desafio para a frente.

Por esses motivos, proponho, como encaminhamento, que possamos sair daqui com o compromisso de criar essa frente parlamentar mista. Ou, caso prefiram, podemos pensar em outro nome, mas com o objetivo de defender a FAPDF, pela valorização da ciência. O objetivo é ouvirmos e organizarmos melhor essa questão e criarmos um fórum em que possamos dialogar constantemente.

Eu sei que há esse processo e que ele não é novidade, mas podemos inaugurar um pacto para que esta casa também ajude nesse debate e nessa construção. Acho que isso pode ajudar. Então, proponho esse encaminhamento, porque, quando entramos nos detalhes das demandas, eles são vários. Talvez, hoje, não consigamos apresentar todos os pontos, porque são vários assuntos que temos como demanda. Essa frente, talvez, pode ser um grupo de trabalho importante para isso.

Quero agradecer novamente os esclarecimentos. Acho que surgirão outras questões, que discutiremos ainda hoje.

Concederei a palavra à magnífica reitora da Universidade do Distrito Federal, a nossa UnDF, professora Simone Benck.

Vamos combinar a nossa ordem geral: após a fala da Simone, escutaremos a SBPC e, por fim, a ADUnB, que nos provocou, antes de ouvirmos o Governo do Distrito Federal. Haverá 2 falas da SBPC, 1 da ADUnB e, depois, ouviremos o Governo do Distrito Federal. Abriremos a palavra para algumas intervenções do plenário. Peço que as intervenções sejam muito breves, pois precisaremos entregar este espaço para outra atividade que ocorrerá logo mais, à noite. Eu, inclusive, continuarei presidindo.

Convido todos os que desejarem a participar da próxima sessão solene, em que comemoraremos os 45 anos do Partido dos Trabalhadores.

Precisamos entregar este plenário às 18 horas, às 18 horas e 15 minutos no máximo. Vamos ser objetivos nesses processos para dar tempo de fazer os encaminhamentos.

Concedo a palavra à reitora Simone Benck.

SIMONE BENCK – Boa tarde a todos.

Deputado Gabriel Magno, obrigada pela oportunidade. É uma honra estar aqui, deputado.

Na sua pessoa, cumprimento a mesa. Cumprimento os colegas da Universidade do Distrito Federal, Fepecs e Escs, que estão aqui conosco.

Honro muito o fato de eu estar nesta casa diante de pessoas que nos antecederam e fizeram tanto esforço para que pudéssemos ter este lugar de fala. Falarei brevemente, até porque também tenho de sair. Talvez seja contraditório o que irei dizer a princípio. Peço a vocês que, por favor, fiquem bem atentos ao que irei dizer.

Nós temos muito o que celebrar. Para mim, este dia é um dia de celebração. Nós temos muito o que celebrar: nós, os poderes, o setor produtivo, as academias, os estudantes, o terceiro setor, as associações, as instituições sociais, civis e empresariais.

Nos últimos anos, no Distrito Federal, à luz do trabalho feito diuturnamente por muitos que nos antecederam, nós conseguimos ver a FAP sair das páginas policiais. Nós vimos a FAPDF sair completamente do ostracismo e do que ela jamais deveria ter protagonizado em uma história tão breve como a do Distrito Federal, com pouco mais de 6 décadas. Não tivemos nem tempo de ver a FAP chegar ao lugar em que chegou, dado o tempo de existência dela.

Aprendemos a conversar. Os poderes aprenderam a conversar. As instituições aprenderam a ouvir e a dialogar com a academia para, além de divinizar-la – o que também é outro espaço para discussão entre nós que estamos aqui representando a academia –, aprender a entender quais são as disputas internas do próprio poder e do conhecimento científico. As humanidades que o digam.

Nós aprendemos a sentar com os estudantes. Nós vimos uma geração que nos antecedeu de docentes – que eu dou graças a Deus de tê-los tido na minha vida – fazer com que nós estudantes nos empoderássemos, lutássemos e chegássemos a sentar nos lugares em que nós estamos sentados aqui hoje. Nós aprendemos a protagonizar à frente a disponibilidade orçamentária. Entender de orçamento não é simples. O Estado é muito, muito competente em esconder sobre como fazer orçamento. Os Legislativo e os deputados também não o facilitam, o Senado também não o facilita. Compreender isso

em tão pouco tempo de história como o Distrito Federal tem também não é privilégio, é mérito. Por isso, digo “celebrar”. Eu reitero: nós temos muito o que celebrar.

Nós, no Distrito Federal, conseguimos abrir, apesar da pandemia e de todo um negacionismo à ciência, mais uma universidade pública com recursos do Distrito Federal, uma universidade que foi sonhada e desejada e que está na mão da sociedade, não está na mão de *a*, de *b*, de *c*; ela está na mão e ela é nossa, ela é do Distrito Federal e da Ride.

Nós também aprendemos a celebrar, porque temos a certeza de que o Distrito Federal tem autoria própria frente ao país e ao mundo. Os recursos da FAP são imprescindíveis para que essa autoria e a produção dessa autoria, que tem a cara do Distrito Federal e da Ride, chegue aos 4 cantos da terra plana, quadrada. E, em tempos como os que estamos vivendo, e digo de antiutopia mesmo, é muito pouco provável que não estejamos correndo risco de perder tudo isso, que nós estaríamos aqui hoje tendo direito e motivo para celebrar.

Então, não cabe, além do que está posto nesta mesa, nós discutirmos que não admitimos retrocesso. Os recursos da FAP não podem retroceder do ponto de vista do que eles galgaram no orçamento público distrital. Nós precisamos necessariamente ser ainda mais sábios e inteligentes para, em todas as mesas, definitivamente exigirmos que isso não seja retrocesso.

Eu acho que a luta está posta, o lugar de fala de todos os espaços tem fóruns muito legítimos para fazê-lo no Distrito Federal. Nós não precisamos retroceder no sentido de também contarmos a história que o Distrito Federal fez. Quem está à frente do orçamento tem o dever de conhecê-la. E é por isso que eu digo: a voz e a autoria da pesquisa, da ciência e da tecnologia do Distrito Federal não podem retroceder, principalmente em termos orçamentários. É isso.

Para isso, deputado Gabriel Magno, conte conosco, conte com a professora Simone, conte com a reitoria da universidade e conte com a nossa casa também, a Secretaria de Estado de Educação.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Simone. Conte conosco também. Se a FAP, pela aplicação... Mais uma vez, vou repetir isso durante todo o dia: foi equivocado o entendimento do Governo do Distrito Federal. A aplicação da DREM significou para a FAP menos 45 milhões de reais; para a Fundo da Universidade do Distrito Federal, esse prejuízo significou 32 milhões e meio de reais também. Então, há esse desafio.

Nós temos feito essa briga, essa disputa por um entendimento. Precisa ser um entendimento... Eu nem quero entrar no mérito da DREM, senão nós poderíamos fazer outro debate – não é, Maria Luiza? –, a necessidade do debate orçamentário. Nós não estamos entrando no mérito da DREM aqui. É uma emenda constitucional, o Congresso Nacional aprovou. É preciso respeitar o entendimento disso, pelo menos sob o âmbito jurídico. Essa aplicabilidade da DREM nos limites mínimos é inédita também no Distrito Federal, é a primeira vez que se aplica dessa maneira na formulação do orçamento.

Nossa luta inicial é, minimamente, tentar estabelecer pactos. Obviamente, nós sabemos que o orçamento é disputado, sabemos também dos interesses que estão por trás disso. Todo mundo quer uma parte dele, isso faz parte da luta política. Esta casa é um exemplo disso também. Acho que esses pactos são fundamentais, porque esse é o prejuízo que a reitora também apresenta, e números significam e têm impacto na ponta.

Concedo a palavra ao amigo e companheiro de muitas lutas, Roberto Muniz, da SBPC-DF.

ROBERTO MUNIZ BARRETO – Obrigado, deputado Gabriel Magno. É um prazer estar aqui. Obrigado pelo convite e pela oportunidade. É muito importante esta iniciativa do deputado Gabriel Magno de propor esta audiência pública para discutir os caminhos da ciência e tecnologia no DF.

De antemão, eu vou pedir desculpas a todos e todas, se eu for muito direto. Não tomem isso como uma descortesia ou uma falta de educação. O nosso tempo é reduzido, então eu vou tentar ser breve e não farei uma introdução. Vou pontuar, de fato, os problemas que nós, na SPBC, temos visto, junto com a comunidade, a respeito da FAP.

Em primeiro lugar, nós estamos aqui em defesa da FAPDF. Ela é fundamental para o DF, ela é fundamental para a nossa população, ela é fundamental para o país. Nós não estamos aqui para denegrir a FAPDF, a administração da FAPDF. Eu tenho um vínculo histórico com a FAPDF, pelo menos para mim é histórico. Eu fui o que é hoje a Renata; fui o primeiro diretor-superintendente da Superintendência de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e de Inovação. A FAP, antes, tinha várias diretorias, superintendências. Depois, ela passou por uma reestruturação e ficaram só 2

instâncias gerais da FAP: uma presidência e uma diretoria. Nós tínhamos diretorias, e isso foi uma redução drástica. Eu vivenciei essa redução drástica e fui diretor na função que você hoje ocupa.

Por isso, eu acho que eu conheço um pouco da FAP por dentro. Além disso, eu sou servidor público federal numa agência de fomento. Trabalho e pesquiso sobre políticas de C&T, meu doutorado é nessa área. Acredito, portanto, que nós podemos abordar algumas coisas.

Primeiro, eu fico muito feliz em ver que há uma concordância aqui: é necessário reconstruir o orçamento da FAP. Não é só – e aí eu me permito falar – o problema deste corte recente, desta desvinculação de receitas. Isso está no momento, mas nós vamos lembrar que antes, na Lei Orgânica do Distrito Federal, a FAP tinha direito, de maneira progressiva, a chegar até 2% da receita líquida deste Distrito Federal. Infelizmente, isso foi nos tirado, está certo? Temos de deixar claro que estamos falando hoje de pouco recurso, que ainda foi cortado. Mas antes havia a possibilidade, a FAP vinha trabalhando com um orçamento chegaria a 2%.

Quando estávamos para chegar aos 2%, essa porcentagem nos foi retirada. Não vou entrar no mérito histórico disso, mas quem conhece a história da FAP sabe disso. Então, é necessário lutar contra esse corte recente, mas é preciso mudar a Lei Orgânica do Distrito Federal para que voltemos a ter os recursos necessários para a FAP.

A segunda coisa que eu acho importante pautar – a Renata já colocou os dados – é a questão da execução orçamentária. Os deputados aqui – eu acho que o nosso deputado não estava presente – chegaram a votar matéria com um argumento que veio do governo: de que, primeiro, não havia condições de execução orçamentária, a FAP ganhava muito dinheiro e tinha de devolver. Que absurdo é esse? Para que vai ficar dando dinheiro para a FAP se ela tem de devolver? Ora, esse é um argumento falacioso. A FAP teria de executar os 2%, ela tem e pode executar esses 2%, e esses 2% têm demanda, uma demanda qualificada.

A FAP não executava o seu orçamento, não por culpa ou falta de demanda qualificada, falta de projeto, de quem assistir, ou do que fazer com esse dinheiro. É porque, simplesmente, os recursos eram contingenciados. Eles deveriam ser liberados mês a mês, mas não eram liberados mês a mês. Eram liberados no final do ano, e o que acontecia? No final do ano, não dá para fazer tudo, ainda mais com recursos substanciais. Essa coisa de que era muito dinheiro e não deveria ser destinado à FAP porque ela não o executa é uma falácia.

A segunda coisa é: como a FAP vai fazer para dar conta do recado se ela teve uma redução drástica de pessoal? Não é possível. Ela recebe recursos e não tem pessoal para executar.

É querer dizer: “Olha, está vendo, não funciona”; e isso não é verdade. Eu tenho o maior respeito pelas pessoas que estão trabalhando pela FAP, todo mundo que esteve lá dava a camisa pela FAP, mas o número de servidores que a FAP possui é insuficiente para atender as demandas do DF – e demandas, volto a dizer, qualificadas. É preciso haver mais gente na FAPDF trabalhando, pessoas qualificadas, porque, durante muito tempo, a FAP foi um cabide de emprego.

Só havia cargo comissionado de pessoas que não entendiam absolutamente nada de ciência e tecnologia. E com esse pessoal chegamos a fazer milagre. Então, precisamos atacar de frente essa questão de pessoal. Eu acho que o Distrito Federal precisava ter uma carreira de ciência e tecnologia para atuar na secretaria e para atuar na execução da demanda que a FAP tem.

A FAP precisa ter a abertura, dialogar constantemente com a comunidade. É preciso chamar o seu conselho superior para participar. Há quanto tempo nós estamos sem reunião do conselho superior? Existe a figura do conselho, e ele precisa estar mais ativo. Porém, a FAP precisa escutar mais, a FAP precisa interagir mais. É isto que o deputado Gabriel Magno falou: é necessário que as 2 partes, a comunidade e o governo, conversem constantemente.

Renata, peço que você me desculpe. Como superintendente que fui, a história desses editais que tiveram inscrição... a demanda apoiada por ordem de inscrição... Não foi assim! Eles existiram antes, já existiam na minha época – e olhem que eu sou meio velho. Havia critérios científicos, critérios explícitos. Não era dizer: “Não podemos comparar agronomia com física”. Existem critérios que podem ser aplicados que não seja a ordem de chegada. Isso é um absurdo, mas vinham acontecendo assim.

A falta de consultores para a FAP pode ser sanada. Nós estávamos trabalhando para um grande acordo, um convênio com o CNPq, que tem um banco enorme de consultores. Eu sei da dificuldade de achar consultor, mas é possível sanar isso. Não se pode é deixar de aplicar critérios de mérito para fazer edital. Desculpe-me, mas isso não existe.

Acho que a proposta que a FAP está fazendo para solucionar esse processo é um retrocesso,

porque em vez de apoiar os estudantes que querem e precisam ir a congressos, só vai apoiar quem já tem apoio da FAP, quem já tem projeto na FAP. Acha que é um contrassenso.

É isso. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Roberto.

Antes de passar a palavra ao Gilberto, quero destacar um ponto importante na questão da execução, porque isso também é um dilema dos fundos e é um debate que nós precisamos fazer com a sociedade.

Vemos a desculpa pela não execução por diversas razões em que recursos, no final do ano do exercício financeiro e orçamentário, são retirados e devolvidos para o Tesouro. Nós temos que proteger o fundo, porque proteger o fundo é proteger a política.

Nós temos brigado em todos eles. Se não for executado no ano, o saldo remanescente precisa ir para o exercício seguinte. Então, se o orçamento da FAP deste ano – que é de 180 milhões, sem a aplicação da DREM – não for executado, o saldo remanescente precisa continuar na FAP, não pode ir para o Tesouro e se perder, devido às diversas dificuldades que já foram levantadas aqui. É preciso proteger e preservar a política-fim.

O que nós estamos vendo é que os fundos temáticos, os fundos direcionados, a cada ano que passa, têm uma baixa execução. Assim, a lógica da proteção da política da criação dos fundos, da criação das fundações, perde o sentido, porque, se não é executado, o recurso é devolvido ao Tesouro e o governo faz a política com a prioridade que ele tem e não com a prioridade que a sociedade pactuou, inclusive na própria Lei Orgânica.

Eu acho que isso é importante.

ROBERTO MUNIZ BARRETO – É uma observação rápida, dentro do que você está falando, pois eu acho que é fundamental esta discussão.

Existe um fundo do DF para ciência e tecnologia, um fundo distrital para ciência e tecnologia. Ele precisa ser, realmente, colocado em prática. Basta regulamentá-lo e colocar uma direção nesse fundo, para, então, conseguirmos alguma coisa nesse sentido.

Muito bem colocado, deputado.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito obrigado, Roberto.

Concedo a palavra ao Gilberto Lacerda dos Santos, secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC.

GILBERTO LACERDA DOS SANTOS – Boa tarde. Saudações a todos e a todas.

Na verdade, junto com a sua assessoria, tínhamos combinado o inverso: eu faria uma introdução para o Roberto. Foi isso que nós tínhamos combinado. Mas vamos lá.

Eu havia pensado iniciar a minha fala citando uma publicação na coluna Opinião do *Correio Braziliense*, há 2 anos, em que o tema era exatamente esse. Aparentemente não estamos saindo do lugar com relação à questão dos cortes orçamentários de que vem sendo vítima, eu diria, a FAPDF.

Nesse sentido, no lugar de fala da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, temos nos colocado veementemente contra as abordagens do atual governo do Distrito Federal com relação ao lugar e à importância da ciência e tecnologia na sociedade.

Nós devemos lembrar que a FAPDF foi criada cerca de 30 anos atrás por uma demanda da comunidade científica, a SBPC foi partícipe disso, junto ao governador da época, que era o Roriz, como uma agência de desenvolvimento científico e tecnológico e não como uma agência de desenvolvimento econômico. Isso é diferente.

O desenvolvimento econômico vem a reboque do desenvolvimento científico e tecnológico, no caso da FAPDF. Nós temos aqui no texto... é um texto superatual. “É importante destacar que todos os países e estados que conseguiram se desvencilhar da pobreza e promover o desenvolvimento científico e tecnológico sustentável apoiam diretamente a pesquisa em ciência e tecnologia.”

Nós estamos vendo aqui um caminho no sentido oposto.

No início dos anos 2000, juntamente com a professora Fernanda Sobral, que estava aqui agora, com quem eu tenho trabalhado em iniciativas de avaliação de políticas públicas de ciência e tecnologia, fizemos um estudo com parlamentares sobre a visão deles acerca dos impactos de ciência e tecnologia.

E o resultado é catastrófico, porque não há visão. Consequentemente, agências que promovem desenvolvimento científico e tecnológico se tornam frágeis no âmbito governamental.

Também temos uma interlocução, vários projetos desenvolvidos, com a Fundação de Apoio à Cultura. Os resultados da Fundação de Apoio à Cultura são imediatamente visíveis. Então, um projeto financiado aqui vira uma peça de teatro, e as pessoas veem a peça de teatro ou vira uma reforma numa galeria. Os resultados são visíveis. Os resultados do empreendimento científico e tecnológico não são necessariamente visíveis imediatamente, e os parlamentares, no trabalho que fizemos nos inícios dos anos 2000, nos revelam isso. Consequentemente, agências como a FAP se tornam frágeis no que diz respeito a tudo que foi comentado aqui, como os revertérios, eu diria, nas políticas públicas de definição orçamentária e de garantia orçamentária.

Então, nesse sentido, e encerrando, a SBPC se coloca veementemente a favor da recomposição do orçamento da FAPDF. Nós gostaríamos que fossem retomados os nossos princípios iniciais, quando a FAP foi criada, em que ela estaria coordenada, comandada, capitaneada pela comunidade científica. Nós temos visto, ao longo da história, a FAPDF navegar ao bel prazer do governador de plantão. Nós nos colocamos contra isso e queremos que a FAPDF se torne uma poderosa agência de fomento científico e tecnológico, que dê alicerce às nossas universidades, ao nosso ecossistema de ciência, tecnologia e inovação, da qual a nossa comunidade estudantil faz parte de maneira ativa, vigorosa e poderosa.

Era essa fala que eu tinha como introdução ao Roberto, que continuaria com seus reverbérios, mas demos o nosso recado. (Risos.) (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Gilberto. Nesse caso, como na matemática, a ordem dos fatores não alterou o resultado. Deu tudo certo. Nós conseguimos, pelo bem da ciência, validar mais uma das leis da matemática.

Concedo a palavra à presidenta da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, a nossa ADUnB, que foi quem nos provocou – é importante registrar isso. Muito obrigado, viu? Parabéns, Maria Lídia, pelo brilhante trabalho na condução da ADUnB, esse sindicato tão importante para a nossa cidade, que sempre esteve na linha de frente das grandes lutas de Brasília e do país.

MARIA LÍDIA BUENO FERNANDES – Obrigada. Primeiro, gostaria de agradecer a presença de todos e todas. Para nós é uma honra estar aqui, nesse protagonismo que a ADUnB assumiu – vou falar um pouquinho sobre isso.

Quero cumprimentar todo mundo que está aqui – a mesa, as pessoas que estão na mesa expandida e as que vieram prestigiar este evento –, na pessoa do deputado Gabriel Magno, que é o presidente da CEC e que tem abraçado as causas da educação, ciência, tecnologia e inovação no seu mandato de forma exemplar.

Fiz uma fala longa, que estou tentando sistematizar para não atrasarmos muito. Eu gostaria de iniciar dizendo que os cortes orçamentares na Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal têm causado preocupação na comunidade acadêmica do DF, o que levou à mobilização de uma série de entidades, que abraçaram o tema da recomposição do orçamento da FAPDF. Temos aqui uma faixa se referindo a esse tema que temos abraçado: o fortalecimento do sistema de ciência, tecnologia e inovação no Distrito Federal.

A Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, ADUnB, seção sindical do Andes, o sindicato nacional, que neste momento eu represento, tem contribuído na articulação de entidades que atuam com pesquisa científica no DF, tais como a UnB; o Instituto Federal de Brasília; a Fiocruz Brasília; a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, regional DF; o Sinasefe; a UNE; a Ubes; o DCE da UnB; a Câmara Legislativa; o Sindicato da UnDF, entre outros.

Eu gostaria de fazer uma síntese do pensamento do professor Milton Santos, ele fala 2 coisas que neste momento me parecem muito importantes. A primeira coisa é que a política é a arte de pensar transformações e construir o caminho para realizá-las. E eu acho que o que estamos fazendo aqui é um movimento político, que é sonhar mudanças e construir o caminho para alcançar essas mudanças. E ele fala mais uma coisa muito importante, que o mundo não é o que está, mas o que pode vir a ser. Então, este mundo, que é horrível, está aqui para ser transformado. E aqui temos as pessoas para transformá-lo.

Continuando o histórico, a questão que preocupa as entidades citadas é o Projeto de Lei Orçamentária Anual, o PLOA, de 2025 no DF, que sinaliza uma forte redução dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação para o próximo ano, deixando de cumprir os 0,5% da Receita Corrente

Líquida estabelecidos como dotação mínima. Estamos falando de uma coisa ridícula: o investimento poderá passar para apenas 0,37% da Receita Corrente Líquida neste ano, caso não nos mobilizemos. Isso não está dado, nós vamos nos mobilizar! Isso não será dessa forma. Estamos aqui com uma equipe de pesquisadores fortíssima e respeitabilíssima. Não podemos permitir uma coisa dessas, uma perda de aproximadamente 50 milhões de reais!

Diante disso, a mobilização desse conjunto de entidades é pela recomposição orçamentária imediata, tendo como horizonte, no médio prazo, atingir a porcentagem de 2%, valor inicialmente previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal. Portanto, hoje estamos aqui para lutar pela recomposição do orçamento da FAPDF – não para o mínimo de 0,5%, mas pelos 2% previstos inicialmente.

É necessária uma enorme articulação política e social – sabemos que não é simples – para atingirmos tal objetivo, tendo em vista que o modelo neoliberal vigente trata as despesas com saúde, educação, pesquisa, ciência, tecnologia e inovação como gasto e não como investimento. Com a agenda de austeridade em curso, nosso desafio é enorme na busca de um projeto de sociedade livre, justa e solidária, com garantia e efetivação dos direitos humanos. Isso implica investimento e respeito ao papel do conhecimento, da pesquisa, da ciência e da tecnologia. Partimos do pressuposto de que a recomposição orçamentária é fundamental para enfrentarmos os problemas e questões estratégicas do DF.

Até aqui, fiz a fala do coletivo que tem se reunido para pensar essa ação. Agora, farei a fala do nosso sindicato.

Nossa diretoria entende ser necessário debater o caráter estratégico que a pesquisa financiada pela FAPDF deve assumir. Assim, propomos pensar de forma articulada os temas que deverão pautar as discussões na Câmara Legislativa do Distrito Federal, como o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, PDOT, Lei Complementar nº 803/2009, em cumprimento à Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade, que previa a revisão em 10 anos, a qual, porém, não foi efetivada integralmente em 2019. Estamos falando de um campo de disputa que envolve questões socioambientais e a especulação imobiliária.

O Plano Distrital de Educação, PDE, é outro tema de relevo nessa perspectiva. Instituído pela Lei Distrital nº 5.499/2015, em cumprimento à Lei Federal nº 13.005/2014, coordenado pelo Fórum Distrital de Educação, FDE, ele não teve suas metas cumpridas, sobretudo a Meta 20, que trata de investimento na educação pública emancipadora.

Considerando apenas esses 2 planos decenais, constata-se a carência de estudos e pesquisas com perspectivas estratégicas do desenvolvimento do DF e da Ride.

Cabe, ainda, problematizar os critérios que orientam as pesquisas financiadas pela FAPDF, muitas vezes pontuais e episódicas, sem integração às demandas socioambientais do DF. Assim, defendemos um esforço de construção de editais para fomentar pesquisas que orientem um projeto de desenvolvimento estratégico para o Distrito Federal, bem como a recomposição da força de trabalho da FAPDF, o aprimoramento dos mecanismos de governança, a participação e a transparência, o investimento em infraestrutura, bem como o financiamento de projetos com incidência territorial.

Por fim, salientamos que são necessários investimentos, compromisso político e social para financiar pesquisas, fomentar pesquisadores e oferecer infraestrutura de ponta, a fim de assegurar um ecossistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação robusto, para construir um presente e um futuro para a nossa sociedade com bem-estar, dignidade e justiça social.

Vamos dar um basta ao retrocesso social e econômico e ao desmonte da nossa FAPDF! (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito obrigado, Lídia. Conte conosco nessa luta e nessa mobilização. Acredito que esse é o grande compromisso dos encaminhamentos desta comissão geral.

Concedo a palavra para o secretário-executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, Alexandre Villain.

Há 12 pessoas inscritas para falar. Eu gostaria de combinar com os inscritos que cada um fale por 2 minutos. Sei que é pouco, mas isso garante que possamos ouvir o máximo de pessoas possível. Quem quiser falar, procure a nossa assessoria, que está registrando os nomes.

Concedo a palavra ao Alexandre Villain – obrigado, Alexandre, pela presença aqui mais uma vez, que sinaliza essa abertura de diálogo com a casa, com a sociedade civil e com as entidades representadas.

ALEXANDRE VILLAIN, – Obrigado, deputado. Eu gostaria de cumprimentá-lo e de expressar o nosso apreço por esta casa. É sempre uma alegria estar na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que, de fato, é a casa do povo.

Eu já sabia que nesta audiência haveria uma participação extremamente qualificada. Para mim, é uma honra poder refletir a partir das contribuições feitas até o momento.

Tomarei a liberdade de, na sua pessoa, deputado, cumprimentar os demais membros da mesa e da mesa estendida, para garantir que eu consiga fazer o máximo de comentários com respeito ao tempo, que é escasso.

Na sua fala de abertura, deputado, você mencionou a instabilidade, em alguns momentos, em relação à manutenção do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Há poucos meses, essa discussão foi reacesa no âmbito do parlamento federal. Isso sempre nos leva a refletir sobre a necessidade de se aprimorar a matriz econômica do Distrito Federal.

Entendemos que uma das principais formas, um dos principais instrumentos que há para garantir o aprimoramento dessa matriz econômica é garantir os investimentos em ciência, na produção científica, no desenvolvimento tecnológico e no desenvolvimento e investimento nas iniciativas de inovação.

Portanto, não há como eu começar a minha fala de uma forma diferente do que concordar integralmente com a necessidade e relevância da discussão que está acontecendo nesta casa hoje.

Eu havia perguntado ao deputado se a área econômica do governo havia sido convidada para esta comissão geral. O deputado me esclareceu que ela foi, sim, convidada. Enfim, podemos falar com propriedade sobre ciência e tecnologia, sobre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e sobre as nossas impressões sobre a questão fiscal que deve ter imposto um movimento da área econômica do governo, mas não podemos falar em nome deles.

Começo falando a respeito dos comentários da Amanda, que está sentada à mesa – inclusive tomei a liberdade de tomar nota de algumas coisas sobre as quais ela falou.

Em primeiro lugar, é um prazer interagir com a ANPG. Eu tive o prazer de trabalhar com alguns ex-presidentes dessa instituição, como a Maria Luiza Rangel, o Hugo Valadares, o próprio Roberto Muniz, a Elisangela Lizardo, todos foram colegas de Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A ANPG é uma entidade que sempre faz nos seus quadros um debate muito qualificado e uma defesa real da pauta de ciência, tecnologia e inovação. Foi um prazer ouvir suas contribuições sobre a construção coletiva dos editais na FAPDF, para garantir que eles sejam os mais diversos e repletos possíveis – até coloquei aspas, porque acho que foram exatamente essas palavras que você colocou – e sobre a necessidade de dialogar com a sociedade.

Enfim, eu vou usar isso para falar um pouquinho também sobre a necessidade de o Conselho Superior da FAP se reunir com periodicidade compatível com a relevância que aquele colegiado tem, porque, de fato, é ali onde se garante a diversidade e o diálogo com todos os setores.

Houve vários conselheiros, membros do Conselho Superior da FAP, presentes nesta casa hoje – alguns já foram embora – como eu, que sou membro há 1 ano e 2 meses. A reitora Simone, o professor Carlos Longo, a própria Universidade de Brasília e tantas outras instituições, tanto da academia, como do setor produtivo, têm representações lá. Há, inclusive, representação do governo.

Estou muito feliz de ver, Roberto e Amanda, que essas reuniões estão acontecendo de forma bimestral. Eu sei que isso foi recuperado recentemente, pois não era uma realidade num passado um pouco mais distante. De fato, isso está acontecendo há quatro anos, nessa gestão. Essas reuniões têm ajudado, sim, a FAP a construir um plano de investimentos, vamos assim dizer, compatível com essa demanda diversa e o mais repleta possível.

Claro, não existe óbice nenhum que nos impeça de dialogar com todos. Os gabinetes da Secti, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, estão, sim, abertos. Inclusive a professora Renata Aquino esteve lá, comigo, esta semana, falando sobre iniciativas, porque queremos avançar na parceria da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação com a comunidade acadêmica, para além das atividades que temos feito.

O André falou um pouquinho sobre a bolsa ser um incentivo ao pesquisador. Mas a bolsa está além disso. A bolsa também é a subsistência do pesquisador, muitas vezes. Entendemos, sim, a importância da garantia da manutenção das bolsas, porque ela é garantia da continuidade da produção do conhecimento na academia.

A Renata está me dando um *spoiler*. Em 2025, estão previstos 6 milhões e meio de reais exclusivamente para bolsas. Fizemos comentários sobre o reajuste das bolsas.

Para quem não sabe, fui cedido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia para a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, há pouco mais de 1 ano. Enfrentamos, no início de 2023, o reajuste das bolsas do CNPq. O reajuste foi, em média, de 40%. Algumas bolsas tiveram reajuste acima disso; outras, abaixo. A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal segue o critério e os valores CNPq. Assim que o reajuste foi anunciado, antes mesmo de o CNPq aplicá-lo, ele foi garantido pela FAPDF. Então, eu queria registrar os parabéns à FAPDF, pela iniciativa de não aguardar o reajuste federal para aplicá-lo aqui.

Pelo menos como conselheiro, garanto que o conselho superior vai brigar para que a FAP acompanhe, de forma integral, o CNPq em qualquer aumento que seja dado.

Deputado, o senhor apresentou uma série histórica da evolução do orçamento da FAP, o percentual da receita corrente líquida orçamentado ao longo de quase 10 anos.

Outra forma de enxergarmos a qualidade da execução é ver não só o que foi orçamentado, mas também o que não foi contingenciado. O Roberto e eu enfrentamos isso lá na esfera federal. Por tantos anos, o FNDCT foi orçamentado integralmente, mas contingenciado sistemicamente.

De fato, tivemos uma alteração na legislação, que levou o orçamento da FAP para 0,5% da receita corrente líquida, mas, ao mesmo tempo, tivemos uma movimentação que reputo muito positiva, por parte da área econômica do governo, de garantir que 100% do orçamento seja disponibilizado e não contingenciado.

Outra movimentação histórica é, de fato, a execução de 100% desse orçamento. Isso evidencia o que já foi visto de forma diferente no passado e foi muito bem colocado pelo Roberto. Temos uma demanda qualificada de, no mínimo, 100% do orçamento disponível hoje. Acreditamos que seja muito maior que isso, até porque todos os nossos editais têm um saldo de demanda qualificada para P2, e sempre estamos recebendo demandas da academia.

Deputado, o senhor falou um pouquinho sobre o exercício acabar e o orçamento sobrar, e, no ano seguinte, ele não ser reaplicado. Hoje o orçamento da FAP consta do orçamento geral do Distrito Federal na administração direta, na Fundação de Apoio à Pesquisa, mas, eventualmente, uma modelagem de aplicação de fundo nos moldes, por exemplo, do FNDCT, que tem uma parte na modelagem de fundo financeiro e contábil, e não só um fundo orçamentário, prevê que, eventualmente, o retorno desses recursos seja aplicado em exercícios posteriores. Acho que não é uma coisa trivial, mas acho que é uma discussão que pode e deve ser aberta.

Coloco-me à disposição para continuar discutindo esse tema, porque ele foi muito enfrentado e resolvido de forma muito positiva em âmbito federal, quando falamos do nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Há pouquíssimo tempo, falávamos de uma aplicação de recursos da ordem de 500 milhões e devemos ter agora, para este ano, mais do que 20 bilhões de reais, metade reembolsável, metade não reembolsável. Mas temos – desculpem o termo técnico –, a fundo perdido, um valor na ordem de 10 bilhões de reais. Isso transforma a realidade de um país. Acho que é um modelo a ser perseguido não só no Distrito Federal, mas em todos os entes subnacionais.

O doutor Mauro já foi, mas a Embrapa falou um pouquinho sobre a atuação dele na Secretaria de Ciência e Tecnologia, em governos anteriores, e, para nós, é um prazer poder manter o legado de gestores anteriores. Lembro que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação tinha sido extinta algum tempo atrás. Acho que um dos grandes méritos desta gestão foi, de fato, enxergar a ciência como uma pauta necessária e recriar essa secretaria.

Faço aqui um comentário com relação à exposição do professor Gilberto: temos o privilégio de ter um pesquisador, já desde 2020, à frente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e agora também, há mais ou menos 1 ano e meio, à frente da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, egresso da nossa UnB, que é o secretário Leonardo Reisman. Na FAP, eu me referi ao presidente Marco Antônio, e a nossa superintendente também é uma pesquisadora.

Esse é um movimento muito positivo. Eu também estou lá na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Fui convidado não por algum tipo de atuação ou afinidade política, mas por ser um ator do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Então, eu entendo que o GDF está, sim, prestigiando, para atuação nas pautas de ciência e tecnologia, atores do Sistema de Ciência e Tecnologia. Vejo isso como muito positivo.

O Diego Menezes, da Abipti, falou um pouquinho sobre a questão da transversalidade da ciência e tecnologia. Nós até tivemos aqui relatos do professor Carlos Longo, reitor da Universidade Católica de Brasília, e da professora Simone. Temos tentado prestigiar também esse fator transversalidade, para que possamos atuar de forma conjunta com várias áreas do governo.

Eu fiquei curioso, Diego, porque você falou um pouquinho sobre o aumento da arrecadação em CTI, no estado de Santa Catarina. Eu acho que é uma coisa muito interessante para conhecermos e, eventualmente, formularmos uma proposta de alimentação do Fundo Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação. A Renata falou sobre isso comigo. Depois, o Roberto também falou. Eu acho que o futuro da sustentabilidade econômica do financiamento da pesquisa no DF pode contar com o fundo, de fato.

O professor Carlos Longo falou um pouquinho sobre a tríplice hélice. Acredito que a questão da transversalidade também já contemple isso.

É interessante registrar que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação corrobora o entendimento de que o investimento público em CTI alavanca o investimento prioritário em CTI, inclusive, em áreas que são prioritárias para as próprias ações do governo.

De fato, tenho visto uma atuação muito equilibrada na Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal no fomento de iniciativas acadêmicas, iniciativas de inovação com os representantes do setor produtivo e iniciativas que atendem problemas públicos, mas com soluções baseadas em pesquisa. Isso tem sido muito positivo. Há muito espaço para ampliar o trabalho nesse sentido.

A reitora Rozana falou sobre o novo arcabouço fiscal. Eu queria registrar, pela experiência de governo federal, que este não é um desafio exclusivo do Governo do Distrito Federal. O Roberto é servidor de carreira do CNPq e enfrenta com regularidade os desafios orçamentários. A UnB enfrenta os desafios orçamentários, mas, de fato, cabe a nós – coloco-me mais uma vez à disposição –, gestores das pastas relacionadas à educação, ciência, pesquisa e tecnologia, reforçar a nossa interlocução com a área econômica dos governos para trazer tanto para ela quanto para o governador a visão da sociedade civil a respeito do movimento orçamentário que está acontecendo. Estamos fazendo isso. Com certeza, nosso desafio é trabalhar o orçamento disponível hoje, garantir a execução de 100%, garantir uma aplicação coerente, equilibrada, que promova o desenvolvimento científico e tecnológico da inovação e, também, buscar suplementações no orçamento de acordo com a nossa capacidade de execução. Até porque, deputado, derrubar a Drem não impede contingenciamento. A briga não é pela derrubada da Drem. O problema não é desvincular receitas de estados e municípios; o problema é retroceder nas dotações orçamentárias disponibilizadas para o sistema de ciência e tecnologia.

Eu queria fazer um último comentário. Roberto, sua fala é em favor da FAPDF. Na FAPDF e na Secretaria de Ciência e Tecnologia, não há carreiras, como você sabe. Você é servidor da carreira de ciência e tecnologia e inovação federal. Não há carreiras, há estruturas pequenas. Nos quadros de cada um desses órgãos, há menos de 100 servidores, o que é menos do que muitas administrações regionais do DF têm. Talvez sejam as menores das secretarias, mas, de fato, temos discutido internamente com a área econômica do governo, inclusive com a Secretaria de Planejamento, a criação de uma carreira de ciência e tecnologia. Acho que o DF precisa disso, e a ciência ganhará muito caso essa iniciativa tenha êxito.

Eu queria registrar que só a Secretaria de Ciência e Tecnologia foi contemplada, 2 meses atrás, com 10 servidores do último concurso do DF, e não estava previsto nenhum. Esse é um movimento muito positivo do governo, e esses servidores já chegaram para reforçar as equipes. Isso tem sido muito positivo para nós.

Sobre edital de congressos, esse é mais um dos casos em que as entidades devem conversar não somente conosco, mas com as suas representações no conselho superior. Isso vale para a UnB, para o setor produtivo, para a Universidade Católica e para o IFB, que tem representação lá também. Há membros da SBPC que compõem conselho, como a Priscila e algumas representações de vocês. Acho isso superválido. Vamos enfrentar o assunto com a importância que ele tem.

Vou encerrar, deputado, até para eventualmente poder responder às intervenções dos participantes.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Alexandre.

É importante darmos respostas.

Quero combinar alguns encaminhamentos importantes antes que o plenário se esvazie. Em

relação à frente, depois combinaremos direitinho como organizamos a sua participação, com uma dinâmica de atividade e de reunião. Já vamos oficiá-la hoje mesmo. Inclusive, peço ajuda da FAP e da Secretaria de Ciência e Tecnologia para marcarmos uma reunião com a Secretaria de Economia com as representações aqui presentes – essa seria a primeira agenda pública dessa.

Depois combinamos quem fará parte dessa comissão que, junto com a Secretaria de Economia, irá tratar destes temas: recomposição imediata do orçamento; possibilidade de pressão para que o Governo do Distrito Federal encaminhe a esta casa um projeto de emenda à Lei Orgânica para retomar a destinação dos 2% da receita corrente líquida para a FAP, já que, quando esta casa o fez, ele foi aprovado, mas foi considerado inconstitucional após ação direta de inconstitucionalidade – precisamos que o projeto venha do Executivo, então, esse assunto entrará na pauta com o Secretário de Economia –; abertura de concurso público para reforçar servidores que fiquem disponíveis para a FAP; e discussão do saldo remanescente do orçamento que não é executado no exercício.

Depois, vem uma série de agendas desse grupo em relação aos instrumentos, editais, e em relação à periodicidade bimestral de reunião do conselho superior, que foi mencionada aqui. Enfim, farão parte, também, da nossa agenda de discussão e debate – isso foi pedido pelos consultores e pelo Roberto – as parcerias com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o CNPq e outras entidades para fortalecer esse processo.

É importante organizarmos os encaminhamentos a partir da reunião que haverá com o Secretário de Economia. Ela é fundamental. Vamos oficializar isso ainda hoje e peço ajuda da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da FAP para que a Secretaria de Economia abra essa agenda conosco.

Concedo a palavra à Maria Virgínia Pantuzzo, extensionista da UnB.

Quem quiser falar sentado só aperte o botão. Ficam estipulados 2 minutos. Sei que o tempo é curto, mas dessa forma poderemos escutar o máximo de pessoas e entregar o plenário às 18 horas e 30 minutos.

MARIA VIRGÍNIA PANTUZZO – Vou tentar ser breve.

Saudação a todos e a todas presentes. Saúdo a mesa também.

Meu nome é Maria Virgínia, sou estudante da Universidade de Brasília, militante do movimento Kizomba e da juventude do PT.

Eu gostaria de iniciar minha fala fugindo um pouco da formalidade e mandando um abraço carinhoso ao Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, pelo qual nutro muito carinho. Ele foi um espaço que me deu muito apoio para seguir pesquisando a organização da educação brasileira e o financiamento da educação.

É com muita infelicidade que nos reunimos aqui hoje para discutir um ataque direto à ciência, à pesquisa e ao futuro da juventude, que são os cortes na Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Talvez a minha fala fique um pouco repetitiva após escutarmos tantos comentários importantes que foram e estão sendo pontuados aqui, mas é importante repetir que a redução orçamentária impacta diretamente os jovens pesquisadores, que já enfrentam dificuldades para se manter na universidade. Sem esse apoio, vemos a destruição de oportunidades, a queda na produção científica e o enfraquecimento do desenvolvimento tecnológico.

Quando se cortam recursos, toda a sociedade perde. Projetos que poderiam trazer avanços em saúde, meio ambiente, educação e tecnologia são interrompidos pelo descaso do desgoverno do Ibaneis Rocha. Isso significa um retrocesso em áreas essenciais para a qualidade de vida da população.

O desmonte da FAPDF não acontece isoladamente. Ele faz parte de um projeto maior de sucateamento da educação pública e da pesquisa pública. Assistimos ao desvio de recursos para interesses privados, enquanto a juventude pesquisadora segue sendo empurrada para empregos precarizados, sem perspectiva de um futuro digno na ciência.

A classe trabalhadora lutou muito para ter seu espaço na universidade. Graças aos governos populares democráticos de Lula e Dilma, mudamos esse paradigma. É perceptível que a própria qualidade das produções científicas e tecnológicas mudou, são estudantes periféricos que apresentam uma realidade que a história da educação brasileira burguesa nunca contou.

Cortar os recursos de fundações de pesquisa como a FAPDF é abrir o caminho para o financiamento privado da educação, a partir de empresas que não têm compromisso com a população de Brasília, apenas com o lucro próprio. A verdade é esta: a classe trabalhadora nunca foi bem-vinda

aos espaços de pesquisa. Os cortes têm o objetivo de nos retirar desses espaços, mas resistiremos. Como se já não fosse suficiente o valor das bolsas, agora estão cortando o pouco que temos. Defender o financiamento público da pesquisa e da inovação é indispensável para o desenvolvimento do Distrito Federal e sua projeção no cenário nacional.

Este espaço em que estamos agora é essencial para que possamos nos mobilizar e exigir respeito à ciência, à tecnologia, à educação e ao futuro da nossa juventude.

Não aos cortes na FAPDF! Viva a pesquisa e a educação pública gratuita e de qualidade!

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Maria Virgínia.

Concedo a palavra à Isabel Schmidt, professora da UnB.

ISABEL SCHMIDT – Boa tarde, deputado, boa tarde, professores, professoras, reitoras, reitores, cidadãos em geral, estudantes. Obrigada pelo espaço.

Eu sou Isabel Schmidt, professora de ecologia na UnB e estou aqui representando o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Biota Cerrado, que já foi citado. Uma das maiores redes de pesquisa sobre o Cerrado no Brasil, com 40 instituições e mais de 100 pesquisadores, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Biota Cerrado, também conhecido como Rede Biota Cerrado, deveria receber investimento da FAPDF. Ele foi selecionado duas vezes devido à alta relevância das pesquisas propostas, mas, apesar de termos R\$6 milhões aprovados pela FAPDF, nenhum desses recursos foi repassado para execução.

Essas pesquisas são essenciais para entender, conservar e usar bem o Cerrado, além de ajudar em ações de gestão efetivas. Algumas questões foram citadas, tais como: onde estão as pesquisas sobre manejo de fogo? Temos. Onde estão as pesquisas sobre restauração ecológica? Temos. Onde estão as pesquisas sobre mudanças climáticas e como vamos lidar com as mudanças climáticas que estão batendo à nossa porta no Distrito Federal e no mundo inteiro? Também temos pesquisas sobre isso. Onde estão as espécies do Cerrado? Há uma recém-descrita espécie do Cerrado chamada Diadorim, no sertão Veredas, proveniente de projetos da Rede Biota Cerrado.

Então, há muito dinheiro, inclusive do governo federal, destinado ao fomento federal à pesquisa, que veio para o Distrito Federal, contando também com recursos da FAP. Esses recursos, no entanto, simplesmente não foram honrados até hoje. Esse é um apelo que fazemos, não só em nome da Rede Biota Cerrado, mas também pela formação de pessoas e profissionais que atuarão como pesquisadores e gestores do próprio Distrito Federal. A Universidade de Brasília, obviamente, tem um papel muito importante nisso, mas várias outras instituições também estão associadas a esse projeto.

Então, finalmente, vim defender que a FAPDF não só faz pesquisa, mas forma gente, e a Rede Biota Cerrado contribui muito com isso.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito obrigado, Isabel. Já fica esse questionamento também para a FAPDF, para sabermos como anda esse processo.

Concedo a palavra ao Paulo Henrique, vice-presidente da Ubes.

PAULO HENRIQUE – Boa tarde. Eu me chamo Paulo Henrique, sou vice-presidente da Ubes-DF. Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, principalmente os parceiros de luta do movimento estudantil e as entidades que estão aqui presentes.

Eu vim trazer um pouco da perspectiva dos estudantes secundaristas que realizam pesquisa, mas que serão impactados também, direta ou indiretamente, por essa redução do orçamento da FAPDF. Hoje, existe muita pesquisa, muito projeto de extensão dentro das escolas do Distrito Federal, mas essa redução trará impacto negativo nas escolas do Instituto Federal, onde haverá, provavelmente, redução das bolsas de iniciação científica júnior e uma baixa nos números de projetos de extensão.

Então, quero instigar a FAPDF a promover mais expansão de pesquisa nas escolas da rede distrital de educação e do ensino básico, porque isso é muito importante. Como alguém já mencionou, há demandas qualificadas de estudantes que estão dispostos a produzir ciência. A ciência é capaz de diminuir a evasão escolar dentro do Distrito Federal, e iremos lutar por isso.

Concluo minha fala perguntando para onde irá esse recurso que foi retirado da FAPDF. Se há um ajuste a ser feito, que ele não seja tirado do desenvolvimento científico do Distrito Federal! Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Paulo.

Concedo a palavra ao Lucas, do Sinasefe.

LUCAS BARBOSA DE MELO – Boa noite. Sou coordenador do Sinasefe, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do IFB. Sou professor do *campus* Taguatinga e doutorando em linguística na Universidade de Brasília. Acho que a FAPDF é de fundamental importância. Não precisamos nem explicar.

Eu gostaria de prestar uma homenagem à professora Janaína, que foi minha primeira orientadora de Pibic. Graças a ela, sou pesquisador. Eu lembro até hoje o texto que ela colocou, quando professora pesquisadora, na época em que eu ainda era um menino. Então, isso é de fundamental importância. Inclusive, eu, como professor do IFB, faço um pedido à FAPDF: não nos deixe de fora! Ficamos de fora desde o edital de iniciação científica. No ano que vem, quero retribuir orientando os estudantes.

A pesquisa faz parte do nosso tripé: ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, precisamos de previsibilidade e de financiamento para executar a pesquisa, porque, sem previsibilidade, como é que iremos planejar uma saída de campo? Como é que iremos comprar insumos? Parece-me que a categoria de professor é a única que tira o dinheiro do bolso para trabalhar. Ninguém pensa em um médico que compre seringa para fazer seu trabalho. Qualquer pesquisador tira do seu dinheiro todo mês para executar seu trabalho.

Acredito que devemos não apenas reverter o corte, mas também ampliar o financiamento e ampliar os editais para pós-doutorado, para professor visitante, para trabalho de campo, para trabalho no exterior e para trazer pessoas. Devemos almejar ser o primo rico da Fapesp. Esta deve ser nossa meta: ser a fundação que vai, de fato, investir dinheiro para resolver os problemas do país. Temos capacidade, no Distrito Federal, de dar a nossa contribuição, mas para isso precisamos de recursos. Portanto, devemos avançar além dos 0,5%, pois há demanda e pessoas dispostas a trabalhar, mas precisamos de dinheiro para fazer ciência e tecnologia. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Lucas.

Quero fazer só um comentário bem rápido, Lucas. Nós falamos sobre tirar dinheiro do bolso, porque há muitos governos que falam que o professor trabalha por amor. O problema é que o BRB não aceita amor. (Risos.)

Se a pessoa for pagar um boleto, vai pagá-lo com amor? Isso não funcionaria, o sistema indicaria transação indisponível.

Concedo a palavra ao Jonathan.

JONATHAN GONÇALVES DOS SANTOS – Boa tarde. É uma honra representar meus colegas de iniciação científica e estudantes de biologia. Como o deputado mencionou, amamos muito o que fazemos, mas, infelizmente, não é só amor; temos que considerar as nossas contas. O dinheiro move muitas das nossas pesquisas, e precisamos sempre pensar nisso.

Gostaria de fazer 2 perguntas em relação a esse tópico e dar uma sugestão. Em dezembro, houve um problema com o atraso das bolsas de alunos de iniciação científica oriundos do edital da FAP. Eu cheguei aqui sabendo de algumas histórias e gostaria de saber diretamente o que causou os atrasos dessas bolsas em dezembro. Em segundo lugar, gostaria de saber se já tomaram alguma providência para que não ocorra mais esse atraso, pois essas são situações que nos chateiam.

Minha sugestão é se criar um mecanismo futuro de compensação de atrasos, já que, como foi dito, não podemos fazer as coisas só com amor, pois temos contas a pagar. Sugiro que sejam pensadas medidas para evitar atrasos futuros e, também, para compensar os alunos prejudicados, porque temos contas a pagar. Seria interessante oferecer um incentivo ou alguma taxa para compensar esses atrasos. Eu tenho amigos que foram prejudicados – pois tinham contas a pagar – por causa do longo período de atraso no pagamento das bolsas. Isso chateia e atrapalha a vida do estudante. Eu queria entender isso e pedir que a minha sugestão seja levada em conta. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Jonathan.

Concedo a palavra ao João Luiz.

JOÃO LUIZ DURIGAN – Boa tarde, pessoal. Eu sou João Luiz Durigan, professor da FCTS do *campus* da UnB Ceilândia, e coordenador do laboratório de pesquisa em plasticidade músculo-tendínea.

Deputado Gabriel Magno, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa. Acredito que esse debate deveria ocorrer, no mínimo, semestralmente, para proporcionar que esse ambiente de pesquisa fosse debatido com os gestores da FAPDF.

Tenho basicamente 3 considerações a fazer e, para ser breve, vou juntar algumas falas que já foram feitas aqui.

A primeira consideração diz respeito à fala da professora Renata sobre os editais de tríplice hélice, o que é um tema muito relevante. Vou abordar exatamente isso de sempre termos a Fapesp como a prima rica, o nosso auge.

No ano passado, houve certa estranheza entre alguns pesquisadores. Eu sou da área básica, que é a fisiologia – o meu *background* é fisiologia e sou da fisioterapia também. Foi lançado um edital de demanda espontânea no valor de 180 mil reais, chamada pesquisa básica. Enquanto isso, os editais antigos de demanda induzida continuaram com valores de até R\$1.500.000,00. Digo isso para vocês pensarem no desbalanço que há entre 180 mil e R\$1.500.000,00.

Pesquisa básica é a vacina, a fisiologia e os mecanismos da doença. Na minha opinião, como sou fisiologista, penso que deveria ser o contrário. A pesquisa básica deveria receber até R\$1.500.000,00. Até porque temos esse mote com a sociedade. Então, acredito que isso deveria ser repensado.

Falarei do segundo ponto. Eu vou pegar algumas falas das representações das reuniões da FAPDF. Eu estou aqui desde 2012 e já enviei vários ofícios à FAP solicitando representação para a fisioterapia, que é a minha área. Existem outras áreas. Por exemplo, nós não nos sentamos para dar despacho final, como fazemos com o Roberto no CNPq. Então, não há um CA que represente a fisioterapia, a terapia ocupacional. Vocês avançaram consideravelmente nos *ad hoc*s. Isso é inegável, mas precisamos de um CA por área. O CA é quem irá demandar ou pelo menos fazer indicações ao diretor e falar: "Olha, esse projeto tem mérito, e esse não tem". Eu não consigo avaliar um projeto de geologia, assim como um geólogo não consegue avaliar um projeto de fisioterapia.

Por fim – e acho que você já explicou um pouco sobre isto –, as bolsas de mestrado, doutorado, iniciação científica e pós-doutorado precisam ter um fluxo contínuo, e aí precisa ser padrão Fapesp – como disse o nosso colega.

Obrigado, mais uma vez. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, João.

Já anotaram esse encaminhamento com os outros que eu já li.

Concedo a palavra à Isabela Maia, vice-presidente da UESDF.

ISABELA MAIA – Boa tarde. Eu saúdo a mesa e todos os presentes. Meu nome é Isabela e eu estou atualmente como vice-presidente da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal, a UESDF, e faço parte do coletivo Kizomba.

Em nome da UESDF, queremos afirmar que nós estudantes sabemos o impacto dos cortes na educação e na pesquisa.

A falta de financiamento da FAPDF afeta não apenas os laboratórios, mas também os projetos acadêmicos. Isso tem um efeito direto no nosso futuro, pois limita nossas oportunidades e enfraquece a produção científica no Distrito Federal.

Estamos observando, cada vez mais, que a evasão aumenta e que a pesquisa perde espaço. Contudo, continuamos ouvindo promessas vazias.

Sabemos que a ciência não se faz apenas com discurso, mas com investimento. Queremos mais bolsas, mais estrutura e mais valorização para quem estuda e transforma a sociedade.

A luta pela recomposição do orçamento da FAPDF é uma luta de todos nós. Nós acreditamos no poder do conhecimento. Nós não vamos aceitar nenhum tipo de retrocesso. A ciência é forte, e uma ciência forte significa um futuro melhor para todos.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Isabela.

Já faço um convite, então, para os estudantes. Na próxima quinta-feira, às 15 horas, neste plenário, realizaremos uma audiência pública para tratar e avaliar o início do ano letivo na rede pública

de ensino do Distrito Federal, que enfrenta esses desafios que já foram mencionados aqui.

A Jennifer teve de sair.

Concedo a palavra ao Hugo Leopoldo, diretor de políticas educacionais da Ubes.

HUGO LEOPOLDO – Boa tarde a todos.

Eu me chamo Hugo Leopoldo e, atualmente, estou como diretor de políticas educacionais da Ubes, pelo coletivo Kizomba.

Eu venho participar deste debate com grande preocupação. Estou aqui para dizer que o avanço do projeto neoliberal em todo o Brasil não pode mais ser tolerado. Vemos que é recorrente a direita usar o argumento de que as universidades públicas são balbúrdias e que os estudantes delas não têm interesse em contribuir para o desenvolvimento do país. Mas tudo isso não passa de uma falácia, porque eles que são multimilionários não investem em pesquisa e desenvolvimento em suas empresas e deixam tudo para o Estado. Eles tomam o espaço do Estado e tentam prejudicar a vida do povo. É isso que vemos.

O governo Lula sempre valorizou as medidas necessárias para a educação. Há índices de evasão impressionantes, como já citado aqui. Recentemente, tivemos que iniciar uma luta porque o setor neoliberal simplesmente achou que podia fazer politicagem com um programa que beneficia mais de 5 milhões de estudantes em todo o Brasil. Agora, o governo Ibaneis, representante do modelo neoliberal no DF, anuncia mais um corte na educação.

É importante lembrar que a LOA vem sofrendo reduções sucessivas no valor repassado para a educação. Enquanto isso, há diversas licitações de obras pela cidade. Estamos com um serviço de saúde sucateado sendo entregue à população. O governo quer sucatear os instrumentos dos institutos que ajudam a sociedade a resistir a esse retrocesso na saúde e na educação.

No DF – ninguém fala disto –, tentaram militarizar mais 14 escolas no ano passado – 10 delas eram de ensino fundamental 1. Nossas crianças não são bandidos. Nossos estudantes têm potencial, têm futuro, mas o governo nega isso, não quer enxergar, não quer investir.

É essencial que todos estejamos unidos para lutar para que essa redução não vá para a frente, pois há milhares de estudantes preocupados, todos os dias, em como vão chegar em casa – molhando-se na chuva e com estruturas precárias. O governo investe em obras, mas não investe na limpeza dos encanamentos da cidade. Assim, a população fica submetida a uma realidade que não deveria ser a da capital do país. Todos os setores essenciais para o funcionamento da sociedade – cito a educação e a saúde – estão sucateados.

Hoje anunciaram que vão abrir a questão do passe livre. Lembrem-se bem que essa é uma luta nossa, do campo progressista. É uma luta nossa para que todas as pessoas tenham acesso à mobilidade e ocupem... Esse modelo neoliberal quer fazer com que percamos o que é nosso de direito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Hugo.

Concedo a palavra ao Roberto Goulart Menezes, decano de pós-graduação da Universidade de Brasília.

ROBERTO GOULART MENEZES – Boa tarde a todos e todas.

Sou Roberto Goulart Menezes, atualmente decano de pós-graduação da Universidade de Brasília.

Quero começar cumprimentando o deputado Gabriel Magno pela iniciativa. Seria bom que este tema se transformasse em um tema suprapartidário também, que estivessem aqui outros deputados e deputadas escutando o que nós estamos discutindo, tamanha a seriedade do tema. Mas tenho a esperança de que eles ou suas assessorias, depois, assistirão ao que está sendo apresentado.

O legado da FAPDF, nestes 30 anos de existência, comprova que ela é uma das principais agências de fomento do nosso país. Isso é motivo de orgulho para nós no Distrito Federal. É por isso que nós precisamos defendê-la, como bem sublinharam vários oradores aqui. Isso inclui, como o Roberto destacou, a reivindicação de concurso público para a FAP, porque a FAP precisa ter estabilidade. A superintendente, a Renata, mencionou, na fala dela, a execução orçamentária. No ano passado, a FAP executou 90,7%. Eu estava vendo isso aqui no meu celular, que está com 91% de bateria, ou seja, quase 100%. A FAP executou praticamente todo o orçamento. No momento em que chegam os recursos, o prazo é curto, não há pessoal suficiente. Isso é um mérito que precisamos

destacar. É necessário avançar, como já foi colocado aqui.

Um segundo ponto importante é que, entre 2014 e 2022, as agências federais... Quando olhamos a página Sou Ciência, da Unifesp, temos todos os dados lá e vemos o declínio das agências federais de fomento. E aí foi o momento em que vinha crescendo o orçamento da FAPDF. Isso é importante, porque a FAP ajudou a segurar, a compensar parte – não integralmente, mas parte – desse declínio. Por isso, é fundamental que se mantenha o orçamento da FAP, não só se recomponha, como a professora Lídia, da ADUnB, destacou, mas também que voltemos paulatinamente ao patamar de 2%.

Em 2020, chegamos a 1,8%, que representou 427 milhões de reais. Agora estamos com 135 milhões, menos de um terço, quatro anos depois.

Para finalizar, quero fazer um apelo aos senhores deputados e deputadas; ao senhor secretário de Ciência e Tecnologia; ao governador do Distrito Federal, governador Ibaneis Rocha; para que o orçamento da FAPDF seja assegurado integralmente e que a pesquisa, a ciência e a tecnologia, no Distrito Federal, sejam prioridades. A FAP, portanto, precisa de estabilidade, de orçamento, porque tudo que é investido aqui volta para o Distrito Federal. Se pagamos as bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado, esse recurso é gasto no Distrito Federal. Isso também representa desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

Por último, bem rapidamente, digo que foi mencionada a questão do pagamento das bolsas. A FAPDF, no caso da Universidade de Brasília, repassa os recursos para a universidade. Recentemente, na nova gestão, nós conseguimos transferir da Agência JK, agência 100, para o BRB da Universidade de Brasília. A partir de agora, todas as contas da FAPDF serão abertas nessa agência. No nosso caso, da UnB, não é o problema de repasse do recurso, não. É processamento do banco, o que agora entendemos que já está resolvido; tanto é que, neste mês, pagamos a bolsa no dia 3 de fevereiro.

Mais uma vez, muitíssimo obrigado. A Universidade de Brasília e o Decanato de Pós-Graduação reconhecem a FAPDF – que é uma aliada da ciência e tecnologia – e todo o esforço tem sido feito. Queremos que ela siga assim, mas com todas as condições que ela merece. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Roberto.

Quero acrescentar mais um encaminhamento da nossa comissão geral. Nós estamos protocolando, neste exato momento, um projeto de lei complementar com o número provisório 3.833, que visa alterar a Lei Complementar nº 153/1998, que “Cria o Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FUNDAP”, que determina que as despesas repassadas para a FAPDF – o mínimo que não for executado no exercício – sejam remanejadas para cumprimento no exercício posterior.

Inclusive, um projeto de lei complementar parecido com esse tinha sido apresentado pela ex-deputada Arlete Sampaio, em 2019. Ela não é mais deputada. Infelizmente, esse projeto não avançou nesta casa, ele foi arquivado. Nós estamos reapresentando essa matéria agora, neste exato momento. (Palmas.)

Pedimos ajuda da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da FAPDF, para fazermos avançar esse debate dentro do governo, a fim de que o projeto tramite nesta casa da maneira mais rápida possível. Esperamos que seja aprovado ainda este ano, para já valerem os efeitos dele e nós começarmos a construir esse processo.

Concedo a palavra ao Luciano Rezende.

LUCIANO REZENDE – Boa noite a todos.

Eu quero exaltar esta audiência, deputado Gabriel Magno. Para além do rico debate que houve e dos encaminhamentos que o senhor acabou de nos trazer, um grande mérito nesta audiência é esse acordo de criarmos uma grande frente em defesa da ciência e tecnologia no DF e uma grande frente em defesa da FAPDF. Isso é importantíssimo. Nós, na SBPC, temos um grupo muito tímido ainda, os Amigos da SBPC. Nós precisamos criar e fortalecer um grupo permanente em defesa da FAPDF.

Ano passado, a SBPC, para valorização da Fapesp, escreveu uma nota em comemoração aos 60 anos dessa entidade. Nós, a SBPC-DF, escrevemos também uma nota recentemente em defesa da FAPDF. O conteúdo dessa nota em defesa da Fapesp quer dizer o seguinte: “São Paulo é São Paulo graças à Fapesp”.

Nós estamos assistindo, no Brasil, a um processo que se chama “comoditização da economia”. No Distrito Federal não é diferente. A nossa economia está cada vez mais comoditizada. Nós só vamos vencer, superar esse processo se nós investirmos pesadamente em ciência e tecnologia. E nós somos

poucos. Nós precisamos nos unir.

Eu quero exaltar e valorizar a ADUnB por chamar esta audiência. E o senhor, deputado Gabriel Magno, quero exaltar e valorizar por liderar esse processo. Nós precisamos de mais deputados, mais amigos da FAPDF, mais amigos da ciência e tecnologia para fazer frente a esse desafio de um projeto de nação, de um projeto de DF. Falo de um planejamento estratégico. A China tinha um PIB menor que o do Brasil em 1980. Ela só conseguiu atingir essa situação – em 30, 40 anos – aportando pesados recursos e investimentos em ciência e tecnologia.

Nós estamos fazendo o quê? Reduzindo, reduzindo, reduzindo. Não há futuro para a juventude, não há futuro para o povo brasileiro num país que trata ciência e tecnologia como um assunto acessório.

Só para finalizar, além disso tudo, afirmo que valeu muito a pena participar de uma audiência como esta, para ver essa juventude aqui presente. Peço uma salva de palmas para a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, para a UNE e para a ANPG.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Luciano.

Farei mais um encaminhamento. Ele é óbvio também, mas é importante registrar. Ao final da comissão, nós vamos preparar um relatório e encaminhar aos 23 gabinetes de todos os deputados desta Casa. Obviamente, quando protocolarmos o requerimento da frente, vamos pedir as assinaturas dos outros 23 parlamentares. Vamos visitar os gabinetes para acolher essas assinaturas, o que já é uma agenda de mobilização. Tenho certeza de que nesta casa nós teremos aliados e aliadas em defesa desta agenda.

Por último, concedo a palavra à Priscila Binatto, doutoranda da Universidade de Brasília.

PRISCILA BINATTO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de aproveitar este espaço para reforçar a importância desse momento, reforçar a necessidade de escuta às demandas dos estudantes. Eu tenho 43 anos de idade. Apenas atualmente é que eu pude ingressar no doutorado, mais de 20 anos depois de ter concluído a minha graduação. Com 28 anos de profissão é que eu consigo retornar para uma das coisas mais difíceis que eu já fiz na minha vida, que é o doutorado. Eu gostaria de ter tido essa oportunidade antes.

É em defesa de pessoas como eu que eu venho falar agora. Trago uma demanda específica, que é a possibilidade do acúmulo com vínculo empregatício, o que a FAPDF não permite. Isso é um contrassenso, considerando que não podemos concorrer às bolsas que só duram 12 meses – em um programa que dura 24 e 48 meses –, sendo que nós temos mães solo que necessitam trabalhar para sustentar os seus filhos e que não podem abrir mão de um vínculo empregatício. Temos o caso de uma cozinheira que recebe um salário mínimo e que não pode concorrer a uma bolsa que sequer vai durar todo o tempo da graduação ou da pós-graduação dela. Então, em defesa dessas pessoas que não tiveram oportunidade – no tempo em que elas gostariam de ter estudado –, é que eu trago essa consideração. Que vocês levem em conta as demandas dos estudantes.

Parabenizo o deputado Gabriel Magno pela iniciativa da audiência pública. Parabenizo todos os presentes, em especial os estudantes que estão aqui e que passam por todas essas mesmas dificuldades que nós passamos.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Priscila. Eu devolvo as falas para a mesa. Vou pedir para sermos bem breves nas considerações finais. Quem quiser ainda pode responder. Depois, encerramos. Eu não vou reler os encaminhamentos que já foram levantados e apresentados por todos e todas aqui, mas já ficam os compromissos.

Passo a palavra à senhora Renata Vianna.

RENATA VIANNA – Vou começar na ordem, vou ser rápida. O primeiro que eu peguei aqui foi de uma extensionista. Imagino que, como já abrimos o edital de extensão, vai ser mantido este ano.

Sobre a Biota Cerrado, eu queria fazer o convite para marcarmos uma reunião comigo na FAPDF, porque eu não sei exatamente qual é o problema. Se foi aprovado – está previsto no edital –, nós só não fazemos o pagamento se houver algum contingenciamento orçamentário, e disso eu não me recordo até 2024. Então, em princípio, se foi anterior a isso, estão todos pagos, não há contingenciamento nesse sentido. Eu queria entender exatamente qual é esse projeto. Eu imagino que, como o assunto é pessoal, o ambiente para a conversa seria lá.

O professor Roberto ainda não foi embora. Eu vou pular minhas considerações, porque eu gostaria muito que ele estivesse aqui durante a minha fala. Refiro-me ao professor Roberto, do CNPq.

Amanda e André, eu gostaria de também fazer o convite a vocês para marcarem uma agenda comigo. Eu tenho aberto essa agenda com os reitores e pró-reitores de todas as instituições. Eu imagino que isso abra um pouco o panorama. Conhecer um pouco do trabalho da FAPDF também clareia o que estamos discutindo aqui. Eu acho que faz muito sentido vocês conhecerem o lado de cá para chegarmos ao ideal do que é possível.

Paulo Henrique, no Pibic e no Pibiti há um edital institucional. Então, é preciso que as faculdades entrem com... Não é a FAP que deixa vocês de fora. É a instituição que, por alguma razão, não se qualificou com as notas para que entrasse no programa.

Infelizmente, tem havido aumento da demanda. Historicamente, isso tem acontecido em função do sucesso do trabalho da FAP. A partir do momento em que vocês perceberam que, de fato, não houve quebra na publicação desses editais ao longo dos últimos anos, vocês começaram a demandar mais a FAP. Assim, nós precisamos fazer ranqueamento. No ranqueamento, infelizmente, o cobertor fica fora de algum lugar; mas nós podemos conversar. Está aberta a casa. A professora Veruska está sempre conosco e nós tratamos sobre esse assunto também. Eu imagino que ele tenha sido resolvido.

Lucas do IFB, também sobre Pibic, ele é institucional. Nós fazemos o repasse assim que há a assinatura do TOA. Todos os nossos institucionais, tanto o PDPG, que é de pós-graduação, quanto o Pibic e o Pibiti, são pagos institucionalmente pela FAP assim que os coordenadores assinam o TOA e o repasse é feito integral e imediatamente. As instituições é que fazem o pagamento de bolsas individualmente. O professor Roberto também já mencionou isso no caso da UnB em específico. Eu não sei qual é, no caso, a instituição do Lucas.

O Jonathan... Qual é a sua instituição, Jonathan? É a UnB?

(Intervenção fora do microfone.)

RENATA VIANNA – Então está resolvido com a fala do professor Roberto.

Ao professor João Luiz, da Ceilândia, fica o meu convite para também fazer uma reunião comigo.

Quero dizer que, ano passado, nós instauramos a Câmara de Assessoramento. Nós fizemos o pedido a todas as instituições do Distrito Federal para encaminharem ofícios, indicando os nomes dos professores para a constituição das câmaras. Isso foi feito. Para nossa surpresa, muitos desses indicados pelas próprias universidades pediram para sair da Câmara de Assessoramento.

Então, na ideia da recomposição dessa câmara para o ano de 2025, fica o meu convite para que você vá lá a fim de conversarmos. Inclusive, estamos abertos a sugestões. Fica aberta a minha fala.

Quanto à Isabela Maia, eu preciso ver a carinha dela, porque eu não anotei o que ela pediu.

O Hugo Leopoldo falou também, mas foi genericamente.

Luciano Rezende, do SBPC, obrigada pela fala. Agradeço a todos da SBPC. A SBPC, foi uma amiga (Áudio interrompido.) com a Sônia Bão e o Jaime, que vêm trazendo muitas contribuições positivas. Eu acho que só chegamos aqui com essa força que a SBPC tem trazido por meio de seus representantes. Fica aqui o meu convite para que vocês sempre mantenham esse diálogo com a superintendência mesmo, porque sabemos que, às vezes, institucionalmente esse diálogo é complexo, mas as ações diárias podem ser remediadas. O diálogo está sempre aberto, pelo menos ali na minha alçada, porque eu mantenho.

Quero voltar a dizer, professor Roberto, que foram muito válidas as suas contribuições. Absolutamente concordo com 100% do que o senhor disse. Eu falei: "Graças a Deus, tenho outro superintendente aqui", porque as dificuldades são inúmeras. Por favor, vamos marcar uma reunião para mantermos esse diálogo, que eu acho importantíssimo, até para o senhor conhecer a gestão atual, entender e trazer sugestões, que são sempre úteis e necessárias.

Preciso entender esse acúmulo de bolsas. Como servidores públicos, vocês não podem acumular por força das leis do serviço público. Se não for isso, é possível, sim, a acumulação de bolsa. Há um teto...

(Intervenção fora do microfone.)

RENATA VIANNA – Sim. É possível. Os editais...

(Intervenção fora do microfone.)

RENATA VIANNA – Eu posso verificar isso, mas, que eu tenha notícia, são os servidores públicos.

(Intervenção fora do microfone.)

RENATA VIANNA – Não. A diferença é que, se ele for pesquisador, estiver como mestrando ou doutorando e essa for a razão, ele pode. O que não pode acontecer, por exemplo, é ele estar no serviço público e receber a bolsa como uma complementação do salário da remuneração dele. Se for um caso específico, fica o meu convite para podemos entender.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Sobre esses casos mais específicos, podemos encaminhá-los nas reuniões das tratativas. Estão todas listadas, as questões. Tratamos uma por uma. Pode ser, Renata? Já anotamos o que foi apresentado aqui. Trataremos disso nesse segundo momento.

Obrigado, Renata, por se colocar também à disposição desse diálogo. Acho que essa frente vai dar frutos importantes para a nossa cidade.

Passarei à palavra ao Alexandre para as considerações finais. Veremos se a ADUnb e a UnB também querem falar antes de encerrarmos nossa audiência pública.

ALEXANDRE VILLAIN – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Eu vou primeiro me dirigir, em especial, aos representantes das entidades estudantes e secundaristas aqui – ao Paulo Henrique, da Ubes; Isabela, da UESDF; e Hugo, que estão presentes.

Eu queria deixar um relato de que temos algumas atividades e eventos fomentados pela FAPDF que contemplam uma programação extensa para os estudantes secundaristas. Vou dar um exemplo, em que inclusive a UnB é parceira, que é a *Campus Party*. Eu acho que é um evento muito importante para a comunidade estudantil secundarista do DF. Eu deixo aqui o compromisso de que, se eventualmente as reduções no orçamento da FAPDF prejudicarem o financiamento desse evento e de outros eventos dessa natureza, vamos buscar recursos, sim, de outras fontes, inclusive da própria Secretaria de Ciência e Tecnologia, para garantir esses eventos e para garantir a participação dos estudantes secundaristas. Fica aqui o compromisso, professora.

Hugo, eu gostei do fato de você defender a universidade pública. Eu acho que isso está muito aderente ao que essa gestão tem feito no governo do Distrito Federal. Finalmente temos uma universidade pública aqui, a UnDF, que é recente, mas já nos deixa muito orgulhosos. Hoje, inclusive, fiquei surpreso porque havia grupos de pesquisa da UnDF aqui representados. Achei isso muito positivo. Queria fazer esse registro.

Gostaria de fazer um último comentário. A Isabel, da Biota Cerrado, ainda está por aqui? Recebi um bôton da Biota Cerrado, da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – deve ser do ano passado.

Falando de Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, professor Gilberto, em sua pessoa, agradeço ao professor Luciano, na condição de secretário regional adjunto, que nos ajudou a conduzir a etapa distrital da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia – acho que foi a primeira da história.

Tivemos, na conferência regional do Centro-Oeste, que aconteceu em Goiânia, a presença da ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, que firmou o compromisso de que, neste ano, seria criada uma unidade de pesquisa específica para o bioma Cerrado. Temos a unidade de pesquisa do Pantanal, da Mata Atlântica e da Amazônia. Então, eu queria me colocar à disposição para me aproximar da Biota Cerrado para buscarmos uma agenda com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para que essa instituição de pesquisa seja do Distrito Federal e não de outras regiões do Centro-Oeste.

Obrigado. Era isso que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Alexandre.

Reforço o agradecimento por ficarem aqui até esta hora, na escuta, acho que isso é importante. Estamos à disposição nesta casa para contribuirmos com isso e para pensarmos nisso juntos.

Pergunto se a UnB, a ADUnB e a ANPG querem fazer as considerações finais.

Concedo a palavra à Renata.

RENATA VIANNA – Em nome da nossa reitora e dos meus colegas decanos que estão aqui, quero dizer que estamos muito felizes com este evento e muito dispostos a compor essa frente e seguir nesse embate com a certeza de que vamos ter o melhor resultado possível. Estou imaginando 2% no final do ano.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Maravilha.

Quero agradecer, Renata, o empenho da universidade e até da própria FAP, porque nós conseguimos empenhar, no dia 31 de dezembro, 2 milhões e meio de reais de emendas parlamentares para a compra de equipamentos para o laboratório do Instituto de Física.

Esse foi um gesto importante que esta casa fez para a UnB. Houve muito esforço no final do ano para que, no dia 31 de dezembro, empenhássemos o recurso, para não perdê-lo, a fim de que fosse executado neste ano. Acho que é mais uma ação desses processos que temos que aperfeiçoar.

Concedo a palavra à Amanda Mendes, da ANPG.

AMANDA MENDES DE LIMA – Boa noite.

Gostaria, bem rapidamente, de falar sobre 2 tópicos. Primeiro, quando falamos sobre o tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão –, que foi colocado aqui, que é extremamente importante, temos pontuado também a permanência.

Por isso falamos tanto da questão das bolsas de pesquisa na pós-graduação, não só para a manutenção das pesquisas, já que muitas vezes nós mesmos temos que fazer esse esforço, mas também para a permanência dos estudantes no espaço universitário.

Outro tópico que apareceu, que diz respeito à luta da ANPG, é o impacto disso na vida da juventude pesquisadora. Como mencionei no início da minha fala, 95% da pesquisa no Brasil é feita dentro das universidades, onde sabemos que existe um perfil muito específico. Esse perfil vem mudando ao longo dos anos, principalmente com a democratização do acesso à universidade. Então, quando falo sobre a diversificação dos editais, é também para contemplar este novo perfil que está dentro da universidade: somos mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, somos do meio rural e da cidade. É importante que isso seja, de fato, representado.

Por fim, agradeço mais uma vez este espaço ao mandato do deputado Gabriel Magno. Agradeço à ADUnB, por ter manifestado a urgência desse debate ao governo do Distrito Federal e à FAPDF. A ANPG segue à disposição de todas e todos vocês.

Para encerrar, cumprimento todas as estudantes e todos os estudantes que estão aqui, que permanecem neste diálogo, especialmente a Cícera e o Paulo, diretores da ANPG. Obrigada!

(Manifestação do público.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – É sempre bom ter estudante aqui, não é? É uma maravilha!

A Amanda já a citou, mas quero deixar registrada a presença da Cícera Viana, vice-presidente da regional Centro-Oeste da ANPG. Obrigado pela presença!

Por fim, passo a palavra à Maria Lídia.

MARIA LÍDIA BUENO FERNANDES – Quero agradecer demais a possibilidade de debater este assunto. A ADUnB se sentiu extremamente vinculada a esse tema ao ser provocada por diferentes instâncias, diferentes atores. É nosso compromisso lutar por uma educação pública gratuita, digna etc. A UnB, para fazer isso, precisa desses recursos e aportes.

Nós temos um país para continuar transformando. Precisamos continuar sonhando e construindo essa nova possibilidade de inserção de todos os jovens onde eles quiserem estar. Não precisa ser na universidade, mas onde eles quiserem estar, fazendo o que quiserem fazer e tendo suporte econômico, de bolsa, para traçar os caminhos que escolherem.

Agradeço, deputado Gabriel Magno, por você ter aceitado e acolhido com tanto carinho este evento. Agradeço aos colegas que estão aqui, a todos que ficaram até esta hora. Vamos sonhar este mundo que vamos construir juntos!

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Maria Lídia. Mais uma vez, obrigado à ADUnB. Esta casa e o mandato estão à disposição do conjunto dessas entidades.

Quero agradecer a presença de todos e todas. Agradeço à nossa equipe do mandato, que ajudou a organizar esta audiência pública, e à equipe da Câmara Legislativa: à Carol e à Maria, do

Cerimonial, que garantiram que tudo funcionasse bem; ao Hermano, ao Maurício, ao João Paulo, ao Rafael e ao Antônio, da Polícia Legislativa; ao Eduardo e ao Marinho, do Setor de Apoio ao Plenário; à Sara e à Rose, do serviço de copa, que nos serviram nesta tarde; ao Jonathan, ao Murilo, ao Vítor, ao Vanderson e ao Sancler, da TV Câmara Distrital; e a toda a grande equipe da Taquigrafia, que está anotando tudo para que fique registrado o que cada um falou. Depois não dá para falar: "Eu não disse isso!" Os compromissos firmados estão registrados, graças à nossa brilhante equipe de taquigrafia.

Muito obrigado.

Boa noite.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Abipti – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação
ADUnB – Associação dos Docentes da Universidade de Brasília
Andes – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
Biotic – Parque Tecnológico de Brasília
CA – Comitê de Assessoramento
C&T – Ciência e Tecnologia
CEC – Comissão de Educação e Cultura
CEM – Centro de Ensino Médio
Ceub – Centro Universitário de Brasília
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Confap – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
Consecti – Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação
CTI – Ciência, Tecnologia e Inovação
DCE – Diretório Central dos Estudantes
Drem – Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios
EAD – Educação a Distância
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Escs – Escola Superior de Ciências da Saúde
FAC – Fundo de Apoio à Cultura
FAP – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCTS – Faculdade de Ciências e Tecnologias em Saúde
FDE – Fórum Distrital de Educação
FE – Faculdade de Educação
Fepecs – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências de Saúde
FGV – Fundação Getúlio Vargas
Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Funab – Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT – Instituto de Ciência e Tecnologia
Iesb – Instituto de Educação Superior de Brasília
IFB – Instituto Federal de Brasília
LOA – Lei Orçamentária Anual
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
P2 - Prioridade 2
PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDE – Plano Distrital de Educação
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PDPG – Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação
Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Ata Circunstanciada da 7ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 7ª
(SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025.**

INÍCIO ÀS 15H37MIN

TÉRMINO ÀS 17H46MIN

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Declaro aberta a inscrição para o comunicado de parlamentares.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Obrigado, deputada Paula Belmonte. Quero cumprimentar os nobres colegas, assessores, a imprensa aqui presente.

Início minha fala agradecendo aos nobres colegas deputados do PL pela confiança. Passo a exercer a liderança do PL na Câmara Legislativa. Agradeço, mais uma vez, ao deputado Thiago Manzoni, ao deputado Joaquim Roriz Neto, pela confiança. Reafirmo nosso compromisso com as pautas do PL, pautas que acreditamos serem assuntos e temas importantes para uma sociedade crescer e se desenvolver de forma sadia.

Outro tema importante que queremos tratar nessa tarde diz respeito ao momento histórico de ontem, quando o governador Ibaneis Rocha encaminhou ao governo federal a proposta de recomposição salarial das forças de segurança do Distrito Federal – Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil. Esteve presente também o deputado Wellington Luiz, nosso presidente, que foi o grande maestro na condução dessas negociações.

Nós parlamentares oriundos da segurança pública – deputado Hermeto, deputada Doutora Jane, deputado Wellington Luiz – vimos tratando disso com o governador há alguns meses. O governador sempre esteve muito sensível e preocupado com a valorização e o reconhecimento das forças de segurança. Mas não é fácil, é um trabalho hercúleo encontrar orçamentos sem comprometer outros serviços públicos da cidade, para valorizar aqueles que saem de suas casas todos os dias com a obrigação e com o compromisso de defender a sociedade, mesmo com o sacrifício de suas vidas.

Ficou latente nos últimos tempos observar os índices de criminalidade, os índices que envolvem a segurança pública, caírem drasticamente. Cito, em especial, os índices que envolvem os crimes contra a vida, os crimes de homicídio, que têm elucidações de quase 100%. São aqueles que, infelizmente, ocorrem, mas seus índices vêm diminuindo drasticamente, como eu disse anteriormente.

Para vocês terem uma ideia, tanto no Corpo de Bombeiros, como na Polícia Militar e na Polícia Civil, o efetivo existente hoje é o menor da história do Distrito Federal, mas isso não foi motivo nem argumento para que a segurança pública do Distrito Federal tivesse os seus índices piorados. Isso

demonstra a capacidade da nossa segurança pública.

E não posso deixar de citar o nosso secretário de segurança pública, doutor Sandro Avelar, que também coordena o trabalho dessas forças de segurança. Também quero agradecer ao secretário de Economia, Ney Ferraz, a toda a sua equipe, à dupla de Thiagos – um deles é assessor do Ney Ferraz e o nosso secretário de segurança também tem um Thiago. Os dois conduziram todas essas tratativas e os cálculos para que chegássemos a esse momento histórico, que é o encaminhamento dessa proposta que, eu posso dizer, deputado Hermeto, é a maior recomposição salarial da história das forças de segurança do Distrito Federal. Isso recoloca as nossas forças de segurança no local de onde não deveriam ter saído dentro do cenário nacional, como um dos melhores salários do nosso país.

É importante ressaltar que, quando falamos “maior salário do país”, isso diz respeito apenas a considerações numéricas. Se colocarmos ainda fatores como o custo de vida no Distrito Federal, percebemos que estamos muito aquém do cenário nacional. É notório para todos nós que o custo de vida no Distrito Federal é muito alto.

Quero parabenizar o governador Ibaneis, mais uma vez, pelo respeito e pela sensibilidade de entender as pautas importantes da nossa cidade. E o governador crava o seu nome na história, porque tem feito a diferença na infraestrutura da cidade. Vemos obras em todos os lugares. Vemos a diferença na educação: escolas sendo reformadas, uma melhor qualidade de ensino na nossa cidade. Na saúde também temos alguns temas a serem enfrentados, mas vemos que a saúde no Distrito Federal vem caminhando para frente. E com a segurança pública não seria diferente. Como eu disse, temos hoje os menores índices de criminalidade, em especial nos crimes contra a vida. E agora o governador coroa todos nós, profissionais da segurança pública, com essa recomposição salarial.

Gostaria de chamar a atenção dos deputados do PT, deputado Chico Vigilante, deputado Gabriel Magno, e da esquerda de um modo geral, para o fato de que a proposta caminha para o governo federal. Nossa expectativa é que o governo federal respeite a vontade do governador, o que, por consequência, é o respeito à população do Distrito Federal.

A proposta foi encaminhada e sua tramitação passará pelo governo federal. Mas esse trâmite, nós entendemos, é técnico. Esperamos que ela caminhe o quanto antes para o Congresso Nacional, para que possamos fazer, de vez, essa entrega aos nossos servidores profissionais da segurança pública. Existe a possibilidade de essa medida ser feita por medida provisória, o que demonstraria, por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, respeito e consideração com as forças de segurança do Distrito Federal.

Dessa forma, mais uma vez, agradeço ao nosso governador Ibaneis Rocha e reforço a importância de o governo federal tratar esse assunto com seriedade e celeridade, para que possamos entregar aos policiais a tão sonhada reposição salarial.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigada, deputado Roosevelt. É mais do que legítimo esse aumento salarial dos nossos policiais. Para mim é uma grande honra termos a melhor polícia e a segurança pública do Distrito Federal. Por isso, apoiamos a nomeação dos policiais civis e policiais penais, que estão na galeria. É importante esse trabalho que o Distrito Federal realiza. O Distrito Federal, além de ter uma população de quase 3 milhões de habitantes, reúne todos os órgãos federais. É muito importante que tenhamos uma segurança pública cada vez mais reconhecida e atuante.

Também estão presentes na galeria os agentes da saúde, cuja nomeação é fundamental. Vocês têm nosso apoio. Parabéns, mais uma vez, a vocês! Também estão presentes os concursados da Câmara Legislativa e os técnicos de enfermagem, que aguardam nomeação. Parabenizo todos vocês e digo que nosso Distrito Federal tem que ser uma referência. Precisamos dos senhores como servidores públicos, servidores da nossa população. Que Deus abençoe a cada um de vocês!

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, vou falar sobre uma situação que tem de comover a população do Distrito Federal. Estou falando de pacientes que ficam acamados em casa, num programa conhecido como Home Care, criado na época do governo Agnelo. Esse programa permite que as pessoas sejam desinternadas e tratadas em casa. Mas quero falar da gravidade do que está acontecendo com o contrato feito pela Secretaria

de Saúde do Distrito Federal.

Estive ontem com a secretária de Saúde e levei um grupo de mães, deputado Gabriel Magno, porque a situação é muito grave.

Havia uma empresa que prestava o serviço e pagava o piso da enfermagem; a secretaria fez um chamamento, contratou outra empresa – portanto, é um serviço terceirizado –, e essa empresa quarteirizou o serviço. Sabe quanto ela está pagando por dia de trabalho para uma técnica de enfermagem? Cento e quinze reais! Não dá auxílio-alimentação, não dá vale-transporte, não dá absolutamente nenhum suporte para que as pessoas trabalhem.

É uma situação criminoso o que está acontecendo com essa cooperativa. Não cabe cooperativa de serviço na área da saúde. Não cabe, não há por que haver cooperativa de prestação de serviço na área da saúde.

Você que está assistindo a mim, pense comigo: o que é ganhar 115 reais? Não estou falando de 115 reais por hora, mas de 115 reais por dia, por 12 horas, sem auxílio-alimentação. E a cooperativa ainda disse que os pais dos pacientes, as mães têm que alimentar as servidoras que estão lá. A pessoa não tem nem o que comer, como vai alimentar 4 pessoas?

Fizemos ver à secretária ontem que esse contrato tem que ser encerrado imediatamente, pois é criminoso. Vamos acionar o Ministério Público também contra essa cooperativa. Não cabe cooperativa em prestação de serviço de saúde. Não cabe! Não pode haver esse tipo de prestação de serviço na área da saúde. Na verdade, não são cooperativas, são cooperato, como a contratação que se fazia de cortador de cana por meio dos gatos. É a mesma coisa que está acontecendo.

Portanto, queremos o rompimento imediato desse contrato e que as pessoas continuem sendo assistidas em suas casas, mas que os trabalhadores que prestam aquele serviço tenham garantida a dignidade necessária. É disso que precisamos. Para isso, é necessário nomear mais técnicos de enfermagem para a secretaria, para se acabar com as cooperato.

Dito isso, quero falar sobre o ato que o governador fez ontem. Sabe, deputado Hermeto, vossa excelência que é policial, já foi dito aqui que essa é a maior proposta de aumento. Não é! A maior proposta de aumento foi dada quando? No primeiro mandato do presidente Lula, quando era governador do Distrito Federal o José Roberto Arruda. E foi concedido, mas negociado e conversado antes. Portanto, o governador, antes de mandar esse projeto, deveria ter ligado para o presidente da República e conversado com ele.

Durante o governo do Capitão Capioto, que muitos aqui apoiam, não houve 1 centavo de aumento para as forças policiais.

O governador deveria ter conversado antes de enviar o projeto.

E quero alertar também, deputado Gabriel Magno – vossa excelência é da educação –, que o Fundo Constitucional é usado para manter a segurança, mas também para auxiliar na educação e na saúde do Distrito Federal.

Portanto, o governador que vá dialogar com o presidente da República, mas que não jogue uma bomba dessas no colo dele, para depois dizer, caso não saia, que o presidente é culpado. Se não sair, há um culpado: o governador que não sabe dialogar com o presidente da República.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigada, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Obrigado, presidente.

Deputados, deputadas, boa tarde; boa tarde aos servidores da Câmara Legislativa e a quem nos acompanha da galeria, bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal, contem sempre com o nosso apoio para as nomeações.

Hoje, houve uma discussão no Colégio de Líderes sobre as nomeações na Câmara Legislativa. Em breve, a Mesa Diretora deve informar às pessoas que pleiteiam nomeações as deliberações e pareceres internos da casa relacionados ao tema.

Eu queria começar esse pronunciamento falando de um tema que talvez tenha sido um dos mais mencionados na última semana: a conquista da tarifa zero aos domingos e feriados no Distrito

Federal.

Esse, sem dúvida, é um tema muito importante para o Distrito Federal, fruto de uma luta histórica nesta cidade, que começou com o Movimento Passe Livre, com o movimento estudantil. Eu, lá atrás, pagava meia passagem; depois, a luta do movimento estudantil culminou com a conquista do Passe Livre Estudantil, uma mudança do reconhecimento do transporte público como direito.

Deputado Hermeto, eu já fui candidato 4 vezes – perdi 2 eleições e ganhei 2 –, mas, nas minhas 4 eleições, eu falava da possibilidade da tarifa zero, de que poderia ser uma realidade. O povo me parava na rua e falava: “Fábio, isso aí não vai acontecer, isso não existe, isso é inviável, isso é loucura do PSOL, isso é psolismo radical”. E, agora, nós vemos, implantada aos domingos e feriados, a tarifa zero, fruto da luta de muitas pessoas – inclusive acadêmica, com pesquisas científicas que trabalham o tema da mobilidade urbana –, fruto da luta dos movimentos sociais. Esse é um passo, uma experiência para a possibilidade da tarifa zero como um todo no Distrito Federal – o próprio governador tem falado sobre isso.

Registro que a nossa luta é que haja tarifa zero todos os dias, pois é possível. Sonhávamos lá atrás com essa possibilidade, quando eu distribuía panfletinhos nos bares e fazia campanha na porta da universidade. A minha campanha sempre foi militante – quem nos conhece sabe disso –, nós chegamos com militância, com ativismo ao Poder Legislativo. A tarifa zero pode ser realidade. Um dos motivos pelos quais o governador colocou tarifa zero – é importante falarmos disso hoje – é que o transporte público hoje já tem um subsídio de 70% do seu custo total. Isso é fundamental.

Hoje, 70% do custo total do transporte público do Distrito Federal são financiados diretamente pelo poder público; e 30%, pela tarifa-usuário – aquela paga, no dia a dia, pelo usuário. Isso só nos apresenta que é possível a tarifa zero. Existem inúmeras experiências no país sobre esse tema.

Eu queria também falar a verdade sobre a tarifa zero. Nós não queremos e não aceitamos que a tarifa zero seja tratada de forma oportunista, como moeda de troca. A verdade sobre a tarifa zero precisa ser falada. Vimos, nas eleições municipais, a tarifa zero ser utilizada apenas como tática eleitoral, pois não há um passo efetivo para a implantação desse modelo não tarifário no Brasil, com subsídio geral.

Esse é um elemento importante, porque o governador Ibaneis Rocha, em seu primeiro mandato, mandou um projeto de lei para esta casa para limitar o passe livre, retirando-o de estudantes de faculdades e escolas particulares. Ele mandou esse projeto para esta casa. Foi preciso fazer uma batalha para que ele retirasse o projeto de pauta e preservássemos o passe livre.

O que nós demandamos do Governo do Distrito Federal é que a tarifa zero não seja utilizada como oportunismo eleitoral para esvaziar a pauta, mas que, ao contrário, seja efetivada. Esse é o primeiro alerta sobre o tema.

Deputada Paula Belmonte, presidente da CFGTC, o segundo alerta importante sobre a tarifa zero é que ela não pode virar bolsa-empresário do transporte público. Estamos falando de um sistema hoje subsidiado em 70% pelo poder público, mas sobre o qual não há transparência. O modelo de financiamento dele é o repasse direto da Secretaria de Transporte e Mobilidade para as empresas de transporte, sem transparência nas planilhas. Não sabemos, de fato, os quantitativos relacionados a usuários ou entrada no sistema. Não há transparência. É uma caixa preta! A última CPI sobre transporte público no Distrito Federal já mostrou que ele é uma caixa preta!

Portanto, nós não queremos que a tarifa zero vire uma bolsa-empresário. O governo já falou que não vai aumentar a frota aos domingos, mas que o subsídio vai aumentar entre 30 e 35 milhões de reais. Não estou entendendo! Todo mundo reclama da frota aos domingos e feriados. Se vai haver tarifa zero, é obrigação do governo aumentar a frota aos domingos e feriados! Vai aumentar o subsídio entre 30 e 35 milhões, mas não vai aumentar a frota?

A tarifa zero é uma vitória, uma conquista importantíssima dos movimentos sociais e de todo mundo que luta por outro modelo de transporte e pelo direito à cidade. Não dá para a tarifa zero se transformar na bolsa-empresário.

Infelizmente, hoje, o transporte consome muito da renda das famílias do Distrito Federal. É importante avançarmos num modelo que garanta o direito à mobilidade urbana e que seja reconhecido como direito. O transporte precisa ser reconhecido como direito no Distrito Federal.

Eu queria finalizar agradecendo o trabalho do deputado Max Maciel na presidência da CTMU desta Câmara Legislativa, que tem fiscalizado o sistema, atuado e visitado as empresas, a secretaria e o metrô, trabalhado na fiscalização do sistema e apresentado dados que hoje não existem.

Presidente, eu queria terminar o pronunciamento de hoje dizendo que tarifa zero todos os dias é possível. Esse gesto do governo do Distrito Federal só mostrou que aquilo que temos falado, ao longo dos últimos 20 anos, na luta por passe livre e tarifa zero é verdade e que é possível aplicar a tarifa zero no Distrito Federal.

O nosso gabinete está comprometido com essa luta, como nós temos estado ao longo dos últimos anos, apresentando projetos de lei pelo passe livre para desempregados, pelo passe livre para vítimas de violência, pela ampliação do passe livre estudantil para finais de semana e feriados, entre outros projetos que nós apresentamos aqui. Fica o nosso reforço e o nosso compromisso com essa pauta.

Eu queria, presidente, antes de encerrar o pronunciamento, mudar de assunto para comentar uma pauta sobre a qual o deputado Roosevelt falou e sobre a qual o deputado Hermeto certamente vai falar, que é o reajuste das forças de segurança.

Eu vou falar rapidamente desse assunto, porque me parece que ele é um assunto pautado hoje pela opinião pública, é uma bandeira de campanha do governador Ibaneis Rocha, é uma bandeira dele como governador do DF.

Não dá para brincarmos com nenhuma categoria do serviço público e jogar para a galera. O aumento tem que ser dado por quem tem a caneta na mão para dar o aumento. Jogar para a galera e anunciar aumento sem que tenha havido a devida pactuação só traz uma consequência: quem sai perdendo é a categoria.

É evidente que só quem pode mandar o projeto de lei, a medida provisória, para o aumento dos policiais civis e militares no Distrito Federal é o presidente da República. Não é o governador Ibaneis Rocha. Se o governador está bem-intencionado com o aumento das forças de segurança, ele precisa conversar com o presidente da República e não fazer um ato público antes dessa conversa, porque, se esse aumento não sair, é porque a articulação política não foi feita da forma correta, é porque colocaram o carro na frente dos bois, é porque não dialogaram. E sabe quem sai perdendo? A categoria, porque preferiram fazer palanque eleitoral em vez de dialogar e fazer a articulação política devida.

Eu faço esse discurso para os policiais, porque eles precisam exigir que o governador do Distrito Federal faça a articulação correta. Ele sabe que pode ligar, sentar-se com o presidente da República e negociar, porque hoje a iniciativa para enviar o aumento das forças de segurança é privativa do presidente da República. Não há remendo. O governador do Distrito Federal não pode enviar esse projeto nem medida provisória. Então, não adianta ele anunciar algo para o qual não tem a caneta, não tem o poder na mão.

Todo mundo defende a melhoria das condições dos profissionais de segurança, mas é preciso que haja responsabilidade por parte do governador, senão quem vai sair perdendo lá na frente são as categorias que entraram no meio de uma briga política, no meio de um palanque político e não foram de fato beneficiadas por aquilo que foi prometido.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, deputado Fábio Félix. Eu acho que realmente existe prudência no que vossa excelência falou. Prudência é uma virtude importante, principalmente com o governo prometendo isso. Tomara que consigamos isso. No que depender de todos nós, com certeza, vamos conseguir, porque é mais do que merecido.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO PEPA (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Boa tarde a todas e todos. Boa tarde à galeria, aos policiais civis, a todos vocês. Que Deus abençoe os técnicos de enfermagem, os concursados da Câmara Legislativa.

Hoje venho à tribuna, presidente, para falar sobre um tema que precisa ser, de fato, discutido no Distrito Federal, porque vidas valem muito. Vidas valem muito! Não podemos mais deixar de discutir a duplicação da DF-128, que liga Planaltina-DF a Planaltina de Goiás.

O governador Ibaneis tem dado toda a importância para que a mobilidade da região norte tenha visibilidade e respeito. Quantos empresários não iam para a região norte porque o engarrafamento acontecia na BR-020? Depois de 3, 4, 5, 18 anos sendo restaurada, agora é uma rota de escoamento de produção rural.

Na semana passada aconteceu mais um acidente grave na DF-128, com perda de vida.

Pergunto: quando os órgãos responsáveis pela celeridade desse processo da duplicação da DF-128 vão acordar? Venho falar do Ibram, onde há processo em andamento. Que vidas não sejam mais interrompidas na DF-128, onde muitos moradores de Planaltina de Goiás se deslocam para trabalhar no Distrito Federal. Peço encarecidamente que respeitem a questão ambiental, sim, mas que vidas também sejam respeitadas.

Há 9 comunidades rurais naquela região e há 12 anos a iluminação está precária. Agradeço à CEB Ipes por nos ouvir e restaurar a iluminação daquela via. Peço aos irresponsáveis que furtam os cabos que não interrompam mais a iluminação naquela via.

Este é o meu pedido: preservar a vida de pessoas que se deslocam de Planaltina de Goiás para Planaltina do Distrito Federal e vice-versa. Essas pessoas trabalham, largam suas famílias e vêm ao Distrito Federal buscar o pão de cada dia, mas estão perdendo a vida em um trânsito horrível, em uma via sem condições de ser duplicada.

Que seja duplicada a DF-128!

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Pepa. Vossa excelência tem razão, a situação ali está muito complicada. São muitas vítimas naquela via. Quantas mais terão que falecer antes que o governo tome providências?

Expresso minha solidariedade a mais essa família que, infelizmente, perdeu um ente querido.

Que o Governo do Distrito Federal olhe com muito carinho para aquela via, para que seja duplicada ou aumentada, pois realmente tem havido muitos acidentes fatais.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte, pelo Cidadania.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (Cidadania. Como líder.) – Boa tarde a todos.

Que Deus nos abençoe e abençoe todos os concursados que desejam ser nomeados, pessoas que dedicaram a vida ao concurso. Sabemos que, por trás de cada um dos senhores, há a própria expectativa e a expectativa da família. Ninguém passa em concurso público sem muita dedicação. Caso sejam nomeados – desejamos que o sejam –, saibam que irão cumprir a missão de servir à população. Que Deus abençoe vocês!

Presidente, quero inicialmente expressar minha alegria, hoje, fruto da reunião de líderes.

Como parlamentar – antes deputada federal e, agora, deputada distrital –, venho acompanhando a triste situação do rio Melchior, que abastece o DF e é um local onde a Caesb deposita a água, para que, cada vez mais, haja saneamento básico no Distrito Federal, algo de extrema importância para que as pessoas não adoçam. Saneamento básico e a água potável são essenciais para o ser humano. Entretanto, sabemos que, infelizmente, no Brasil, mais de 100 milhões de pessoas não têm acesso a eles, que são fundamentais.

Graças a Deus, na Câmara dos Deputados, participei da discussão do Marco Legal do Saneamento, que regulamenta o saneamento básico no Brasil e traz oportunidades para que pessoas e empresas possam oferecer esses serviços à população. Esse marco regulatório é muito importante, pois promove concorrência, qualidade e agilidade. Fico muito feliz de ter participado dessa discussão e votado a favor dela.

Hoje, infelizmente, há uma comunidade prejudicada pela poluição no rio. A população bebe água poluída, o que afeta crianças, jovens, adultos e idosos. Há idosos com problema de dor de cabeça, queda de cabelo. Em especial, sofrem as crianças, que, nos seus primeiros anos de vida, já têm problemas de erupções pelo corpo e os dentinhos careados assim que despontam. Precisamos dar dignidade a essa população carente e rural, pois cada ser humano é o amor de alguém.

Hoje, sob a liderança do presidente deputado Wellington Luiz, quero agradecer o fato de termos conseguido, no Colégio de Líderes, a aprovação da instalação de uma CPI. Que possamos trazer para ela parlamentares que tenham como pauta cuidar do ser humano, para que realizemos um trabalho eficiente, que dê dignidade às pessoas daquela região. Fico muito feliz que essa CPI tenha sido aprovada pela Câmara Legislativa.

Que cuidemos cada vez mais do ser humano, das pessoas do Distrito Federal, das nossas nascentes, rios e lagos.

Presidente, o que trago é muito importante para a sustentabilidade do Distrito Federal. No ano passado, houve uma queimada muito grande e perdemos uma boa parte do nosso cerrado, do Parque

Nacional e dos animais.

Hoje, muitas vezes, condomínios que estão sendo feitos por grileiros fazem com que as nascentes morram. Recentemente, em Pirenópolis, uma cidade superbonita, houve uma tempestade e lugares foram alagados porque foram construídos em cima de nascentes. Queremos que haja esse cuidado na ocupação do Distrito Federal.

Por isso, mais uma vez, a Câmara Legislativa se torna importante para a discussão do PDOT, que virá para esta casa. É necessário discutir essa ocupação com mais racionalidade, com mais políticas públicas voltadas à população, as quais garantam dignidade para todo o Distrito Federal, com acesso a saneamento básico e água potável, realidade que não é da cidade toda. Muitas pessoas pensam que, por Brasília contar com a riqueza dos funcionários e servidores públicos, as pessoas vivem em lugares maravilhosos. Infelizmente, essa não é a realidade. No Distrito Federal existe a maior comunidade do Brasil, da América Latina, o Sol Nascente, conhecido como favela do Sol Nascente. Não podemos aceitar isso.

Estamos falando de um lugar muito bonito, com muitas nascentes, e essa regularização é necessária para a dignidade do ser humano. Moradia é um direito fundamental e essencial para a dignidade do ser humano. Vamos lutar muito pela população do Distrito Federal.

Que Deus abençoe todos! Estamos aqui para trabalhar, votar e representar a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham nesta sessão ordinária da Câmara Legislativa.

Presidente, eu quero tratar de algumas questões que aconteceram nos últimos dias, muito importantes para a nossa cidade e para o país.

Primeiro, a decisão acertada do Colégio de Líderes, mais cedo – na verdade, não precisaria ser submetida ao Colégio de Líderes por se tratar de um direito constitucional garantido às minorias no parlamento no Brasil inteiro –, que é a publicação, deputado Martins Machado, amanhã, da instalação da CPI do rio Melchior.

Eu quero parabenizar a deputada Paula Belmonte, que é a proponente do requerimento da instalação da CPI, bem como os movimentos sociais que têm atuado diariamente na denúncia dos desmandos e da falta de gestão por parte do poder público, especialmente do Governo do Distrito Federal, que tem contaminado o rio, a região e, principalmente, a população que mora perto, como também a de todo o Distrito Federal, que tem sido contaminada e tem pagado um preço muito caro pela má gestão do Governo do Distrito Federal ao cuidar do nosso meio ambiente. Então, esta casa dá um passo importante nesse sentido.

Quero lembrar que, na fila das CPIs que estão protocoladas, está a CPI do IGESDF e a CPI da Saúde, que precisam avançar, porque aqui, inclusive, hoje, mais uma vez, estão os servidores da saúde pedindo por nomeação. É urgente! São técnicos de enfermagem, agentes de saúde. É fundamental que tenhamos recomposição dos quadros na saúde, que voltemos a ter investimento público, que voltemos a fortalecer o Sistema Único de Saúde, e não é o que estamos vendo, deputado Ricardo Vale, porque cada vez mais o dinheiro está indo para o IGESDF, para a terceirização e para a privatização.

O segundo ponto que quero falar é sobre o orçamento e o serviço público da cidade. O governador Ibaneis anunciou, em um ato público ontem, o reajuste das forças de segurança desta cidade. O deputado Hermeto, que foi o líder – e ainda é – do governo e relator da CPI do 8 de Janeiro, havia indicado no relatório que um dos problemas que permitiu o golpe, além do pacto político que envolveu parte do comando das forças de segurança – que estão sendo indiciadas pelo Ministério Público, é importante dizer isso –, foi a falta de efetivo e o descuido do Governo do Distrito Federal, especialmente do governo Ibaneis e do governo Bolsonaro com as forças de segurança, impondo aos policiais um congelamento salarial e a não nomeação de servidores. E isso consta no relatório do deputado Hermeto: falta de condição de trabalho, baixo efetivo e defasagem salarial, que foram aprofundadas na gestão do Bolsonaro e no primeiro mandato do governo Ibaneis.

É óbvio que o reajuste é justo, é óbvio que o reajuste é legítimo, inclusive necessário para a cidade. Agora, é preciso agir com transparência. O deputado Fábio Félix falou, inclusive, em respeito à categoria, porque, primeiro, quem encaminha o projeto de lei é o presidente da República, e quem vota e delibera é o Congresso Nacional. Nós não temos visto, presidente deputado Ricardo Vale, o

governador do Distrito Federal, Ibaneis, articular uma negociação para que esse reajuste seja, de fato, efetivado – ou é mais um ato do governo para agradar a população, só para, mais uma vez, tirar a sua própria responsabilidade, inclusive do inquérito do Ministério Público, que está indiciando o alto comando das forças de segurança do Distrito Federal por conta da tentativa de golpe no dia 8 de janeiro.

Quero trazer mais um debate, presidente, sobre a gestão do Fundo Constitucional, porque as forças de segurança – por isso que a responsabilidade é do presidente da República e do Congresso Nacional –, a segurança pública do Distrito Federal é integralmente financiada pelo Fundo Constitucional.

Nós temos visto o governador ameaçar, fazer bravata, dizendo que está muito difícil governar, porque o governo federal faz isso ou aquilo. Mas o fundo continua lá preservado e com uma observação importante: em 2023 houve o maior reajuste da história do Fundo Constitucional, 43%. Deputado Thiago Manzoni, houve um reajuste de 43% do Fundo Constitucional em 2023. Isso significou para a educação 2,5 bilhões de reais a mais no orçamento daquilo que era previsto da média do crescimento de 4,5%. Deputado Ricardo Vale, para a saúde significou 2,3 bilhões de reais a mais. Para onde foi esse dinheiro? A educação pública desta cidade não viu para onde foi! As escolas continuam superlotadas, sem estrutura. O Sistema Único de Saúde não viu, falta servidor, não houve nomeação, houve greve dos servidores e não houve reajuste!

Já que o governador Ibaneis se preocupa tanto com esta cidade e concedeu reajuste aos servidores da segurança – o que é justo –, que ele apresente o mesmo índice para os servidores da educação e para os servidores da saúde desta cidade! É o mínimo que pode ser feito! É preciso tratar com respeito a população que está morrendo na fila do hospital, a população que não tem vaga nas creches, que coloca os filhos nas salas superlotadas das escolas públicas desta cidade. Que ele não faça bravata e não jogue para a população, em meio a disputas políticas, temas tão importantes para a nossa cidade.

Quero encerrar, presidente, pedindo esse tempo que me resta. Esses dias, circulou um vídeo do governador Ibaneis dizendo – mais uma vez as bravatas atacando o governo federal, o presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores – que o governo dele era um governo em que não havia denúncia, não havia suspeita, um governo limpo, ético e transparente. Eu acho que o governador tem um problema de memória que precisa ser tratado, inclusive com os servidores nomeados no Sistema Único de Saúde, deputado Max Maciel, porque ele esquece que foi no governo dele...

Tenho uma lista e vou apresentá-la: a Secretaria de Administração Penitenciária suspendeu, na semana passada, a licitação da compra de cones no valor de R\$1.450,00 o cone, deputado Ricardo Vale. Essa era a licitação que o governo publicou: R\$1.450,00 um cone, aquele cone laranja e branco. Houve a denúncia e a licitação foi suspensa. Foi no governo dele que o presidente e a diretoria do IGESDF foram presos, além do secretário de Saúde. No governo Ibaneis, houve denúncia de desvio de equipamentos, compra de EPI para outros estados no orçamento secreto, compra de helicóptero, desrespeitando a lei orçamentária.

A lista é grande, mas vou concluir. A Secretaria de Educação do Distrito Federal pagou 9 milhões por cursos que poderiam ter sido feitos de graça pelos professores. Houve um aumento de 250% no número de feminicídios no Distrito Federal, sendo o maior do país. Há falta de investimento em políticas de prevenção. O secretário foi preso na covid. Compra da suíte de 6 milhões do governador com financiamento do BRB, diferentemente do que os servidores públicos e a população têm direito. Aliás, essa denúncia de utilização do BRB como moeda de troca e agente político para fazer disputa política na cidade é recorrente, financiamento em camarotes e tantas outras denúncias envolvendo o BRB.

Reforma em escola pública superfaturada em 279%. O Ministério Público está investigando fraude no aluguel do prédio do ex-governador Paulo Octávio para abrigar a Secretaria de Saúde e o IGESDF. Vários escândalos no Instituto de Gestão Estratégica, como compras superfaturadas e alimentação hospitalar. Vossa excelência, inclusive, na CSA, junto comigo, fiscalizamos várias dessas denúncias. Afastamento recente dos servidores do DER em operações ilegais sobre fiscalização de painéis de LED na cidade, favorecendo alguns empresários. Investigação aberta sobre os contratos de decoração de Natal, além de várias denúncias.

O governador precisa lembrar que, para falar dos outros, ele deve olhar para o próprio governo e corrigir os graves problemas que temos no Distrito Federal, que são muitos. A população tem sofrido muito nesta cidade.

Portanto, presidente, fica aqui o nosso registro e, mais uma vez, o nosso compromisso com esta cidade. Nós vamos brigar e lutar pelo direito da população do Distrito Federal, pela correta aplicação dos recursos públicos e pelas investigações necessárias.

Reforço, mais uma vez, o desafio: se o governador Ibaneis gosta tanto do Distrito Federal, que ele apresente para os servidores da saúde e da educação o mesmo reajuste que está apresentando para os servidores da segurança pública.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Gabriel Magno. Um cone que custa 1.300 reais? É um cone de ouro!

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, meus colegas parlamentares. Eu estava ausente, mas estou retornando hoje.

Agradeço a confiança do governador ao me reconduzir à liderança do governo. Agradeço aos meus pares, presidente, a todos os senhores, aos funcionários e servidores da Câmara Legislativa.

Quero começar, presidente, expressando a grande satisfação que sinto hoje nesta tarde, na Câmara Legislativa. O governador Ibaneis recuperou, ontem, a autoestima das forças de segurança – da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. Ao realizar a equiparação salarial, o governador fez justiça às forças de segurança. A Polícia Militar já foi a mais bem paga do país, assim como a Polícia Civil. Hoje, ela ocupa a décima quarta posição, deputado Fábio Félix. Nós sabemos o custo de vida que é morar em Brasília, que é bem diferente de morar no Nordeste ou em outras cidades. Portanto, presidente, o governador vai conversar com o presidente da República.

O Fundo Constitucional é um direito do Distrito Federal e está na Constituição. Fizemos o dever de casa, realizamos todos os cálculos, economizamos, e as finanças do governo estão todas enxutas. Por isso, o governo teve condições, deputado Gabriel Magno, de implementar esse reajuste.

Eu gostaria de mencionar o deputado Chico Vigilante, que falou sobre o maior índice de aumento ter ocorrido no governo Lula. Na época do governador Arruda, não foi um aumento, deputado Chico Vigilante. O presidente Lula sempre foi sensível à segurança pública e ao Distrito Federal. Ele assinou a reestruturação da Lei nº 12.086, que promoveu milhares de policiais militares; porque, antes, os policiais entravam como soldados e se aposentavam como cabos jurunas, sem ascensão. O presidente Lula realmente fez isso. Lembro como se fosse hoje: o governador Arruda reuniu todos os policiais fardados no ginásio Nilson Nelson – milhares de policiais –, e o presidente Lula foi lá e sancionou a lei.

O presidente Lula vai, sim, aprovar esse reajuste, porque é um homem sensível. Tenho certeza absoluta de que a bancada dos deputados e senadores do Distrito Federal trabalhará junto ao presidente da República para isso. O presidente Lula tem um carinho especial por Brasília.

Essa guerra ideológica um dia – este é o meu maior sonho – vai acabar, para não destruir o país. Eu não sou da União Soviética; o outro não é da Rússia; o outro não é da Ucrânia. Nós somos brasileiros. Eu sempre disse: eu torço para o Brasil dar certo. Torço para que este governo dê certo, porque, dando certo, isso melhora a vida de todos. Há alternância no poder. Hoje, está o PT; amanhã, o MDB; depois, o PL. É assim que funciona a democracia. Ninguém é inimigo de ninguém. Podemos ser adversários políticos momentâneos, mas inimigos!

Vejo pessoas brigando. Pais brigando com filhos, irmãos brigando entre si, porque um é fulano e o outro ciclano. Vamos parar com isso. Hoje, o Brasil precisa de um governo moderado que não seja nem de direita, nem de esquerda. Precisamos de um governo que una este país, que unas as pessoas. Não precisamos de governo que queira destruir o outro. Já chega! Eu torço para o governo do Lula dar certo. Eu torço para o próximo governo dar certo. É isto que eu quero: é o Brasil melhor.

Eu tenho certeza de que o presidente Lula e o ministro Rui Costa, da Casa Civil, vão encaminhar essa mensagem, porque os nossos valorosos policiais merecem esse reajuste. E o governador Ibaneis é um homem de diálogo. Hoje mesmo ele falou que vai marcar uma audiência com o presidente Lula. Falou hoje no nosso almoço e disse: “Eu vou marcar uma reunião e vou conversar pessoalmente. É só necessário o presidente me receber.”

Não há essa de que um brigar com o outro, não. Vou dizer mais, deputado Gabriel Magno, deputado Fábio Félix, vossas excelências sabiam que, de cada 3 policiais da ativa hoje, 1 entrou governo Ibaneis? O governo passado era tão preguiçoso que não fez nada, nem um concurso para a

Polícia Militar ele fez. Se não houvesse esses 1.200 que estão entrando, mais mil que vão entrar, o que seria da segurança pública do Distrito Federal? Entraram mais de 4 mil policiais nesses 6 anos de governo Ibaneis; promovemos mais de 15 mil policiais militares. E quantos policiais civis foram contratados! A segurança pública foi uma prioridade.

Estou muito feliz hoje, governador. Agradeço muito. A segurança pública merece isso. Hoje nós somos a segunda cidade mais segura do Brasil – e vamos chegar a ser a primeira.

Para terminar a minha fala, quero dizer aos meus colegas aqui da esquerda do PT, o presidente Lula é o homem do diálogo. Ele jamais vai trabalhar ou vai fazer qualquer coisa para retaliar o Distrito Federal, ainda mais se for na área da segurança pública. O governador Ibaneis vai para o diálogo. Somos todos democratas. Por isso, o reajuste, a recomposição terá o apoio do governo federal e da bancada federal do Distrito Federal, que vai estar unida – deputada federal Erika Kokay, deputado federal Prof. Reginaldo Veras, deputado federal Rafael Prudente, senadora Leila Barros. Todos juntos! Não existe partido neste momento; existe o melhor para o Distrito Federal – e todos nós queremos o melhor.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Hermeto.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como líder.) – Presidente, meus demais colegas deputados; cumprimento os técnicos de enfermagem e os parabênzo pelo trabalho de vocês; o pessoal da Polícia Penal, que eu não posso deixar de cumprimentar, sempre uma categoria parceira, que realiza um grande trabalho para a população do Distrito Federal. Estou cobrando as nomeações e, se Deus quiser, haverá mais policiais penais trabalhando pelo Distrito Federal. Sabemos que isso é necessário.

Presidente, desta tribuna hoje, de uma maneira muito breve, quero retratar uma reunião que eu tive com a secretária de Educação e pedir agilidade na regulamentação da legislação proposta nesta casa a respeito da capacitação dos profissionais de educação para o tratamento e o cuidado com as crianças autistas no Distrito Federal. Nós assistimos a muitas matérias, ao longo dos últimos anos, as quais mostravam crianças passando por situações absurdas, humilhantes e até agressivas dentro das escolas no Distrito Federal. Nós não podemos admitir isso, nós não podemos aceitar isso.

Por isso, nós propusemos essa lei na Câmara Legislativa. Nós queremos que essa lei seja de fato válida, que ela saia do papel, que não fique só na teoria, que vá realmente para a prática, para nós garantirmos a esses alunos e a essas crianças o melhor atendimento possível.

Também queria pedir que nós buscássemos fazer isso em prol dos próprios profissionais de educação. Muitos professores, muitos profissionais com os quais temos contato no cotidiano me dizem: “Deputado Eduardo Pedrosa, às vezes, nós não tivemos acesso à capacitação adequada para lidar com uma situação de crise. Nós também não sabemos muito bem como lidar com determinadas situações.”

No cuidado com as pessoas autistas, assim como com as pessoas com deficiência, TDAH ou TOD, é fundamental que haja especificidade, ou seja, formas de atuação muito específicas para ajudar essas pessoas em momentos de crise ou de desregulação.

Quero deixar registrada essa minha fala e pedir à Secretaria de Educação e ao Governo do Distrito Federal agilidade nessa regulamentação. Agradeço à secretária, que nos recebeu para falar sobre essa questão, mas faço essa cobrança para que nós consigamos avançar.

Igualmente, faço essa cobrança em relação à legislação que nós propusemos sobre a seletividade alimentar, para garantir aos alunos das escolas públicas acesso a uma alimentação adequada. Não será uma única iniciativa isolada que garantirá que haja inclusão na educação. Várias ações devem ser tomadas em conjunto para, de fato, garantir um ambiente adequado a esses alunos. Nós temos que vencer essas ações uma a uma para chegarmos até lá.

Nós sabemos disso e estamos aqui para trabalhar. Trabalharemos com toda a nossa disposição para garantir às crianças, aos alunos das escolas públicas e à população do Distrito Federal um DF mais inclusivo.

Falo da educação, mas também quero falar dos eventos públicos e esportivos da nossa cidade, para que nós possamos garantir que todos os espaços sejam adaptados e adequados, a fim de proporcionar a melhor experiência possível para todas as pessoas.

Por meio de uma ação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com

Autismo, nós conseguimos que o Gama, time de futebol do Distrito Federal, recebesse crianças com autismo e fizesse uma ação destinada a elas. Fizemos esse trabalho e, no estádio, havia até uma área separada para os alunos, para as crianças e para os adultos com autismo – nós não podemos nos esquecer dos adultos autistas. Nessa área, havia abafadores, havia toda uma estrutura de suporte a eles.

Nós sabemos que ainda é muito pouco, mas nós vamos tentando, aos pouquinhos, incentivar esse movimento para que toda a nossa população tenha acesso à inclusão, de fato, em todas as áreas. Seguimos lutando por aqueles que precisam da nossa atenção, do nosso acolhimento e do respeito aos seus direitos adquiridos e assegurados pelo Estado.

Muito obrigado a todos. Fiquem com Deus e contem conosco sempre nessa batalha em prol da nossa população. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Mais algum líder gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa.)

Está encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Deputado Ricardo Vale, presidente desta sessão, meus colegas parlamentares, quem nos acompanha na galeria e se faz presente, técnicos de enfermagem, concursados da CLDF que estão aguardando as nomeações e todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital, desejo-lhes uma boa tarde.

Deputado Ricardo Vale, na última quinta-feira, nós tivemos, no Distrito Federal, uma surpresa ao sabermos que o governador tomou a decisão de implementar a tarifa zero no DF.

Venho da luta do movimento social, militamos pelo passe livre, organizamos vários atos e passeatas sob a direção do Movimento Passe Livre. Quando chegamos a esta casa, tomamos a decisão de presidir a CTMU pelo acúmulo que já tínhamos no movimento social e com a intenção e a certeza de que poderíamos apresentar dados mais concretos para Brasília. Isto foi o que nós seguimos: fazermos um diálogo com os movimentos sociais, com a Câmara Legislativa e com o Executivo a fim de buscarmos caminhos que melhorassem, de fato, o transporte no DF. Uma das nossas bandeiras, historicamente, nesses 2 anos, foi a tarifa zero.

Da tribuna, eu parecia bater sempre na mesma tecla. Eu ficava repetindo, repetindo a mesma coisa.

Muita gente dizia que isso era inviável; outros diziam que, para isso, haveria custo; outros diziam que isso não se sustentava; outros diziam que não entendiam bem.

Nós não somos donos de nenhuma verdade, mas eu queria contar o passo a passo que levou a essa decisão do governador. Nesse ato específico, eu quero parabenizá-lo, sim, porque ele tomou a decisão de implementar a tarifa zero, a qual historicamente vínhamos alertando ser possível e que – detalhe – é o único caminho para a mobilidade urbana no país.

Está em tramitação uma proposta de emenda à Constituição que cria o Sistema Único de Mobilidade, da nossa deputada federal Luiza Erundina, que também fez uma PEC para transformar o transporte em um direito constitucional, assim como a saúde e a educação.

Aqui dentro, nós fizemos esse caminho, mas não o fizemos só, é verdade. Há, aqui, deputados históricos: o deputado Fábio Félix; o deputado Ricardo Vale, que apresentou uma proposta também; e tantos outros.

Eu quero saudar quem compõe conosco a CTMU: meu colega de partido, deputado Fábio Félix; o deputado Pepa; o deputado Gabriel Magno, que compõe conosco a subcomissão da tarifa zero; e o meu vice-presidente da comissão, deputado Martins Machado. Já, já, presidente, eu vou dizer da importância do deputado Martins Machado para o que aconteceu quinta-feira.

Nós saudamos o governador, mas com um alerta: não dá para ser de qualquer jeito. Não pode ser uma proposta de tarifa zero que, depois, venham dizer que deu errado e voltem atrás e não tenhamos mais condição de apresentar a possibilidade à sociedade. Também não poderá ser uma tarifa zero só para continuar incrementando o recurso à já volumosa onda de investimento ao empresariado.

Vamos ao histórico antes de chegarmos à comissão. No dia 5 de abril de 2023, realizamos a primeira reunião sobre os estudos para a tarifa zero no Distrito Federal. Isso foi em abril de 2023. Nós

reunimos aqui Daniel Santini, que é um pesquisador da Fundação Rosa Luxemburgo, e Paique Santarém, do Movimento Passe Livre, e escutamos tantos outros especialistas. Naquela época, a comissão tinha 2 figuras técnicas importantíssimas, que eu quero saudar: a Adriana, que era secretária da comissão, e a Olga, que era assessora técnica da comissão.

Deputado Ricardo Vale, ainda em junho de 2023, participamos do encontro com o Inesc, o Idec, o Movimento Passe Livre e a própria Fundação Rosa Luxemburgo. Há inclusive um formulário, um material que foi publicado. Nós visitamos Formosa para conhecer a experiência mais próxima de Brasília. Daqui saíram algumas recomendações também.

Nós nos sentamos no dia 19 para fazermos a primeira reunião da subcomissão da tarifa zero na Câmara Legislativa. Foi a primeira subcomissão da tarifa zero em 32 anos na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Montamos aqui, com o deputado Pepa e o deputado Gabriel Magno, um esforço – já havia outras figuras envolvidas – para nos debruçarmos (Falha na gravação.) do Distrito Federal rumo à tarifa zero.

Nós tínhamos as informações, tínhamos acúmulos de informações. O governo não passa todas as informações. Naquela época, antes de lançar isso aqui – eu quero chamar a atenção dos senhores, e vocês vão se lembrar disto –, o governo anunciou que iria pegar o saldo do vale-transporte.

Nós fizemos uma reunião com o secretário Gustavo. Deputado Ricardo Vale, vossa excelência estava junto. O presidente deputado Wellington Luiz estava junto. Inclusive a comissão só andou, sem dúvida nenhuma, porque tivemos autonomia por parte do presidente deputado Wellington Luiz para tocar a comissão. Naquela reunião, Valter Casimiro era o secretário, e nós, com base numa informação, alertamos: “Secretário, o passe livre já é pago aos domingos e feriados. Libere-o para os estudantes.” Ele anunciou, então, que era pago, sim, e que poderíamos liberá-lo. Nós ficamos aguardando.

No dia 16 de agosto de 2023, tivemos um relatório da visita técnica da comissão da CTMU com a SPTrans, para entender como São Paulo implementava a tarifa zero aos domingos e como funcionava a mobilidade.

No dia 4 de outubro de 2023, nós nos sentamos com a Sumob, que é a Superintendência de Mobilidade de Belo Horizonte, em BH, para entender como a região metropolitana lidaria com isso se a tarifa zero fosse implementada, até porque eles lançaram uma série de ações de benefício aos usuários do transporte para controle.

No dia 11 de outubro de 2023, nós nos sentamos com a Urbs em Curitiba. A Urbs tem uma concessionária, uma autarquia que gesta os estacionamentos, o fundo de transporte. Foi nisso que baseamos a criação do Fundo de Transporte Público e Mobilidade Urbana.

Nós estivemos em Luziânia e em São Caetano do Sul. Nós chamamos o município de Maricá para esta casa. Neste ano, ainda iremos a Caucaia, no Ceará, que é a cidade mais volumosa com tarifa zero irrestrita. Estão aqui os relatórios.

Estamos aqui com o nosso deputado Fábio Félix e nosso técnico Fernando. Eu quero saudar a comissão e dizer que a comissão hoje está secretariada pela Fernanda. Nela estão também a Thainá; a Laura, nossa estagiária; e a doutora Rúbia, na assessoria técnica. Nós temos também o Fernando, que também assumiu o papel, deputado Ricardo Vale, de juntar todas essas informações para apresentar ao Governo do Distrito Federal e está aqui.

Chamamos a esta casa os movimentos sociais e o Estado para apresentar-lhes esse estudo de tarifa zero, em que nós pontuávamos quanto custava para o Governo do Distrito Federal implementar a tarifa zero, a qual propúnhamos que deveria ser escalonada. Aqui entra o deputado Martins Machado, que não foi citado em nenhum momento – mas eu quero citar o seu nome, deputado Martins Machado.

O deputado Martins Machado tem a posse desse documento, como vice-presidente da nossa comissão. Na comissão ele chega para mim e diz: “Vamos levar isso ao secretário e ao governo para que possamos, pelo menos, fazer o domingo com a tarifa zero”. Se eu estiver errado, deputado Martins Machado, corrija-me.

E o deputado Martins Machado assim o faz, leva à secretaria de governo, despretensiosamente, o documento. O secretário Zeno tem posse dessas informações e começa a desenvolver os seus estudos internos. Obviamente não é o modelo de tarifa zero que eu estou apresentando, não é a forma de cálculo que conhecemos, mas ele vai fazer os estudos.

Inclusive, desde quinta-feira estamos com o secretário, com o Metrô-DF debruçados sobre o modelo de regulação. O metrô tem de ser fortalecido, não é possível colocar 100 mil pessoas a mais se não há equipe, porque pode degradingolar o funcionamento dele. Tem de haver linhas especiais para os

pontos de turismo especiais.

A pessoa vai passear, no domingo, na Ermida Dom Bosco. Há ônibus para a Ermida Dom Bosco, para a Água Mineral e para o Zoológico? Estamos colaborando com o secretário Zeno fazendo um mapa distributivo de outra forma de viver a cidade, que não é só o trabalho–casa, casa–trabalho. Precisa-se garantir que as pessoas acessem os pontos turísticos da cidade. Se o ônibus não existe, ele vai falir ou não vai funcionar.

Realizamos, ano passado, um seminário internacional de obras verdes e rumo à tarifa zero. Está aqui a cartilha. Inclusive, lançamos o primeiro laboratório internacional com universidades da Coreia do Sul, com uma universidade de Portugal, com a Universidade de Brasília, para as boas práticas das cidades sustentáveis; dizíamos também os caminhos para o Tarifa Zero.

Aqui está a visita técnica a São Caetano do Sul. Inclusive, o orçamento da cidade foi incrementado. Fechamos 2024, deputado Gabriel Magno, membro da nossa subcomissão, com um relatório preliminar de como poderíamos implementar o Tarifa Zero no Distrito Federal.

Fechamos o relatório preliminar, deputado Fábio Félix, como você bem pontuou, com a minuta do projeto que o governador poderia apresentar para esta casa para implementar o Tarifa Zero. Não é um decreto. Está aqui.

Por que fizemos isso? Porque há vício de iniciativa. Não podemos apresentar um projeto de lei para tarifa zero que envolva e contenha outros cálculos de custos. O governo tem de apresentar a tarifa. Entregamos a minuta. Está aqui a minuta de lei que a comissão e a subcomissão apresentaram em que se diz o quanto de renda acessória poderia haver e de onde viria o cálculo financeiro – o qual já dissemos estar pago. Está aqui a prova. Vamos ver isso.

Esse registro é importante porque é uma vitória da população do Distrito Federal. Queremos que isso dê certo. As pessoas precisam aprender a viver a cidade. A partir do momento que elas pegarem o ônibus, não haverá o tabelamento, porque a tabela já estará paga. É isto que eu quero dizer para a população: vocês já pagam o transporte.

Eu passei a semana respondendo perguntas de repórter: “Mas quem paga? não há almoço grátis”. Tudo é pago pela mesma fonte com que estamos pagando agora. Já pagamos ao sistema. Quanto à questão do almoço grátis, é simples. Eu já pago o almoço. Quero apenas saber se vai ser a quilo, se vai ser a *la carte* ou se vai ser *buffet* livre? Eu quero *buffet* livre. Quero que o custo do sistema esteja pago por toda a sociedade, mas que ela tenha a liberdade de não ser tarifada 2 vezes.

Agora, qual é o próximo passo? Auditar o sistema. Precisamos auditar o sistema. Acompanhamos a cidade de Araucária, no Paraná, que fez auditoria no sistema, deputado Ricardo Vale. Sabe quanto de gordura a secretaria e o governo descobriram nos contratos? Trinta por cento, o que reduziu a passagem em mais de 2 reais. Temos de fazer essa limpeza aqui.

Foi como aconteceu agora. Por que o domingo e o feriado poderiam ter tarifa zero? Porque, como nós apresentamos, o sistema já está pago. Se eu tenho 100 ônibus rodando de segunda a segunda, e o cobrador está pago, o motorista está pago, o ônibus está pago e a quilometragem da empresa está dentro do equilíbrio econômico-financeiro, aos domingos e feriados, se ela tira 60 ônibus e só coloca 40 para rodar, o que acontece com esses 60? Eles estão pagos, guardados. Então, a proposta é: colocar os 60 para rodar e fazer o chamado reajuste.

Nós vamos acompanhar isso. Oficiamos à Secretaria de Transporte e Mobilidade a criação de um comitê, deputado Ricardo Vale. Queria muito que a presidência desta casa e o senhor acompanhassem isso. Trata-se de um comitê popular. Nós temos de chamar os movimentos da sociedade civil, o Conselho de Transporte e esta casa para acompanharem essa implementação teste, para saberem os custos, o volume, o impacto e como foi a demanda.

Ontem, em uma reunião com o diretor de Operação e Manutenção do Metrô-DF, indicamos a necessidade de se aumentar o horário de funcionamento do metrô aos domingos. Oficializamos a companhia. Não se pode ter tarifa zero, o metrô fechar às 19 horas, mas o *shopping* fechar às 20 horas.

Para concluir, agradeço a todos que compuseram essa iniciativa. Isso não acaba aqui. Nossa meta é alcançar 100% de tarifa zero. No que depender da nossa condução na comissão, vamos acompanhar, fiscalizar e ir até o fim. Obrigado, presidente.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Presidente, hoje perdemos um amigo, Guilherme Cunha Costa, um jovem de 54 anos que conheci na Câmara dos Deputados. Ele é irmão de uma servidora da Câmara Legislativa e lutou contra o câncer por muitos anos, bravamente, com muita fé e religiosidade. Gostaria de pedir 1 minuto de silêncio em homenagem ao Guilherme. Pode ser, presidente?

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pode, sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigada.

(Observa-se 1 minuto de silêncio.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Meus sentimentos aos familiares e amigos do Guilherme.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para comunicado.) – Boa tarde, presidente; boa tarde aos parlamentares presentes; boa tarde às assessorias, à imprensa e a você cidadão do Distrito Federal que nos assiste pela TV Câmara Distrital e pelo YouTube.

Presidente, chega a ser engraçado ver deputados de esquerda aqui se pronunciando com essa altivez toda, como se tivessem as respostas para os problemas do Distrito Federal e do Brasil. É como se eles não se lembrassem do que causaram ao Distrito Federal quando o governaram e de que a população rejeita a esquerda por conta do que aconteceu nos governos de esquerda no Distrito Federal. É como se eles não enxergassem também todos os problemas que a esquerda causa ao Brasil com suas políticas públicas desastradas e desastrosas.

O presidente da República, cada vez que abre a boca, faz a bolsa cair e o dólar subir. Junto com o dólar, sobem o preço da comida, o preço da gasolina, o preço de tudo, mas ele fala assim: “Eu não como dólar, eu não bebo gasolina”. Ele falou que bebe álcool, mas não gasolina.

Esse é o nível do presidente da República. O presidente da República comemora 20.560.000 famílias no Bolsa Família. Isso significa dizer que há pelo menos 20.560.000 famílias brasileiras sem ter como levar sustento para casa. Quem é o principal causador disso? O PT, a esquerda, suas políticas públicas horrorosas.

Trata-se de uma política fiscal horrível que coloca o país na bancarrota, retira investimento, leva o empreendedor embora, faz com que as pessoas fechem vagas de emprego, empobrece o país. E, de alguma maneira, esse sentimento de dependência do Estado na cabeça da esquerda globalista e anticristã é visto como algo bom. Imaginem morar em um país onde 20 milhões de famílias, o que significa pelo menos 60 milhões de pessoas, dependem da assistência do governo para sobreviver, para comer.

Não há mágica do IBGE, deputado Eduardo Pedrosa, que seja capaz de fazer com que as pessoas não vejam a realidade, porque os números do instituto mostram um país que é uma espécie de *Alice no País das Maravilhas*, mas a pessoa vai ao mercado e não consegue comprar alface, e o ministro fala assim: “Compre chicória”. Ela não consegue comprar ovo, porque o ovo está caro, mas também não consegue comprar carne. O presidente tinha dito assim: “Se não dá para comprar carne, compre ovo.” Só que não dá para comprar nem um nem outro. A pessoa não consegue comprar os alimentos básicos para sua família, não consegue tomar cafezinho em casa, porque o café está um absurdo!

E o IBGE está dizendo que a economia do Brasil vai muito bem. Agora vai sair um PIB *fake*, um PIB forjado só com gasto público. Gasto público significa empobrecimento da população, porque o dinheiro sai do bolso de alguém. E eles vão dizer que o PIB cresceu e que a economia vai bem.

Não, o país se desindustrializa cada vez mais, empobrece cada vez mais e, cada vez mais, mais famílias precisam do governo para viver. Esse é o retrato do país governado pela esquerda.

E eles vêm falar como se soubessem quais são as soluções para o Brasil! Imaginem: um deputado do PSOL, que tinha 5 prefeituras e voltou para zero, agindo como se soubesse as respostas para o Brasil.

Com todo respeito, deputado Fábio Félix e deputado Max Maciel, não é pessoal, mas não é possível que o brasileiro não veja. O brasileiro vê, o brasileiro vive, o brasileiro enxerga, o brasileiro sabe que o Brasil fez um caminho de volta numa espécie de governo Dilma 3 ou Janja 1, não se sabe bem, onde a recessão é um processo inevitável, com a falência de empresas. O empobrecimento da

população é um destino do qual não se pode desviar, a menos que se tire da presidência da República esse presidente que está lá; ilegítimo, é bem verdade, mas está lá.

As pessoas vivem num mundo real e não nesse mundo ilusório que o Sidônio tenta criar. Aliás, coitado do Sidônio; ele é marqueteiro, não é mágico. Como ele vai fazer mágica para alguém acreditar nesse monte de mentira que eles querem transmitir? Não há jeito, mas é por isso e porque as pessoas vivem e veem que saiu uma pesquisa hoje segundo a qual – adivinhem – Bolsonaro vence Lula no primeiro e no segundo turno em 2026. A pesquisa da Paraná Pesquisas foi publicada hoje, e a dona Michelle Bolsonaro, esposa do ex-presidente Bolsonaro, também venceria o presidente Lula se a eleição fosse hoje.

Esse é o retrato do Brasil, o brasileiro não aguenta mais o PT e esse governo, graças a Deus, está acabando.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, mais uma vez, a extrema-direita vem nessa casa e tenta distorcer a realidade. Eles esqueceram que o governo Bolsonaro está inelegível. Inventaram uma pesquisa: Bolsonaro ganha do Lula. Ele não pode concorrer, está inelegível, vai ser preso. Recentemente, num jogo de futebol, aqui, em Brasília, no estádio Mané Garrincha, ele saiu escorraçado do estádio com o grito da torcida “Hu, vai ser preso!”

Esse é o sentimento do povo brasileiro, por quê? Porque se esquece a extrema-direita de que Bolsonaro deixou 17 milhões de pessoas passando fome no Brasil; fila do osso, em 2021; 34 milhões na extrema pobreza; o desemprego bateu o recorde e ele acabou com o Farmácia Popular – agora o Ministério da Saúde colocou todos os remédios da Farmácia Popular de graça, mais uma vez, para o povo brasileiro. Essa é a diferença, e eles se esquecem disso.

Governo ilegítimo foi o que ganhou na urna da extrema-direita. Aliás, eles estão sem candidato, porque a pesquisa de verdade mostra que o candidato que perde para o Lula, mas que tem mais chance, é um cantor sertanejo.

É essa extrema-direita que tem que responder, porque o amiguinho deles, da Argentina, presidente, o senhor Milei, vai ser preso. Ele é que vai sair, porque dá golpe pactuado com um esquema de pirâmide. O povo argentino, que já está sofrendo muito, agora perdeu dinheiro, porque o presidente deles recomendou a compra de criptomoeda, em esquema de pirâmide.

Essa é a gestão que a extrema-direita defende para o mundo, com as insanidades de Trump; com o Milei, que levou Argentina à falência e ao golpe; e com o presidente inelegível, responsável pela fila do osso nesse país, o inelegível Bolsonaro, que “Hu, vai ser preso!”.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para comunicado.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos, a quem está assistindo a nós pela TV Câmara Distrital e a quem está na galeria.

Escuto algumas coisas e, às vezes, eu me pergunto: qual a missão, o propósito de estarmos aqui? Nós somos políticos. A palavra política quer dizer a ciência do bem comum para levar, por meio da equidade, direitos fundamentais, como a saúde, a quem mais precisa. Precisamos fazer isso nesta casa. As vezes, o discurso é totalmente polarizado, raivoso, distópico, fisiológico e acaba ofendendo a mim e a quem mais precisa.

Presidente, eu não iria entrar nesse ponto, mas preciso deixar claro que o que fazemos aqui é representar pessoas. Será que estamos dando voz e vez a quem realmente precisa? Estou falando isso porque sou da saúde há 23 anos. Eu queria dar para vocês um testemunho pessoal.

Toda semana, recebo muitos pedidos, mas acho que nesta semana eles bateram todos os recordes. Pessoas me ligaram dizendo que estão com câncer, na fila de espera, na regulação com prioridade vermelha. Pessoas com endometriose ficaram estéreis porque não conseguiram tratamento. Mulheres estão sangrando há semanas, meses ou anos porque não conseguem cirurgia para endometriose. Essas mulheres não têm vida, vivem com dor. São muitos pedidos.

Nesta semana, eu vivi algo pessoal. No sábado, a minha avó, de 95 anos, teve um acidente em casa. Toda a minha família é dependente do SUS. Naquele momento, a primeira coisa que fiz foi ligar para o Samu. O Samu chegou, mesmo com toda dificuldade.

A primeira dificuldade é arrumar uma ambulância. Muitas vezes, não há ambulância. Muitas

ambulâncias funcionam com recursos encaminhados pelo governo federal. Outra dificuldade é arrumar motorista para a ambulância, porque não há motoristas na rede. Motorista é artigo de luxo porque, até agora, não houve concurso.

Há dificuldades inúmeras em pessoal. Pasmem: hoje, 25 mil servidores faltam na ponta. Queremos discutir: será que isso é proposital?

O Samu chegou e levou a minha avó. Ela foi atendida por um hospital muito querido, o Hospital Regional da Asa Norte. Nesse hospital, eu fui muito bem recebida por toda a equipe. Quero mandar um abraço especial à equipe de enfermagem, que, por estar em contato direto com a paciente, fez toda a diferença. No momento, havia 1 técnica de enfermagem e outra, que estava fazendo voluntariado. Eu vi a dificuldade delas. Havia muitos pacientes com covid.

A minha avó entrou e, depois de 2 atendimentos, quando houve a troca de plantão, o hospital ficou com bandeira vermelha por falta de médicos, falta de RH. A minha avó ficou no corredor e foi muito bem cuidada.

Quero dizer que a secretaria são os servidores. Os servidores são patrimônio e guardiões do Distrito Federal.

O que mais precisamos entender – a CSA tem falado disto e isso será intensificado – é que o orçamento do Distrito Federal para a saúde é robusto. São 14 bilhões de reais, inclusive com sinalização de aumento do fundo este ano. É falado na Secretaria de Economia que houve aumento de arrecadação.

Nós precisamos discutir para onde vai o orçamento e o porquê de serviços tão importantes estarem sendo terceirizados. Vemos a sinalização de laboratório, vemos a sinalização de diagnóstico com o pagamento de contratos mensais altíssimos. Há um contrato para pagar ressonância de cerca de 10 milhões de reais e, com esse valor, poderíamos comprar 3 aparelhos de ressonância por ano. Hoje nós não os temos. Nós pagamos para fazerem, como se o dinheiro fosse se multiplicar.

Nós precisamos ter um compromisso com Brasília. Quando falamos do servidor, defendemos o servidor e nomeações já, não estamos levantando uma bandeira política de fisiologismo, não. Nós estamos aqui fazendo o nosso dever, porque é o servidor que vai fazer diferença lá, que vai cuidar daquilo que é público.

A minha avó teve alta, foi para casa e, infelizmente, ontem ela precisou, às pressas, novamente ser internada. Desta vez, ela foi para o Hospital do Guará. Ali na sala vermelha do Hospital do Guará, onde ela se encontra agora, ela está sendo muito bem cuidada por uma equipe que também tem feito a diferença. Eu fiquei com ela a noite toda e a manhã e queria agradecer a todos os servidores daquele hospital.

Eu fiquei muito emocionada ao ver que a sala em que ela está hoje era uma sala vermelha que não tinha condição de ser utilizada – há até uma servidora do Hospital do Guará aqui, a Leilane, e na sua pessoa eu mando um abraço a todos os servidores do Hospital do Guará –, e hoje ela foi toda arrumada, com muito carinho, por meio do nosso mandato, como nós temos feito em várias regiões.

Infelizmente, precisamos melhorar, inclusive a execução do PDPAS. Isso é uma coisa que deveria ser ocasional. O recurso que encaminhamos para a saúde deveria ser utilizado em projetos que o governo não alcança. Infelizmente, tem sido o contrário. Assim como o PDAF, o PDPAS tem sido muitas vezes um sustento para que o teto não caia sobre a nossa cabeça.

Vocês que estão assistindo a esta sessão, vocês que estão aqui, técnicos de enfermagem, saibam que nós precisamos muito de vocês, o déficit de profissionais como vocês, de enfermeiros e de médicos, é gigantesco. Nós precisamos de vocês. (Palmas.)

Temos feito um trabalho muito sério para mostrar isso. O gasto de TPD, com absenteísmo de pessoas que estão adoentadas pelo déficit de servidores, é altíssimo. Isso acontece em várias áreas, ACS, médico, várias carreiras. O que vemos aqui é que parece ser um desgaste proposital.

Eu só queria deixar um recado. Não vai ser fácil fazer a terceirização, como estão imaginando. Aqui existem pessoas que defendem o SUS, que lutaram para o ICTDF não estar na mão, por exemplo, do IGESDF; que lutaram para um decreto, que era uma aberração jurídica, não prosperar. Nós vamos fazer uma construção responsável.

Eu quero convidar vocês para debater a saúde do DF na próxima terça-feira, aqui no plenário, às 9 e meia, porque nós vamos resistir e existir. Não vão acabar com o serviço público. Não vão acabar com o SUS no Distrito Federal, porque nós temos compromisso com Brasília. (Palmas.)

Obrigada, presidente.

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Parabéns, deputada Dayse Amarílio.

Sabemos da sua defesa do SUS. Isso é muito importante. Sabemos que, apesar de todas as dificuldades que ainda sofremos no SUS, o atendimento que o sistema proporciona à população não existe em nenhum outro país. Precisamos fortalecer isso. Essa é a realidade.

Concedo a palavra ao deputado Martins Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para comunicado.) – Presidente deputada Paula Belmonte, obrigado.

Boa tarde, deputados e deputadas, assessores, queridos amigos que assistem a nós pela TV Câmara Distrital e pelas redes sociais.

Pessoal da galeria, técnicos de enfermagem e agentes da saúde, podem contar com o nosso apoio.

Presidente, quero falar de Brasília, mas, para falar de Brasília, não dá para ficar calado e não refutar determinadas narrativas.

Acabei de ouvir um deputado dizer que vão prender o Bolsonaro – ele não falou como deputado, mas como ministro do Supremo Tribunal Federal.

Aliás, diga-se de passagem, está correndo, nas redes sociais Brasil afora, que a PGR já preparou a denúncia do ex-presidente Bolsonaro e vai imputar a ele 27 anos de cadeia. Esse processo já é natimorto, é nulo na sua totalidade. Há deputados que já estão sabendo o teor da denúncia contra o presidente, mas qual é a fundamentação? O golpe de Estado que não houve? Não houve um líder. O maior instrumento ou arma utilizados era o estilingue, enquanto bandidos – reforço – de altíssima periculosidade estão sendo colocados em liberdade, alguns até com uso de tornozeleira eletrônica, e senhoras e mães de família estão sendo presas e condenadas a 14, 15 anos de prisão.

Primeiro, tenho certeza de que Deus está no comando de tudo e vai passar essa nação a limpo. Eis daquele que pratica injustiça, porque horrenda coisa é o ser humano cair nas mãos do Deus vivo. Justiça e direito são base do trono de Deus. Faça a justiça dos homens, permeie e perverta a justiça na Terra, porque vocês receberão a justiça divina – e a justiça divina não falha. Ainda há mais: diz o ditado que ela não tarda, ela vem no tempo certo. O tempo de Deus é um tempo *kairós*, um tempo perfeito. O tempo de Deus não é o *cronos*, o tempo humano.

Dito isso, presidente, outro assunto que me preocupa muito, mas muito mesmo, é o presidente que aí está, quando abre a boca, só falar besteira. Bolsonaro respondeu a um inquérito porque importunou uma baleia. Lula está dizendo que come ovo de ema e de tartaruga. Cadê os ambientalistas? Cadê o crime nisso? Cadê o pessoal que não vai para cima do presidente? Aliás, diga-se passagem, hoje, não sei como o brasileiro está conseguindo sobreviver. Os preços dos produtos estão na estratosfera, ninguém consegue tomar café nem comer ovo. A picanha, então, já é coisa do passado. A picanha hoje é para a alta cúpula do governo federal, do presidente, da Janja.

Não há como falar apenas de Brasília, se não forem destruídas narrativas que eles criam. Eles falam que o Bolsonaro destruiu em 4 anos o que o Lula fez. É verdade. O que o Lula fez em 16 anos? Petrolão, mensalão, o maior esquema de corrupção em 16 anos. O ex-presidente Bolsonaro acabou com isso em 4 anos, e não se viu corrupção no governo do ex-presidente Bolsonaro.

Diga-se de passagem, a inelegibilidade do ex-presidente Bolsonaro é por causa de uma *live* no Palácio do Planalto com embaixadores. Esqueceram que o Lula fez campanha para o candidato dele, do PSOL, lá na Granja do Torto, e não se viu um processo aberto como crime eleitoral, porque essa justiça é seletiva. O lado do PT pode tudo, o da direita não pode nada. Todos de direita respondem a processo, e eu me incluo neles, porque fiz uma denúncia das escolas e me tornei de denunciante a denunciado, mas não há problema.

Eles nos acusam, presidente, de extrema-direita, mas se extrema-direita é defender Deus, pátria, família, liberdade, valores, valores da família tradicional, então podem me incluir no rol da extrema-direita. Eu sou. Eu vou defender esses princípios, somos considerados de extrema-direita,

porque defendemos isso. Eles defendem liberdade de bandido e de traficante, liberação de droga e de aborto; e, para eles, tudo pode.

A verdade é, presidente, que chegamos ao terceiro ano da atual legislatura, período que normalmente pode ser classificado como divisor de águas sobre a avaliação de governos.

Presidente, eu muito pacientemente ouvi a fala de todos. Neste terceiro ano, presidente, faz-se a avaliação dos parlamentares e do governo. Esta casa, por exemplo, apresenta números excepcionais em relação à atividade legislativa e, inclusive, recebeu classificação de excelência no radar de transparência sobre informações institucionais e despesas, o que demonstra que nosso trabalho efetivamente está sendo reconhecido pela sociedade do Distrito Federal.

Por outro lado, quando analisamos as ações do governo federal, o cenário muda completamente. E digo isso com muita tristeza, porque o povo brasileiro merecia melhor sorte. O povo brasileiro deveria ter um governo capaz de apresentar resultados pelo menos razoáveis em algumas áreas de atuação.

Passados 2 anos da gestão do governo Lula, as informações diariamente divulgadas pelos principais veículos de comunicação da nossa nação provam que o Brasil caminha em direção a um abismo. A sociedade já percebeu isso, dando a ele uma aprovação de apenas 24%, a pior aprovação na história do Brasil.

Para contextualizar o que digo, vou citar apenas algumas das muitas notícias divulgadas que revelam a gravidade do momento atual. O portal Metrôpoles, em matéria de 7 de março do ano passado, revelou que, em 2023, houve um recorde de feminicídios no país. O jornal *O Globo*, em matéria do dia 3 de junho do ano passado, informou que o Brasil liderou casos de dengue no mundo. E ninguém disse que o Lula é genocida. Ele é um genocida. Oitenta e dois por cento dos casos registrados em todo o planeta foram no Brasil.

O portal Metrôpoles, em matéria de 16 de janeiro deste ano, registrou que, em 2 anos de gestão do governo Lula, 1,9 bilhão de reais em medicamentos foi incinerado. Isso é improbidade administrativa. Onde está o processo? Todo mundo se cala. O que é um absurdo diante dos graves problemas que o povo brasileiro enfrenta em relação a esse tema, a questão da saúde. Medicamentos são incinerados, presidente deputada Paula Belmonte. São 1,9 bilhão de reais em medicamentos jogados fora pela incompetência na gestão, enquanto Bolsonaro comprou vacina para o Brasil inteiro. O governador não gastou o dinheiro com a vacina contra a covid.

E diz agora o (Ininteligível.), da OMS, que não mandou o povo ficar em casa nem se vacinar. São uns covardes! Eles fazem, mas não têm coragem de assumir o que mandaram fazer. Ele mandou o povo ficar em casa.

A economia não está pior ainda e em frangalhos porque o Bolsonaro teve a coragem de falar: "Não fiquem em casa, não. Nós temos responsabilidade com a nação."

Finalizando, presidente, em relação à gestão dos recursos financeiros, a situação também é desesperadora, mesmo diante de recordes de arrecadação. Nunca se arrecadou tanto no Brasil, mas a gestão dos recursos traz uma insegurança para a nossa nação. O capital está fugindo.

Sobre esse assunto, o Antagonista, em matéria do dia 23 de abril de 2024, publicou como chamada de texto o seguinte título: "Lula tirou mais dinheiro do brasileiro do que qualquer outro". E qual o resultado de tanta arrecadação? O Brasil está à beira do abismo, o dólar disparou, a inflação está disparada. E sabe o que eles ainda continuam fazendo, presidente deputada Paula Belmonte? Continuam, depois de 2 anos e 3 meses, colocando a culpa no Bolsonaro, o que mostra que o povo entendeu, reprovou o governo e está clamando pela volta do Bolsonaro.

Aí, eles juntam o Bolsonaro com a extrema-direita, trazem Javier Milei para a situação, trazem Donald Trump para a situação, mas não é isso. O povo está se voltando para a direita porque não aguenta mais a esquerda em lugar nenhum da nação. O povo não aguenta falar em liberação de droga, liberação de aborto, liberação de traficante, liberação de aeronaves. Deputada Paula Belmonte, liberaram aeronaves de traficantes que serviam para transportar órgãos para salvar vidas.

Na verdade, estamos sendo dominados pelo crime, pelo PCC, e cadê as forças policiais desta nação? Está todo mundo com medo. E o Lula? O Lula pode fazer tudo. E o Bolsonaro? Segundo estão dizendo, será preso. Só que não estão entendendo que prender o Bolsonaro é torná-lo um mártir. As pessoas verão o que a direita vai fazer nesta nação. Vão varrer o Brasil com a eleição de 2026.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Grata, deputado Pastor Daniel de Castro. Nós precisamos, cada vez mais, fortalecer a nossa democracia. Entendemos perfeitamente a necessidade de darmos voz a todos. É muito importante isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Eu queria só dizer que hoje começamos a ouvir uma série de falas preocupadas aqui. O clima está tenso, o clima está pesadíssimo e está pesado por uma razão: a PGR, a Procuradoria-Geral da República, está preparando a peça. Ela está no forno e vai sair entre hoje e amanhã. É uma denúncia gravíssima contra um ex-presidente da República que, do meu ponto de vista, não é só um ex-presidente da República, é um batedor de carteira, é um criminoso que tem que ir para a cadeia.

Bolsonaro, segundo o deputado falou, fez uma série de coisas na pandemia da covid. Bolsonaro negava a covid. Ele imitou, deputada Paula Belmonte – vossa excelência, que é uma pessoa extremamente sensível aos temas da saúde –, uma pessoa morrendo com covid, sem ar. Ele ficou imitando essa pessoa. Ele negou, no primeiro momento, a compra da vacina. Só a comprou após pressão popular. Essa foi a situação que vivemos com esse ex-presidente.

Além disso, conspirou contra o resultado da eleição – que até hoje ele chama de ilegítimo –, pressionou-o e articulando com a alta cúpula das Forças Armadas. Tentaram dar um golpe.

Chama-me a atenção um deputado eleito, sentado nessa cadeira, defender o golpe! Não deveria estar sentado aqui, devia ter renunciado. Já que era tudo fraudado, já que a urna eletrônica está toda fraudada, ele não deveria estar aqui, ele não deveria ser deputado distrital. Essa é a situação.

Ele tem que ser preso, tem que haver cadeia, não dá para haver anistia. Isso aqui é uma República séria, é uma democracia que tem que ficar de pé. Não dá para um ex-presidente da República rasgar a Constituição, fazer esse tanto de cagada que fez, e nós simplesmente deixarmos a coisa rolar. Isso, para mim, é defender o banditismo.

Nós não vamos tolerar isso. Vai haver mobilização neste país, independentemente de quem seja o governo de plantão. Este país não pode virar uma piada. Por isso, o bolsonarismo tem que pagar pelo que fez politicamente. O Bolsonaro tem que ser denunciado, condenado e preso, e nós vamos lutar por isso.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, deputado Fábio Félix.

Eu quero lembrar que há 2 parlamentares aqui que estão aguardando há um bom tempo para falar. Podemos continuar esse debate, fico à disposição dos senhores, mas precisamos conceder a palavra aos deputados que estão na ordem para falar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, eu só quero dizer, que o processo penal carece da materialidade e precisa ser muito fundamentado, precisa de provas robustas. Nas peças de acusação que lemos, os termos usados são: o crime “possível”, “suposto”, “hipotético”, “teria”. São 207 condicionantes dentro do processo; ou seja, eles não têm a veracidade do fato e, ainda assim, apresentam uma denúncia.

Essa denúncia, presidente, mesmo que eu não tenha conhecimento dela, quem deve ter é o pessoal da esquerda, porque acabaram de dizer que o ex-presidente vai ser preso, mencionando até que ele pode ser condenado a 27 anos. Aliás, se amanhã sair a denúncia e realmente a condenação for de 27 anos de prisão para o ex-presidente Bolsonaro, algo extremamente grave estará nesse processo e ele precisa ser reanalisado. Se virmos as condicionantes que há, isso enfraquece o inquérito.

Há um ministro do governo do presidente Lula, das Forças Armadas, que diz que não houve golpe! Recentemente, o presidente da Câmara dos Deputados eleito também disse que isso não é golpe. Há crime perfeito. Até mando um recado: olhem a Lei da Anistia. Não se deve aniquilar pena, senão o processo se torna nulo e até inconstitucional, porque quem participou da quebradeira também recebe uma pena. O que precisa haver é a dosimetria dessa pena. Não pode uma pessoa que pintou uma estátua pegar 17 anos de cadeia, enquanto um bandido que pegou 400 anos de cadeia está solto! Aliás, ele está posando de bom-moço, fazendo vídeo e dizendo que vai ser candidato a deputado na eleição seguinte. Esse é o Brasil que nós queremos? Não é o Brasil que nós queremos. Esse Brasil,

quem está construindo é o PT; não é a direita, não! É a extrema-esquerda.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para comunicado.) – Uma ótima tarde, presidente.

Primeiramente, para mim, é uma honra ver uma mulher presidindo esta sessão.

Quero deixar um abraço a todos os servidores e deputados.

Presidente, hoje é um dia muito especial. Recebi na minha residência o secretário de Governo José Humberto, os administradores de São Sebastião e do Jardim Botânico, nosso amigo Fauzi – presidente do DER-DF –, o doutor André, da Novacap, e nosso amigo Raimundo.

Foi um almoço abençoado por Deus. Quero externar publicamente meu agradecimento à minha esposa, que sempre cuida muito bem da residência, dos filhos, e tem um amor muito grande por mim. Quero retribuí-la e agradecê-la em público.

Durante o almoço, tratamos de várias demandas, tanto para São Sebastião quanto para o Jardim Botânico, conforme determinado pelo governador Ibaneis Rocha, que pediu aos secretários para fazerem um estudo. Já foi verificada a topografia e realizada a sondagem do solo na Avenida Zumbi dos Palmares. Também solicitei o trabalho de topografia na avenida do Capão Comprido, para que seja pavimentada e se dê dignidade aos moradores.

Tratamos, também, da rede de esgoto do Residencial Vitória, cuja população foi esquecida, por 30 anos, por vários governadores que passaram. Isso mesmo, aquela população está aguardando rede de esgoto há 30 anos.

Vamos lutar pela água encanada no Morro da Cruz, na Vila do Boa e em outros bairros.

Tratamos sobre a ligação do Morro da Cruz ao Pró-DF, que também sairá do papel. Discutimos sobre o hospital regional, pois saúde é tudo na nossa vida; sem saúde, não conseguimos trabalhar nem estudar.

Já foi autorizado, pelo governador Ibaneis Rocha, o recapeamento de toda a Avenida São Sebastião, cujo asfalto está podre e esburacado. Juntos, vamos reconstruir São Sebastião. Faremos diferente daqueles que tiveram a oportunidade de representar a cidade e só fizeram besteira, bobagem, abandonaram a cidade e se envolveram em corrupção. Nós iremos cuidar de São Sebastião e reconstruí-la.

Acredito na transformação do Distrito Federal por meio da regularização fundiária. Outros governadores só derrubaram casas, e nós estamos lutando. Nesta casa de leis, transformei meu gabinete em gabinete da regularização fundiária, porque, quando se regulariza a moradia, ganha o Estado e ganhamos, principalmente, nós, moradores, que passamos a ter segurança jurídica. Estamos lutando por isso.

O governo é um só, é para servir, fazer o bem e cuidar das pessoas que mais precisam.

Vários amigos e algumas lideranças de Ponte Alta do Gama me perguntaram: “Deputado, onde o senhor mora não há asfalto?” Realmente, não há asfalto. Onde eu moro não há água encanada. Isso mesmo, não há água encanada. Onde moro não há rede de esgoto. Mas, com nossa luta e articulação, estamos trabalhando para desenvolver o cinturão em volta de São Sebastião. Na capital federal, não é justo vivermos sem o direito básico assegurado na Constituição federal.

Vamos juntos. Peço o apoio desta casa e dos companheiros presentes para olharmos mais para essas cidades carentes do Distrito Federal, que não são somente Morro da Cruz, Capão Comprido e Zumbi dos Palmares. Há também o 26 de Setembro e a Ponte Alta, que sempre enfrenta derrubadas. Precisamos articular junto com o Governo do Distrito Federal para regularizar a área e levar dignidade a essas populações.

Presidente, para finalizar, nesta tarde quero agradecer a toda a equipe da Semob-DF a entrada do ônibus – o zebriinha – na avenida principal do Morro da Cruz.

Presidente deputada Paula Belmonte, estou muito feliz, porque estou lutando e trabalhando incansavelmente para levar dignidade a esse povo sofrido, do qual também faço parte. Saí de uma portaria de um condomínio para ocupar uma cadeira na Câmara Legislativa e não vou decepcionar

minha população.

Que Deus os abençoe! Contem com o nosso apoio.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Parabéns, deputado. Sabemos da sua luta, especialmente na região de São Sebastião e Morro da Cruz. É importantíssimo que o transporte traga dignidade. A instalação da CPI do Rio Melchior vai contribuir especialmente no que tange ao saneamento básico e à água potável para a população.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para comunicado.) – Boa tarde, senhoras e senhores parlamentares. Boa tarde, presidente. Boa tarde aos nossos colegas concursados. São só vocês? Pessoal, parabéns por estarem aqui até o final. É assim mesmo, servidor sofre desde o início. Ele sofre para passar no concurso; depois sofre para ser nomeado; após a nomeação, sofre para receber o salário em dia, e, quando finalmente recebe o salário em dia, sofre para ter condições de trabalho. Assim, é uma vida inteira de luta. Parabéns a todos!

Senhoras e senhores, quero falar sobre 2 pontos importantes. Hoje tive uma reunião com nossos colegas trabalhadores de uma empresa chamada Prime Home Care, que presta serviço para a Secretaria de Saúde realizando atendimento domiciliar. Até aí, tudo bem, isso é normal e já vem acontecendo. Houve uma licitação, essa empresa saiu, e a outra empresa que ganhou o certame entrou e começou a querer agir de forma errada, a querer quarteirizar o serviço. Isso significa que a empresa vencedora da licitação, em vez de contratar os trabalhadores pelo regime CLT, quer contratar cooperativas para que estas prestem os serviços. Há um detalhe: existe uma legislação específica que garante que os cooperados, que são sócios, recebam uma remuneração no mínimo equivalente ao piso da categoria, que no nosso caso é o piso da enfermagem. No entanto, essa empresa está fazendo um repasse para as cooperativas em um valor que, ao chegar às mãos do trabalhador, é muito inferior ao piso. Falam-se números, mas não vou me ater a eles, pois, além de vergonhosos, as informações estão desconstruídas. Sabendo disso e que a empresa não está cumprindo o que deveria ser feito, a Secretaria de Saúde, responsável pelo contrato, não pode fechar os olhos e permitir que as empresas contratem como bem entenderem. Essa é a responsabilidade indireta da Secretaria de Saúde.

Então, senhoras e senhores, o que estou fazendo? Estou notificando, denunciando ao Tribunal de Contas – porque se trata de dinheiro público – essa empresa, que deve ter o contrato cancelado e refeito, garantindo aos trabalhadores uma das 2 opções: ou contratação pela CLT, ou, se for por meio de cooperativa, que ela pague o piso previsto para os técnicos e enfermeiros. É só isso que queremos. Hoje, estou enviando essa notificação para o Tribunal de Contas para que avalie a situação, uma vez que se trata de dinheiro público e envolve as famílias que estão sendo assistidas.

Para piorar ainda mais, a empresa que está entrando coloca pessoas sem *expertise*, sem a devida experiência com esses pacientes. Recebi uma mãe que não quer a troca dos profissionais que cuidam do seu filho, pois se cria um laço muito próximo entre o profissional e o paciente que está sendo cuidado em residência. Isso não pode ser alterado de uma hora para outra. A assistência domiciliar é diferente, e isso não está sendo levado em consideração. Estão tratando os pacientes como objetos; trocam as peças como se fossem dominó. Não é assim que funciona.

Por tudo isso, queremos dar um basta e resolver essa situação – e há como resolvê-la. Basta cancelar o contrato ou que a Secretaria de Saúde convoque as empresas novamente e faça um contrato que contemple a remuneração dos trabalhadores. É isso que estamos fazendo.

Presidente, agressões estão sendo noticiadas em vários canais, seja depredação de patrimônios, seja agressão aos trabalhadores. Chega! É hora de dar um basta nisso. Como faremos isso, já que os trabalhadores não são preparados para se defenderem e os vigilantes contratados estão lá apenas para defender o patrimônio? Uma vez ou outra, o vigilante ajuda um colega que está sendo agredido, mas essa não é função dele.

Partindo desse princípio – e agora travando uma luta incansável pela segurança dos trabalhadores da área de saúde –, presidente, estou protocolando um projeto que visa garantir segurança privada aos trabalhadores da saúde da rede pública – é para a segurança deles e não do patrimônio. É inconcebível falarmos tanto de falta de segurança e não agirmos. Não adianta colocar um policial militar ou policial civil dentro do hospital, como antigamente – bons tempos aqueles –, porque não há efetivo suficiente para isso; mas podemos contratar segurança privada. Isso é possível. Os próprios vigilantes, se constar no rol de suas atribuições, podem fazer segurança pessoal. Que contratem mais seguranças, vigilantes, para garantir aos trabalhadores o exercício pleno de suas funções.

As pessoas vão trabalhar com medo! Recebi um colega no gabinete que disse: “Deputado, os nossos colegas técnicos de enfermagem e enfermeiros da UBS da Expansão de Samambaia estão adoecendo, porque são ameaçados; com isso, eles saem do posto de saúde, e ninguém quer ir para lá”. Se nós tivéssemos segurança para garantir isso a eles, com certeza seria diferente.

É uma luta que nós vamos travar aqui. Eu, inclusive, peço o apoio de vossa excelência, presidente, para que nos ajude. Não é difícil. Há tantos cargos na saúde, há tantos cargos comissionados, há tanta coisa na saúde, por que ninguém pensou em colocar uma segurança privada? Nós temos seguranças nesta casa, todo mundo tem segurança, menos o profissional de saúde. Agora até no Corpo de Bombeiros, na Polícia Militar e na Polícia Civil há brigadista, há vigilante, além da própria polícia. E nós não temos nada! Só temos o vigilante, que muitas vezes está apenas com um cacete. Como uma pessoa dessas vai fazer a segurança? “Ah, mas o hospital é um ambiente tranquilo”. Tranquilo onde? Ele está se tornando uma área de guerra, está se tornando um lugar onde as pessoas estão indo descarregar a raiva nos trabalhadores pelo não atendimento.

Hoje o servidor da saúde é o saco de pancada da sociedade. Se há briga por *a*, por *b*, por partido *a*, partido *b*, se o país está explodindo, eles vão ao hospital e vão quebrar o hospital, vão brigar com os profissionais de saúde, porque não está funcionando a saúde – como se a culpa fosse nossa. Vamos colocar segurança privada nos hospitais!

Além disso, também estou protocolando um projeto que visa sanções administrativas aos engraçadinhos que vão lá agredir pessoas. Entendemos a situação de uma pessoa doente, mas não dá para entender uma pessoa querer puxar uma faca, querer agredir mulheres – a maioria dos profissionais na saúde é mulher. Geralmente quem faz isso não é o paciente, é o acompanhante. Temos que ter esse cuidado com esses trabalhadores, porque são eles que vão atender as pessoas. Ora, vamos matar a galinha dos ovos de ouro? Como eu vou agredir o trabalhador que vai me atender? Isso é loucura! Não somos nós os culpados – não somos nós! E esse projeto visa justamente essas sanções às pessoas que agredem os profissionais de saúde, que cometem algum tipo de ilícito com os trabalhadores, com os servidores, como, por exemplo, não poder fazer concurso público por um período.

Eu fiz uma lei que expõe o agressor às mulheres. Estará no *site* a foto e o nome dele para as pessoas pesquisarem quem são os agressores de mulheres. O projeto de lei passou, foi sancionado. Agora nós vamos fazer uma lei também para sanções administrativas às pessoas que agredem os profissionais de saúde, porque não há profissão mais importante nessa vida do que uma profissão que salva vidas, porque a vida é a tutela, é o bem maior da sociedade.

Para concluir, se agredirmos, se dificultarmos o trabalho do profissional de saúde, a sociedade vai morrer.

Então, presidente, é isso que eu falo aqui iniciando a semana e já pedindo paciência à população. Que a população seja paciente com os nossos trabalhadores. Critiquem a política. Falem dos políticos, mas não agredam os trabalhadores da saúde. Não depredem os nossos órgãos, os nossos hospitais!

Quando houve depredação no palácio, houve até prisões. Entretanto, quando depredam um hospital, nada acontece. Hospital não vale nada, o que vale mesmo é o palácio dos reis.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigada, deputado.

É importantíssimo que haja respeito ao servidor público. Mais importante ainda é haver servidores públicos para atender a população. Por isso, é importante a nomeação de técnicos de enfermagem, de enfermeiros, para que possamos ter, cada vez mais, uma saúde pública que atenda a população.

Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Jorge Vianna. Conte comigo.

Eu quero, mais uma vez, dizer que esta Câmara Legislativa hoje fez uma homenagem ao nosso querido cidadão brasileiro Guilherme Cunha Costa. Deixamos a nossa solidariedade e o nosso abraço de conforto à família dele, à dona Clothilde, que é a mãe dele, uma católica fervorosa – o Guilherme também tinha muita fé –, e à nossa servidora aqui da casa, a senhora Eliana Cunha Costa. Que Deus abençoe e conforte a família!

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
BH – Belo Horizonte
BRB – Banco de Brasília
CEB Ipes – Companhia Energética de Brasília Iluminação Pública e Serviços S.A.
CFGTC – Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CSA – Comissão de Saúde
CTMU – Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
EPI – Equipamento de Proteção Individual
EPI – Equipamento de Proteção Individual
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental
ICTDF – Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal
Idec – Instituto de Defesa de Consumidores
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos
OMS – Organização Mundial da Saúde
PCC – Primeiro Comando da Capital
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PGR – Procuradoria-Geral da República
PIB – Produto Interno Bruto
Pró-DF – Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Semob – Secretaria de Transporte e Mobilidade
SPTrans – São Paulo Transporte S/A
Sumob – Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte
SUS – Sistema Único de Saúde
TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TOD – Transtorno Opositivo Desafiador
TPD – Trabalho em Período Definido
UBS – Unidade Básica de Saúde
Urbs – Urbanização de Curitiba S/A

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).

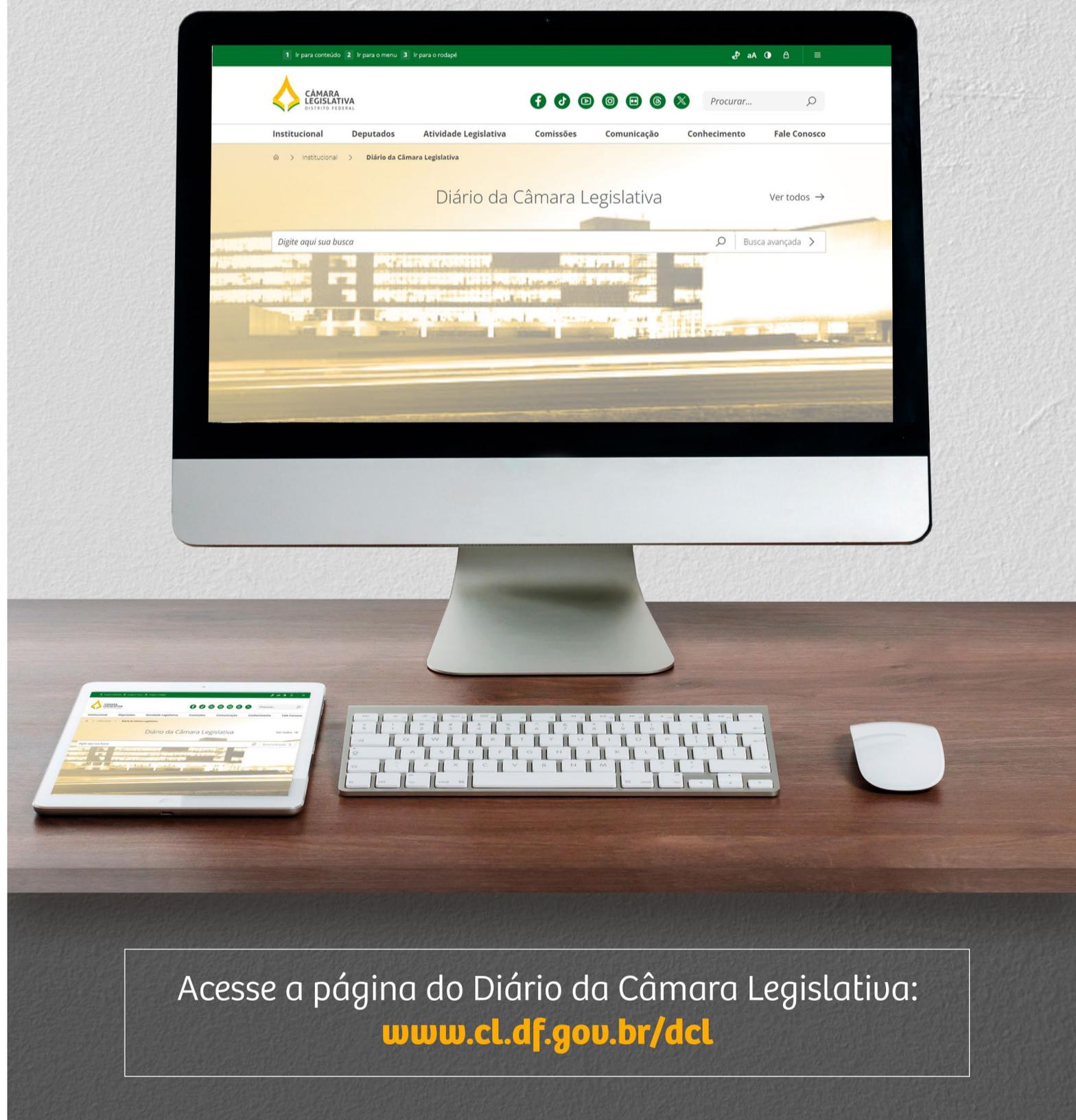


Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 19/02/2025, às 17:29, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2023679** Código CRC: **133E9C2E**.

Transparência ao seu alcance: Conheça a **NOVA PÁGINA DO DCL** **Mais funcional, intuitiva e cidadã.**



Acesse a página do Diário da Câmara Legislativa:
www.cl.df.gov.br/dcl



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL